

REP
LR
A

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 17 a 23 de junho de 1960 Nº 68
Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Inquérito Parlamentar Contra o Assalto da "Hanna"

Reportagem na 1ª pág. do 2º cad

Apesar do boicote das cúpulas partidárias

TRIUNFOS DE LOTT EM S. PAULO



ENQUANTO as direções do PSD e do PTB continuam a boicotar a candidatura Lott, as forças nacionalistas e o próprio candidato lançam-se com entusiasmo na campanha. Em São Paulo, o marechal Lott realizou grandes comícios em Jundiaí, Limeira e Americana. Na capital paulista, por sua vez, Luís Carlos Prestes participou em dois entusiasmados comícios em Casa Verde e São Miguel. (Reportagens nas 3ª e 4ª páginas do 1º caderno).

Artigo do Reitor da Universidade dos Povos

A PARTIR de outubro próximo esta Universidade funcionará em Moscou, os cursos preparatórios da Universidade da Amizade dos Povos, criada especialmente para a juventude dos países subdesenvolvidos da América Latina, Ásia e África. E' com satisfação que hoje oferecemos aos leitores (5ª página do 1º caderno), um artigo do Reitor da Universidade, o cientista Rumiantsev, que NOVOS RUMOS publica com exclusividade no Brasil.

Aliste-se:
não há tempo
a perder

ENCERRA-SE no próximo dia 24 o alistamento eleitoral. O voto assume nas atuais condições brasileiras uma enorme importância. Através dele o povo brasileiro pode levar ao Poder, a 3 de outubro, um Governo que se compromete a lutar pela emancipação nacional e por melhores condições de vida para as massas — o Governo do marechal Lott. Aliste-se: não há tempo a perder. (Leia informações na 6ª pág. do 1º caderno).

Nada de novo depois do «encontro de Brasília»

MAIS de uma semana após o «encontro de Brasília», quando os partidos situacionistas — o PSD e o PTB — assumiram o compromisso de impulsionar a campanha eleitoral da chapa Lott-Jango, a verdade é que as coisas continuam como antes. Nenhuma medida concreta foi tomada até agora para acelerar o ritmo lento e derrotista em que vinha sendo feita a campanha, no que diz respeito às cúpulas partidárias. Faltam apenas 109 dias para o pleito. (Leia «Panorama», na 3ª pág. do 1º caderno).

Governo protege assassino nazista que vive em S. Paulo

RESPONSÁVEL direto pela morte de milhares de judeus e democratas letões, o fãcinora nazista Herbert Cukurs vive confortavelmente em Santos e quer ser naturalizado brasileiro para escapar definitivamente do castigo merecido. Testemunhos unânimes de vítimas de seus massacres, provam seus crimes. (Leia reportagem na 4ª página do 1º caderno).

CAFE AMARGO

Empréstimo a Kênia Agressão ao Brasil

Texto na 2ª pág. do 2º caderno

Prestes dá o exemplo

(Completa reportagem sobre a visita do líder comunista à capital de São Paulo na 3ª pág. do 1º caderno)

Eisenhower, «Amigo da Onça» do Povo Japonês

Reportagem na 7ª pág. do 1º caderno



Escada Abaixo

ORLANDO BOMFIM JR.

AS agências noticiosas do imperialismo divulgaram como um ato de bravura de Eisenhower a decisão de ir mesmo ao Japão. O homenzinho foi fantasiado de «cow-boy» e já iniciou a viagem, assim com ares de quem está a caminho do «far-west» para enfrentar índios em fúria. Naturalmente, por via de dúvida, certas precauções foram tomadas para assegurar, pelo menos do ponto-de-vista da propaganda, um «happy-end». 25 mil policiais serão mobilizados em Tóquio. O trajeto do aeroporto ao palácio presidencial vai ser feito em carro blindado. Helicópteros estarão no ar, prontos para uma fuga vertical. E, como é tão do gosto do FBI, o terror foi previamente desencadeado, contra operários e estudantes.

MAS, realizando-se ou não a visita, o certo é que o povo japonês deixou bastante claro, com as gigantescas manifestações de protesto dos últimos dias, o que pensa do hóspede indesejável e da política que ele representa. «Dokuritu» — foi a palavra mais lida nas faixas e cartazes dos manifestantes. E ela significa independência. Significa o grito de protesto contra a exploração dos trustes imperialistas norte-americanos, que se utilizaram da vitória na guerra para enfiar fundo suas garras na economia do país, controlando, na prática, as importações e exportações, montando sua bomba de sucção de lucros que agrava ao extremo a miséria do povo.

TAMBÉM se dirigem os protestos contra a política de guerra que Eisenhower representa e de que a própria viagem é um ato concreto. O chamado pacto de segurança tem em vista precisamente atrelar de maneira mais estreita o Japão a essa política, reforçando a posição do governo dos Estados Unidos, que já ocupam numerosas bases no território japonês, dentro do seu plano agressivo de cerco à República Popular da China

e à União Soviética. E idênticos são os objetivos em relação à visita à Coreia do Sul e ao banco de Formosa, Chiang Kai-Shek.

AS multidões de Tóquio, lutando para libertar seu país da exploração dos trustes norte-americanos e procurando impedir, pelo seus fins criminosos, a visita de Eisenhower, despertam a simpatia entusiástica de todos os povos. Porque defendem, ao mesmo tempo, seus interesses nacionais mais legítimos e os interesses de toda a humanidade, que repudia a política dos que insistem em tentar conduzir o mundo pelos caminhos de tragédia atômica. E dão bem a idéia, por outro lado de que a terra treme em toda parte sob os pés de barro dos bonzos do imperialismo.

JAMES Hagerthy, porta-voz oficial do governo norte-americano, teve um desabafo de certo modo sincero, talvez ainda sob o efeito pânico da subida precipitada, como um macaco fujão, pela escadinha do helicóptero salvador, no aeroporto de Tóquio. «Esta manifestação — disse ele — foi uma verdadeira surpresa, porém a verdade é que já não se sabe o que se passa no mundo.» E' natural que os imperialistas já não saibam mais o que se passa no mundo. Erra, talvez, de perspectiva. Certo personagem do Tchecov havia abandonado a família, pertencente à aristocracia russa, e passara a trabalhar como simples pintor de paredes. Dizia depois que uma visão inteiramente diferente da vida tinha surgido a seus olhos. Era como se, antes, olhasse do alto de uma escada para baixo e, agora, olhasse do pé da escada para cima. Convinhamos em que, acostumados a olhar do alto da escada, os imperialistas não podem saber de muita coisa que se passa. E deve ser ainda mais difícil saber quando — como na verdade acontece nos tempos atuais — eles estão e rolando escada abaixo.

O III Congresso e Algumas Questões Essenciais

JOVER TELLES

O movimento operário brasileiro está de parabéns. Acaba de ser convocado o III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores para 11 a 14 de agosto próximo. Os dirigentes sindicais nacionais iniciam, assim, o cumprimento do mandato recebido da II Conferência Sindical Nacional. Fazem jus, por isso, ao louvor de todos os trabalhadores.

O Tema proposto corresponde às necessidades do movimento sindical. Revela que os trabalhadores se propõem a realizar algo de novo, que assinala um avanço qualitativo do movimento operário.

Pretende-se, por exemplo, elaborar um Programa Econômico e Político Geral da Classe Operária, que permita unificar nacionalmente a ação dos trabalhadores, sob uma orientação única, em consonância com a decisão aprovada pela II Conferência Sindical Nacional. E esse Programa partirá do exame da situação econômica e política dos trabalhadores, da luta nacional, regional e local por melhores condições de vida e de trabalho, e também da situação dos trabalhadores do campo e da luta por suas reivindicações e direitos; reafirmará a luta emancipadora e democrática de nosso povo contra os imperialistas ianques e seus agentes no Brasil; levará em conta as decisões do movimento operário tomadas nos últimos tempos; e terá em vista a política externa e interna executada pelo governo.

a necessidade inadiável de superá-la, a fim de se assegurar às entidades sindicais o direito de redigir seus Estatutos e regulamentos administrativos, eleger livremente seus representantes, organizar sua administração e suas atividades, e traçar seus planos de ação, sem interferências estranhas às assembleias, conferências e congressos sindicais — órgãos supremos do movimento sindical em cada escalão.

A verdade é que o movimento sindical se choca, sempre mais, com aspectos da atual estrutura sindical. Por seu caráter exclusivamente vertical, a estrutura existente determina que continuem organizados separadamente os trabalhadores da indústria, do transporte, do comércio, e t.c. Dificulta-se, dessa forma, a unidade de ação e orgânica do movimento. Por isso os trabalhadores pretendem que sejam sancionadas legalmente formas de organização intersindical que, no processo de suas lutas e no âmbito municipal,

estudal e regional, estão sendo criadas por toda parte. Visam também estabelecer direitos e formas de organização que possibilitem enraizar os Sindicatos nas empresas, limitar os prazos para a tramitação dos processos na Justiça do Trabalho, bem como estender o direito de voto a todos os representantes operários que compõem o Conselho de Representantes das Federações e Confederações. Os trabalhadores compreendem que a conservação do injusto e antidemocrático privilégio de conceder-se poder de voto a somente um dos diversos representantes que cada entidade elege para os Conselhos possibilita a estratificação de um colégio eleitoral restrito e, em alguns casos, de fácil manejo, o que fere o princípio do caráter coletivo das direções sindicais e limita o poder deliberativo das entidades representadas.

Em próximo artigo, examinaremos outras questões ligadas ao III Congresso.



Bancários Querem Contrato Coletivo

Os bancários querem mesmo o estabelecimento do Contrato Coletivo de Trabalho. Os banqueiros, com exceção dos de Norte e Nordeste, é que estão se esquivando, fugindo ao atendimento de uma das maiores aspirações dos seus empregados. Por isso é que centenas de bancários cariocas, refletindo o pensamento dos seus colegas de

tudo o Brasil, concentraram-se na tarde do último dia 13, nas escadarias do Ministério do Trabalho, onde foram entregadas ao ministro Batista Ramos um memorial com mais de seis mil assinaturas, solicitando a convocação de uma mesa-redonda entre empregados e empregadores, para discussão do assunto. Os bancários reivindicam salário profissio-

nal, estabilidade aos dois anos, extinção do trabalho aos sábados, revisão periódica do salário, promoção automática, e seis horas de trabalho para os comissionados. Na foto, os líderes bancários Aluisio Palhano e Luís Viegas da Matta Lima, quando entregavam o memorial ao sr. Alirio Sales Coelho.

LIBERDADE E AUTONOMIA SINDICAL

Bossa Nova na Velhacap

Com a adesão inicial de 22 entidades sindicais, representadas por 68 delegados eleitos, instalou-se sábado último, no Palácio da Metalúrgica, o Plenário Deliberativo da CPOSEG (Comissão Executiva das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara). O Plenário, em sua primeira reunião, debateu durante seis horas o Projeto de Estatutos da nova entidade, aprovando-o por maioria absoluta de votos.

Plenamente integrada em sua função coordenadora das atividades do movimento sindical carioca, a CPOSEG decidiu promover uma grande concentração de trabalhadores, no próximo dia 17, às 19 horas, na sede do Sindicato dos Bancários, para um ato público em defesa da lei Orgânica da Previdência Social. O ato é parte da Semana Nacional de Reivindicações, que se realiza de 14 a 21 do corrente, por recomendação dos dirigentes sindicais brasileiros, quando de sua reunião em São Paulo, nos dias 28 e 29 de maio.

Nos próximos dias 9 e 10 de julho o Plenário voltará a se reunir para adotar medidas sobre as seguintes questões: 1) Revisão dos atuais níveis de salário mínimo; 2) Preparação do III Congresso Sindical Nacional; 3)

apreciação das decisões das entidades sindicais face as notas das Confederações, e tomada de posição sobre os referidos documentos.

Bossa-nova na Velhacap

A CPOSEG é, realmente, o que se pode chamar de autêntica bossa-nova no movimento sindical da Velhacap. Isso ficou muito claro na tarde de sábado, no amplo auditório do Palácio da Metalúrgica, onde encontraram-se os delegados das mais numerosas categorias profissionais da Guanabara, numa reunião que marcará uma nova fase na organização dos trabalhadores e do movimento sindical carioca.

Com a adesão dos comerciários, metalúrgicos, têxteis, bancários, ferroviários, marítimos, gráficos, alfaiates, rodoviários, sapateiros, eletricitas, aviários, hoteleiros, marceneiros, funcionários, e de inúmeros outros setores profissionais, a CPOSEG inicia a sua atividade refletindo organicamente as idéias inovadoras que vêm surgindo no movimento sindical brasileiro, como um resultado característico da sua luta pela autonomia e liberdade, e pelo incremento da organização e das atividades das massas trabalhadoras, visando uma ação mais dinâmica na luta

pela melhoria das suas condições de vida e de trabalho, e a uma participação mais saliente no movimento pela emancipação econômica e política do país.

O que é a CPOSEG

A CPOSEG foi criada por decisão da III Convenção Sindical dos Trabalhadores Cariocas para coordenar em toda a sua amplitude, a atividade das organizações sindicais do Estado da Guanabara. Ela é formada pela Comissão Executiva composta de 11 membros e pelo Plenário Deliberativo, composto de delegados eleitos em assembleias gerais ou indicados em reuniões de diretorias de suas respectivas entidades de classe. A representação das entidades é feita na seguinte proporção: 1 delegado até 500 sócios quites; 2, até 2 mil sócios quites; 3, até 5 mil; e 4, de 5 mil sócios quites em diante. As Federações, os Conselhos Regionais das Confederações e as suas Delegacias poderão enviar à CPOSEG os seus representantes. Cada entidade terá direito a um voto.

Objetivos

O Projeto de Estatutos da CPOSEG, como já assinalamos, foi aprovado na primeira reunião do Plenário Deliberativo, após ser debatido durante seis horas. Mas não foi apenas isso. O referido documento já havia sido amplamente discutido em várias assembleias sindicais e em inúmeras reuniões de diretoria, recebendo emendas e sugestões. Esse Projeto estabelece os objetivos da CPOSEG, entre os quais salientam-se os seguintes: 1) lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho, apoiando todos os movimentos que se realizem nesse sentido. Lutar, ao mesmo tempo, contra a alta do custo da vida e pela valorização do poder aquisitivo do salário; 2) estudar as leis sociais e trabalhistas em todos os seus aspectos, promover a sua divulgação para maior conhecimento dos trabalhadores, propor medidas e organizar lutas para aplicá-las, melhorá-las e as reformar, no sentido de sua adaptação às conquistas dos trabalhadores; 3) incentivar e coordenar estudos e debates sobre os problemas do Estado da Guanabara e do país, esforçando-se por unir os trabalhadores às outras camadas sociais na luta pelo desenvolvimento, o progresso, e a independência econômica e política do Brasil; 4) promover estudos econômicos e estatísticos referentes às condições de existência dos trabalhadores, custo da vida e suas oscilações. Manter contato com as autoridades visando a solução dos problemas de interesse geral da classe trabalhadora e do povo.

Uma outra finalidade da CPOSEG é a de incentivar a sindicalização, incrementando a organização sindical nos locais de trabalho, de modo a contribuir para que se amplie a ação de delegados e de conselhos sindicais nas empresas.

Defende Teu Direito

J. P. C. (Rio de Janeiro)

O consulente foi admitido há dois anos, tendo a sua carteira profissional anotada como emotorista particular. Faz, todavia, o mesmo serviço que todos os empregados fazem. Nestas condições, pode adquirir estabilidade e demais direitos trabalhistas?

Se o consulente tem sua Carteira Profissional anotada, há um contrato de trabalho (relação de emprego) formalizado e perfeito, produzindo todos os efeitos. E, mesmo que não fosse pela anotação da carteira, poderia o consulente provar — com testemunhas, documentos, etc. — que presta serviços regularmente, nas mesmas condições dos demais empregados.

Nesse caso, estará amparado por todas as disposições da C.L.T., inclusive no que refere à estabilidade. Seria, entretanto, interessante, que o consulente enviasse detalhes sobre a anotação de sua carteira profissional.

A. S. O. (Belo Horizonte)

O consulente é representante de firma industrial, sediada em São Paulo. A empresa, todavia, jamais recolheu as contribuições para a Instituição de previdência social. Quer saber o consulente, se pode obrigar a empresa a recolher ditas contribuições.

Antes de mais nada, e estudando o caso concreto, é necessário que fique evidenciada a existência de relação de emprego. Este é o primeiro passo. Se o consulente pode provar a sua condição de empregado, ou seja, pode provar que o contrato mantido com a empresa é um contrato de trabalho, deve comparecer à Justiça do Trabalho e pleitear seja a firma condenada a anotar a sua carteira profissional.

A carta não deixa antever em que condições o consulente presta serviços, e assim, é impossível opinar sobre o tipo de relação existente entre as partes. Uma coisa é certa: — a empresa só poderá ser obrigada a recolher as contribuições para a Instituição de Previdência Social, se o consulente for considerado seu empregado.

— A aposentadoria ordinária é conseguida quando o empregado tem 55 anos de idade e 30 anos de serviço, com um mínimo de 5 anos de contribuições.

P. D. T. (Mesquita — Estado do Rio)

Em 1949, o consulente requereu benefício enfermidade ao I.A.P.I. Depois de ano, houve a conversão automática em aposentadoria por invalidez. Em meados de 1953, entretanto, a aposentadoria foi revogada, considerando-se o consulente apto para retornar ao trabalho. Não se achando em condições para o trabalho, o consulente não compareceu ao serviço e, em casa em que ele trabalhava, escreveu-me rescindindo o meu contrato.

Com relação às outras instituições de previdência social, a aposentadoria de mais de 5 anos é transformada em definitiva. O I.A.P.I., entretanto, se reserva o direito, de verificadas as condições de saúde do associado, revogá-la a qualquer tempo. Assim, o consulente deveria ter recorrido, de alta, na ocasião oportuna. Não recorrendo, aquela decisão transitou em julgado e deveria ter se apresentado para trabalhar. Com relação ao emprego, o que houve foi abandono de trabalho, como tal é definido pelas leis trabalhistas.

Congresso Sindical do E. Santo

Os trabalhadores do Espírito Santo, reunidos em seu II Congresso Sindical Estadual, decidiram promover a mobilização de todas as suas entidades para uma campanha pela revisão imediata dos atuais níveis de salário mínimo. Os capixabas saudaram a convocação do III Congresso Sindical Nacional e aprovaram uma resolução, a ser defendida naquele conclave, recomendando a criação do Conselho Sindical Nacional.

O III Congresso dos Trabalhadores do Espírito Santo realizou-se de 3 a 5 do corrente, na sede do Sindicato dos Arrumadores. O conclave deu um balanço nas atividades do movimento sindical capixaba, e referendou as resoluções da III Conferência Sindical Nacional. Depois de formularem as suas reivindicações específicas, os trabalhadores do Espírito Santo fixaram a sua posição acerca dos problemas do Estado resolvendo lutar pela adoção das seguintes medidas: 1) designação imediata, pelo Ministério da Agricultura, da Comissão de Tombamento Contábil e Físico dos bens da Cia. Central Brasileira de Força Elétrica; 2) estudos urgentes, pelo Governo do Estado, das condições de aproveitamento do potencial hidrelétrico do Espírito Santo, com o início das obras da Usina Suisa e dos trabalhos da CHENES; 3) estudo das condições de aproveitamento dos valores do Vale do Rio Doce; 4) criação, pelo Governo do Estado, de uma comissão especial para estudar o aproveitamento das terras produtivas do Estado.



Encontro marcado

As 22 entidades sindicais cariocas, que compõem inicialmente o Plenário Deliberativo da CPOSEG, marcaram uma reunião dos trabalhadores da Guanabara, para o dia 17, às 19 hrs, no Sindicato dos Bancários.

Nota Sindical

O Cel. Canabarro e os Capixabas

Os trabalhadores do Espírito Santo realizaram o seu II Congresso Sindical Estadual. O conclave reuniu 260 delegados, representando 34 entidades sindicais, e constituiu mais um êxito dos capixabas na sua luta unitária em defesa das reivindicações das massas trabalhadoras e do povo do Estado. Para os homens que ganham o pão com o suor de seus próprios rostos pode-se dizer que tudo correu muito bem. O Congresso foi até mesmo abençoado pelo Arcebispo D. João da Motta e Albuquerque, que esteve de corpo presente em uma das suas sessões.

O coronel Nemo Canabarro, ao que se sabe, é que não gostou da recepção que teve. O homenageado foi ao Congresso buscar lá e salu toucado. Procurou confundir os trabalhadores e acabou ele mesmo, Nemo, saindo atarrastado com a reação que encontrou.

O coronel Canabarro, a exemplo do que vem fazendo em outros Estados, apresentou-se ao II Congresso dos capixabas como representante do Comitê Central Pró-Lott-Jango. A representação valeu-lhe muitos aplausos. Mas o coronel não foi representado ninguém, ou melhor, o coronel foi fazer pregação discriminatória, com o objetivo claro de desagregar as diversas correntes do movimento operário que se aglutinam na luta comum pela conquista das suas próprias reivindicações, e pela solução democrática e nacionalista dos problemas nacionais, conjugando esforços, sobretudo, para fazerem vitoriosa a chapa Lott-Jango.

Foi aí que os aplausos cessaram. Não era para menos. O coronel mexeu em casa de marimbando. Os capixabas, como os trabalhadores de todo o país, não admitem discriminação ideológica ou de qualquer outra ordem em suas fileiras, daí a reação imediata à pregação anticomunista do coronel. Mas o seu azar foi maior ainda, e tudo por culpa do seu temperamento espalhafatoso. Fosse ele um pouco menos fogoso e veria logo não ser prudente a pregação de suas teorias numa terra como a capixaba, onde comunistas, católicos, protestantes, petebistas, udenistas, pessadistas, etc., pertencentes a todas as classes sociais, saíram vitoriosos, graças a unidade que conseguiram estabelecer, da luta pelo rebaixamento no preço das tarifas de luz e força distribuídas no Estado por uma subsidiária da Bond and Share.

Os capixabas viram logo que o coronel Canabarro era um autêntico advogado do diabo. Foi representar o Comitê Lott-Jango num congresso de trabalhadores, levando no bolso do colete os chaves do seu sectarismo divisionista, procurando desagregar as forças que se unem no movimento operário e na campanha eleitoral em torno dos nomes do Marechal e do Vice-Presidente da República.

Foi por isso que o líder sindical Oswaldo Pacheco, presidente da Federação Nacional dos Estivadores, que estava presente à sessão de encerramento do conclave, fez um discurso, interpretando o pensamento dos congressistas, no qual salientou que os trabalhadores sabem o que querem, e não precisam de mentores. Pacheco disse outras coisas que não agradaram ao coronel, mas de que os trabalhadores gostaram muito.



Panorama Não é de «Esquemas» Que se Precisa

Mais de uma semana depois do encontro de Brasília, nenhuma alteração substancial se verifica ainda no ritmo que vinha caracterizando a campanha da chapa Lott-Jango, no que se refere às direções dos partidos situacionistas. A impressão que se tem é que, terminada a solenidade, voltou cada qual para o seu canto, procurando esquecer tudo quanto se disse no banquete, nas reuniões e nos comícios de que foi palco a nova capital. Do mesmo modo que antes, só as forças nacionalistas mais conscientes mantêm-se firmes e atuantes no trabalho de popularização das candidaturas de Lott e João Goulart. Além, certamente, do próprio marechal que, apesar do ambiente derrotista que alguns procuram criar em torno de sua campanha, não deixa de comparecer aos encontros com o povo. Os comícios da última semana, por exemplo, em Limeira, Americana e Jundiaí, em São Paulo, com a presença do candidato, constituíram um notável êxito político e eleitoral.

A verdade é que os órgãos interpartidários e as cúpulas dos partidos governistas — o PSD e o PTB, concretamente — conservam-se na mesma apatia, indiferentes aos seus compromissos e ao fato de faltarem apenas 109 dias para a realização do pleito. Nenhuma nova medida, concreta e eficiente, foi tomada até agora. Ao contrário: insiste-se em manter, nos bastidores, a guerra de nervos contra a candidatura nacionalista. Se nada fazem de positivo a fim de impulsionar a campanha, telam em forjar sempre novos «esquemas», cada qual mais maquiavélico. O último deles, ao que parece, constituiria em firmar a convicção de que a melhor maneira de impedir o acesso de Jânio Quadros ao Poder é deixar que ele vença nas urnas para, em seguida, por meios legais, não permitir a sua posse. As recentes manobras visando uma aproximação entre Jânio e o Governo e a decisão, anunciada pelo amigo de Rockefeller, de poupar em sua crítica a pessoa do sr. Juscelino Kubitschek, seriam um aspecto desse extravagante esquema. E' a artifícios desse tipo que se dedicam os dirigentes da chapa PSD-PTB, enveredando assim por caminhos cujos perigos se acentuam na medida em que se aproxima a data das eleições.

O trabalho abnegado que as forças nacionalistas e o próprio marechal Lott vêm empreendendo em todo o país mostra, entretanto, que essas supostas soluções nada têm de comum com a realidade nacional nem com os sentimentos do povo. O que se espera e se exige das forças partidárias não é nenhum malabarismo — sob pretexto os mais hipócritas, como a vitória «inevitável» de Jânio — mas uma atividade concreta e honesta, nas bases e nas cúpulas dos partidos, no sentido de levar adiante a campanha da chapa Lott-Jango e assegurar a sua vitória indiscutível nas urnas de 3 de outubro. E para essa atividade — que deve traduzir-se em coisas muito objetivas: alistamento eleitoral, material de propaganda, realização de atos, levantamento de recursos financeiros, arregimentação do eleitorado, etc. — que os partidos precisam voltar-se urgentemente. Sem nenhum exagero, pode-se afirmar que nada disso está sendo feito com seriedade. E o que é pior: os dirigentes partidários não fazem e, como se isso fosse pouco, procuram ainda dificultar a ação em que as forças nacionalistas estão lançadas, a decisão de levar à vitória a candidatura do ex-ministro da Guerra.

E' cada dia mais evidente, por exemplo, o esforço das cúpulas partidárias para reduzir ao mínimo os contactos diretos do marechal Lott com as massas populares. Episódio significativo ocorreu agora mesmo em São Paulo: o dirigente possibilista Ulisses Guimarães tudo fez para impedir que o marechal comparecesse a um comício preparado pelos trabalhadores da Sorocabana, em que mais de mil pessoas aguardavam — e depois aplaudiam com entusiasmo — o candidato nacionalista. E' fácil perceber-se o que se visa com isso: retirar ao marechal o poderoso estímulo representado pelo apoio das massas, abater a sua própria confiança no triunfo e tornar mais viável, assim, um desses mirabolantes «esquemas» do boicote.

A luta das forças nacionalistas tem de desenvolver-se, portanto, em dois planos: no da pressão incessante e enérgica sobre as direções possibilista e trabalhista e no da ação prática e cada vez mais ampla para levar às grandes massas a chapa Lott-Jango. Assim é que serão encerrados os «esquemas» e as astúcias dos renitentes saboteadores da chapa nacionalista.

Almir Matos



Festa do povo em Casa Verde

No comício em Casa Verde, e no dia seguinte em São Miguel, Prestes dirigiu-se ao povo paulista, concitando-o a empenhar-se com todas as forças na campanha pela vitória da chapa nacionalista Lott-Jango. Milhares de pessoas ouviram Prestes e aplaudiram com entusiasmo as suas palavras.

Prestes em São Paulo: Lutar Pela Vitória de Lott-Jango

Reportagem de EVA WAZROS

«Gosto de andar pelas ruas, mas raramente me sobra tempo para fazê-lo» — diz Prestes a um amigo que caminha a seu lado pelas ruas de São Paulo. Durante o trajeto pelas ruas repletas de gente, muitos populares reconhecem Pres-

tes e vêm apertar-lhe a mão emocionados.

O líder comunista está em São Paulo e neste momento, depois de ler em casa os diários, vai ao encontro de amigos que o esperam na Praça do Patriarca.

Entrando em casas comerciais, Prestes aproveitou a folga para comprar uma borracha para panela de pressão. Voltou-se para a repórter, como que numa explicação: «É um pedido da Ligia».

Andando, o grupo chegou à praça da Sé. Após comprar a última edição de Novos Rumos numa banca de jornais, Prestes presenciou uma discussão dos famosos «debates da praça da Sé». Reconhecido por muitos dos presentes, foi logo rodeado por amigos e pessoas desejosas de cumprimentá-lo.

Dirigiu-se depois à casa de um velho ferroviário, que o convidara para um almoço.

Conversa com estudantes

À tarde, durante horas, manteve uma discussão com universitários comunistas. Os estudantes falaram sobre o movimento que desenvolviam em torno do projeto de Diretrizes e Bases do ensino, sobre a plataforma nacionalista que suas entidades defendiam, sobre a campanha pró-Lott, sobre a linha política dos comunistas, etc. Indagações, dúvidas, idéias e propostas surgiam de todos os lados. Todos se sentiam à vontade.

Prestes foi o último a falar. Teceu considerações sobre os problemas abordados pelos estudantes, dizendo-lhes, entretanto, que para as suas questões específicas, ninguém melhor de que eles próprios para encontrar as soluções viáveis, à base da orientação política geral.

Apontou a necessidade dos jovens se dedicarem ao estudo e às pesquisas sobre a realidade brasileira, a fim de melhor contribuírem para o acerto da linha política dos comunistas, fazendo-a aproximar-se ao máximo da verdade.

Comícios

Milhares de pessoas compareceram aos comícios pró-Lott e Jango

em casa Verde, dia 10, e em São Miguel, dia 11, onde a presença de Luís Carlos Prestes era esperada. À chegada do líder comunista, e sob o espocar de rojões, em ambos os comícios o entusiasmo popular chegou ao auge. Em São Miguel, a certa altura, uma congada de Guaianazes, provida de cartazes e faixas, interrompeu o comício, dando-lhe um toque bem brasileiro.

Vários dirigentes sindicais e de entidades populares, bem como o vereador paulistano dr. Rio Branco Paranhos, o deputado Luciano Lepera e o sr. Frota Moreira, representando o P.T.B., usaram da palavra.

Os olhares do público voltaram-se para Prestes, expressando sua alegria «na festa do povo» como afirmara um orador, referindo-se ao comício Prestes iniciou a sua oração:

«Quem vos fala não tem postos e nem cargos; venho à praça pública, tão-somente como um revolucionário, traber-lhes a opinião dos comunistas». Aplausos, «vivas» a Prestes e Lott e Jango fizeram-se ouvir constantemente, interrompendo o orador.

Esclareceu que a candidatura Lott não saiu das cúpulas do PSD ou PTB, mas da parte mais esclarecida da Frente Parlamentar Nacionalista e da ala mais democrática do «exército». «É uma candidatura nascida no 11 de novembro». Daí, demonstrou a autenticidade da chapa nacionalista Lott e Jango. Apoiando-a, os comunistas mostram na prática que «colocam os interesses da Nação acima de quaisquer outros interesses».

Depois, caracterizou a candidatura Jânio como entreguista e demagógica, mostrando a sua responsabilidade pela carestia em São Paulo, caminho que é agora seguido pelo seu sucessor Carvalho Pinto. «Jânio quer, se eleito, aplicar as normas ditadas pelo Fundo Monetário Internacional, tal qual fez Frondizi, na Argentina», denunciou.

Referiu-se à candidatura do sr. Ademar de Barros como divisionista e mostrou a importância da sua retirada. Concluiu dizendo que o voto consciente do povo só poderá pertencer a Lott e Jango.

Comícios de Lott e Jango em Bonsucesso e Niterói

A Praça das Nações, em Bonsucesso, será o ponto de concentração de todos os nacionalistas da Zona Norte carioca, no próximo dia 19 (domingo), às 19 horas, quando ali será realizado um grande comício pró Lott-Jango. Além dos candidatos, marechal Lott e Jango Goulart, falarão ao povo, na ocasião, o governador do Estado do Rio, Roberto Silveira, o ministro Amaral Peixoto, o senador Moura Andrade, representantes da Frente Parlamentar Nacionalista, líderes sindicais dos trabalhadores e políticos do Estado da Guanabara.

Considerável material de propaganda está sendo reunido e distribuído pelos comitês nacionalistas Lott-Jango, no sentido de transformar esse comício em grandiosa festa popular, que marcará definitivamente o apoio maciço do povo carioca aos candidatos nacionalistas em 3 de outubro.

Em Niterói

Dois dias depois (dia 21, terça-feira) a comissão interpartidária que acompanha o Marechal Lott em seus comícios renovará em Niterói a festa popular de Bonsucesso. Nesse dia, às 19,30, no Largo do Barreto (Praça Enéias de Castro), Lott, Jango, Roberto Silveira, Amaral Peixoto e os demais representantes nacionalistas falarão ao povo fluminense.

No mesmo dia 21, será instalado em Niterói um Comitê Nacionalista Lott-Jango dos funcionários do DCT. Mais de 50 agências dos correios no Estado do Rio já aderiram ao Comitê, que será festivamente instalado momentos antes do comício de Lott e Jango, com a presença dos candidatos.

Os candidatos nacionalistas desembarcarão na praça das barcas, em Niterói, às 14 horas, quando receberão grande homenagem do povo fluminense e de onde sairão para visitar bairros e concentrações populares de Niterói.



Antes do comício um cafezinho

Aproveitando um raro momento de folga, Prestes dá um passeio pelas ruas de São Paulo e toma o seu bom cafézinho. Mais tarde, falará a milhares de pessoas num vibrante comício pela vitória das candidaturas nacionalistas de Lott e Jango.

O Circo Janista

Chegando à capital paulista, procedente de Salvador, Jânio Quadros dirigiu-se às pressas para a casa do picareta Quintanilha Ribeiro. Parecia fugir espavorido de alguém ou de alguma coisa, como o diabo foge da cruz. No mesmo instante, realizava-se o ato, amplamente anunciado, de formalização da candidatura do sr. Milton Campos à vice-presidência pela UDN. Os altos figurões udenistas e um auditório não muito reduzido aguardavam impacientes a chegada de Jânio. Mas as horas se passavam, e nada do «irretalável». Procurado por toda parte, não era encontrado em canto algum. Telefonaram, por fim, para a casa de Quintanilha.

«O dr. Jânio não pode nem atender nem ir à convenção. Está muito cansado. Além disso, não sabia que a reunião dos senhores seria hoje...»

Alguns cartolas da «eterna vigilância» chegam a irritar-se, e se não dizem palavras — isso seria uma vulgaridade! — ameaçam com chulques. Mas logo voltam à serenidade. Lacerda, sem nenhum escrúpulo, atua como calmante, lembrando aos mais afobados que «é Jânio mesmo o nosso homem». E logo descobrem a fórmula mais decente para manter a aparência de dignidade. Forjam ali mesmo um suposto telegrama em que Jânio se desculpa por não ter podido comparecer à solenidade.

Mas a fórmula — e mais do que ela, a dignidade — teve uma vida muito efêmera. Logo todos sabiam que o telegrama era apócrifo e que Jânio não comparecera ao lançamento oficial da candidatura Milton Campos muito de propósito e por mero cálculo político.

O candidato de mr. Cabot não apenas tinha notícia do ato, mas a data de sua realização fora acertada por ele próprio. Depois, ainda que tivesse esquecido, tomaria conhecimento do fato ao chegar à casa de Quintanilha.

Mas a nova patada de Jânio nas vestais da UDN não pode surpreender a ninguém. Já não aconteceu pior com o próprio presidente udenista, o banqueiro Magalhães Pinto? E não foi isso o que se deu com o «coronel Leandro»? No caso presente deve-se ter em conta, além de tudo, que ele se deu em São Paulo — precisamente onde Jânio foge de aparecer em público ao lado da UDN mais do que d. Helder Câmara devia fugir do pecado. O amigo de Rockefeller coadjuva perfeitamente que conseqüências funestas teria para a sua demagogia populista surgir na capital de São Paulo ao lado de Herbert Levy ou de Carlos Lacerda.

Este é, enfim, mais um capítulo da vergonhosa história do espezinhamento da UDN pelo candidato da Embaixada americana. E para ter um fecho bem caprichado, Jânio que ostensivamente declara de ir ao lançamento da candidatura de Milton Campos, satisfazendo assim à claque de Ferrari, forçou o senador mineiro a comparecer, no dia seguinte, a um inexpressivo comício de bairro.

E é assim que se exerce a eterna vigilância...

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

Inaugurando o serviço de telex entre Brasília e o Rio, o sr. Kubitschek, pessoa de gentileza indiscutível, utilizou o novo meio de transmissão para saudar o «nobre e fidalgo povo carioca». Ao recebermos a amável mensagem eram discutidas na camarazinha do Largo da Mãe do Bispo a situação precária dos prédios das escolas e as deficiências da estratégia da «vitz» de vassouras, que não consegue remover a sujeira das ruas. Elevase a mais de três milhões o número de nobres e fidalgos cariocas. Nunca se viu tanto aristocrata sofrendo tanto, por falta de solução para problemas tão fáceis.

Nos arquivos de Fernando de Noronha há referência à passagem por lá de dez padres moedores falsos. Tólas as coletividades de pessoas virtuosas apresentam lados fracos. Ainda agora lemos que o «telegrama Brandi», assinado pelo sr. Jânio Quadros, dirigido ao sr.

Milton Campos e lido enfaticamente pelo deputado Herbert Levy, ao ser falsificado, teve a colaboração técnica do padre Godinho, que segundo o cronista Otacilio Lopes, ao datilografar a nova peça política, alterava as frases com goles de uísque e resmungava. Quando os padres trocam o santo vinho da missa pela herética bebida dos bárbaros escoceses nunca se sabe o que pode vir a acontecer.

Alternando goles de uísque falsificado com a leitura de frases do «telegrama Brandi», o sr. Jânio Quadros, ainda segundo os jornais, teria zombado da irritação que causou aos udenistas. «Hoje eles são todos umas rolinhas», disse ele, a respeito dos homens da eterna vigilância.

Uma informação, a propósito das atitudes de candidato da Hanson's Letters. Os jornalistas obrigados a lidar com Jânio sentem que

se torna cada vez mais penoso o contato com esse homem que é a própria imagem da dissimulação, ou a falsidade em carne e osso. Por que não pedem aos donos de jornais o pagamento da taxa de trabalho insalubre?

Todos dizem que foi muito bonito o destile dos candangos na inauguração de Brasília. Agora, porém, chegam notícias de que os feitores e apontadores de obras da nova capital formaram uma gueta a pretoriana. Os trabalhadores da construção civil são tratados a paucidade. Ao mesmo tempo anunciam-se, como conseqüência da orientação autocrática, a transladação do núcleo do Palácio Pretoriano para a Câmara nova. Dois mil anos depois voltam a se encontrar os Césares e a Guarda Pretoriana? Nos confins do Planalto, porém, nos confins do Brasil, não se anuncia por São João E. O. «estas» as revoluções vooelaticas.

Estudos Sociais

Nº 7

Já se encontra à venda em todas as bancas do Rio de Janeiro e São Paulo.

Cr\$ 30,00

Assassino Nazista Letão Vive em S. Paulo Protegido Pelo Govêrno

A prisão do criminoso nazista Adolf Eichmann na Argentina por agentes de Israel serviu de pretexto para que jornais burgueses brasileiros começassem a fazer uma defesa envergonhada dos nazistas contra os que exigem sua punição. A desculpa para a nova defesa da impunidade dos criminosos nazistas é a «soberania» argentina, como se fosse possível alegar qualquer coisa em benefício dos responsáveis pelo desencadear da segunda guerra mundial e pelo assassinato de milhões de pessoas. A imprensa burguesa procura ocultar o fato de que mesmo que o govêrno argentino se dispusesse a conceder a extradição do nazista Eichmann, responsável direto pelo massacre de seis milhões de judeus, a Alemanha Ocidental não o pediria, como não o pediu até hoje. O govêrno de Adenauer já mostrou claramente que é solidário com os nazistas ao conservar como ministros e altos funcionários dezenas de nazistas conhecidos, e impedindo que fosse prorrogado o prazo para processar os responsáveis por crimes cometidos durante o regime de Hitler, prazo que expira em agosto.

privilégio e concedê-la a um criminoso de guerra seria um ultraje ao próprio Brasil, cujos filhos se sacrificaram na guerra, na luta contra o nazi-fascismo. Para provar suas acusações, o dr. Constantino mostrou a NR o dossier sobre Çukurs, com depoimentos e documentos que provam sua participação em massacres praticados na Letônia. Os depoimentos foram reunidos pelo Comitê de investigação de Crimes Nazistas nos Países Bálticos, com sede em Londres, e foram reconhecidos pelo Cônsul brasileiro naquela cidade, sr. Décio Coimbra. Çukurs, sabendo que no Brasil quase não existem refugiados judeus da Letônia, resolveu vir para cá, pensando que assim escaparia ao castigo. Os depoimentos feitos por refugiados letões nos Estados Unidos, Canadá, Alemanha e outros países, entretanto, bastam para condenar Çukurs, onde quer que ele se esconda.

conheço Herbert Çukurs desde a época da independência do Estado Letão, onde ele era conhecido por todos como oficial aviador, correspondente de imprensa e aventureiro. ... Como um dos cabeças da criminosa organização anti-semita «Perkonkrust» (Cruz Gamada), entregou-se ele com a maior atividade à exterminação e espoliação dos habitantes judeus da cidade de Riga, após a entrada das tropas de Hitler no verão de 1941. ... Por um bando chefiado por Herbert Çukurs homens, mulheres e crianças judeus foram caçados nas ruas, maltratados de modo gravíssimo, mortos a pancada, torturados e afogados no Duna, nos primeiros dias do domínio nazista. ... Um número considerável dos judeus assassinados na Liquidação do Gueto de Riga na noite de novembro para dezembro de 1941 foi morto pelo bando chefiado por Herbert Çukurs, sendo que ele individualmente matou pessoalmente a tiros centenas de pessoas. Durante esta «cação» toda a minha família morreu. »

500 num só dia

David Fiskin, de 40 anos, residente em Alemanha, declarou: «Conheço pessoalmente o criminoso de guerra Herbert Çukurs, porque estava no Gueto de Riga durante o período crítico — especialmente a 30 de novembro de 1941. Posso, por isso, declarar que foi um grande criminoso de guerra e sadista, tendo causado a morte de várias centenas de judeus. ... A 30 de novembro de 1941 foi levada a efeito uma grande «cação» no Gueto de Riga; cerca de 16.000 judeus foram selecionados, levados para a floresta e lá fuzilados. A escolha de judeus foi feita pelas alemães; Çukurs acompanhou o transporte até a floresta e participou do fuzilamento. Muitos judeus não conseguiram manter o passo. Çukurs, que estava sempre na retaguarda, atirou naquela gente sem explicação nem motivo. Quando uma criança chorou, ele a tirou do colo da mãe e fuzilou-a. Eu vi pessoalmente como ele fuzilou dez crianças. Observei pessoalmente Çukurs acompanhar os transportes oito vezes e nessas ocasiões matar muitos judeus ainda dentro dos limites do Gueto; eu pessoalmente vi cerca de 500 judeus serem mortos assim por Çukurs no dia em aprêço.»

Chefe dos pogrons

Max Tukacier, de 58 anos, residente em Munique, declarou: «Conheci pessoalmente Herbert Çukurs, que também é cidadão letão, desde 1928. Çukurs tem mais ou menos a minha idade. Çukurs era um desportista e ganhara fama com seu voo da Letônia a Gambia, na África Central. A 1º de junho de 1941 as tropas alemãs ocuparam a Letônia. Çukurs tornou-se imediatamente uma das personalidades dirigentes no Batalhão Letão dos Caveiras («Perkonkrust»), com sede em Riga, na Waldemarstrasse 19, no conhecido edifício do Banco Judeu Schmulien. Os judeus de Riga foram terrivelmente maltratados e roubados pelos letões, especialmente pelo Batalhão dos Caveiras... A 15 de junho de 1941 fui preso na rua e levado para a Waldemarstrasse. Lá fui atirado no porão onde já estavam ao todo cerca de 200 judeus, homens e mulheres. Lá estávamos sob os ordens de Çukurs e seus colegas (cerca de 20 homens). Grupos de 10 homens eram escolhidos por Çukurs no porão e riemente espancados ao serem impedidos de escada acima. Do porão ouvimos aquela gente ser espancada e fuzilada lá em cima. O mesmo fato ocorreu repetidas vezes; cada 15 a 20 minutos mais 10 homens eram levados para cima para serem fuzilados. Depois de seis desses grupos terem sido arrancados de nosso meio, chegou a minha vez... Fomos para uma grande sala onde vimos roupas e calçados espalhados pelo chão. Fomos terrivelmente espancados... Vi que Çukurs era o chefe desse grupo... Çukurs notou que havia 11 homens no nosso grupo em vez de 10... como eu estivesse de pé junto à parede externa mais próxima do porão, 4 letões me agarraram e fizeram voltar ao porão vibrando-me golpes... Depois fomos levados para o pátio... um espetáculo horrível nos esperava. Ao lado de uma janela cadáveres de judeus, alguns vestidos, outros seminus, outros nus jaziam num monte... os SS letões tinham atirado pela janela ao pátio aqueles que tinham fuzilado... Em 29 de novembro de 1941, quando os judeus já estávamos num Gueto, houve uma grande «cação». Estando nós, cerca de 30.000 judeus reunidos em uma praça, vi Çukurs chegar num automóvel bem-pósto numa longa capa de couro. Çukurs foi um dos dirigentes destacados da «cação»... Na noite de 29 para 30 de novembro de 1941 cerca de metade dessa gente foi reunida na praça e em 30 de novembro às 6 horas da manhã, levados em grupos para a floresta de Bikernieku e lá fuzilados... »

Indivíduo bestial

Salomon Gerstein, de 58 anos, residente em Minneapolis, Estados Unidos, declarou: «Antes da guerra vivia permanentemente em Riga, na Letônia, e

No Brasil também tem

A revelação mais uma vez dos crimes nazistas é importante agora que o govêrno brasileiro se dispõe a conceder naturalização a Herbert Çukurs, criminoso nazista responsável pela morte de milhares de judeus e democratas letões, residente em Santos. Çukurs solicitou naturalização em 1950, mas não conseguiu porque a Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro se dirigiu ao Ministro da Justiça, Negrão de Lima, provando os crimes cometidos por ele na Letônia ocupada por Hitler. Dez anos depois, Çukurs volta à carga e no dia 17 de maio deste ano publica um edital do Ministério da Justiça solicitando documentos do nazista para que seja concedida a naturalização.

O diretor da Federação das Sociedades Israelitas do Rio de Janeiro, dr. Marcos Constantino, declarou a NR que a atitude da Federação do Rio, assim como de qualquer entidade israelita do Rio, de São Paulo, ou de qualquer outro Estado — da mesma forma que dos israelitas em geral — nunca foi ditada pelo ódio, ou por espírito de perseguição. A pessoa física de Herbert Çukurs nunca nos interessou. Consideramos, porém, que a cidadania brasileira é um



Jundiaí vibrou

O Estado de São Paulo é considerado o reduto eleitoral de Jânio. Nos diversos comícios que já realizou nesse Estado, entretanto, o Marechal Lott tem encontrado enorme receptividade para a sua candidatura, e para as afirmações nacionalistas de sua campanha. Na foto, um aspecto do comício do candidato nacionalista em Jundiaí.

SÃO PAULO

Limeira, Americana e Jundiaí: Três Grandes Comícios de Lott

São Paulo — (Da Sucursal) — Três concorridos comícios realizou o marechal Lott no último sábado nas cidades de Limeira, Americana e Jundiaí. O mais importante foi o de Jundiaí, onde uma massa estimada em duas vezes a que compareceu ao comício de Jânio naquela cidade, aplaudiu entusiasticamente o candidato nacionalista, manifestando seu apoio às justas teses por ele defendidas em relação à escola pública, às remessas de lucros para o estrangeiro, à previdência social, etc.

O comício de Limeira foi uma verdadeira festa. Um desfile de esportistas precedeu os discursos dos oradores e em seguida milhares de paraquedas coloridos, com os nomes de Lott e Jango, foram atirados de aviões que sobrevoavam a cidade. O líder sindical Vladimir Schnor transmitiu, na oportunidade, o apoio dos trabalhadores ao marechal Lott. Este, em seu discurso, precisou mais uma vez seu ponto-de-vista a respeito da escola pública; seu pronunciamento foi oportuno, sobretudo tendo em vista que Jânio se tem colocado em defesa do projeto Lacerda, em favor dos comerciantes do ensino. E sobre o problema da terra, assim se expressou o marechal Lott: «A reforma agrária, uma das metas do meu govêrno, preparará aos trabalhadores rurais pequenas glebas para cultivar. Vamos acabar de uma vez com os senhores de engenho.»

Também em Americana realizou-se concorrido comício, falando aí, em nome dos trabalhadores, o sr. Romeu Sturani.

Enio Sandoval Peixoto, que falou em nome dos comunistas. Depois de chamar a atenção de todos para a necessidade do fortalecimento da luta pela paz, ameaçada pelas provocações e pactos guerreiros do govêrno norte-americano, o prof. Enio fez notar a importância da denúncia, neste momento, do Acôrdio Militar Brasil-Estados Unidos e da retirada dos norte-americanos de Fernando de Noronha. Denunciou, depois, a posição que vem assumindo o governador Carvalho Pinto contra os camponeses de Santa Fé e a favor do latifundiário Zico Diniz, bem como a arbitrariedade da prisão do líder Joffre Correia Neto, processado pela desmoralizada «Lei de Segurança», por defender os interesses de seus irmãos. Finalmente, o prof. Enio Sandoval Peixoto reclamou a legalidade para o Partido Comunista do Brasil, arrancando entusiásticos aplausos da multidão.

Soldado quebra ônibus e garante abatimento

Soldados e sargentos da Polícia Militar de Fortaleza saíram às ruas na tarde da última sexta-feira numa operação quebra-ônibus, que teve logo a adesão do coronel Oliveira e dos estudantes e trabalhadores cearenses. As manifestações foram motivadas por uma decisão da Câmara Municipal retirando aos militares o abatimento de 50% nas passagens dos coletivos da cidade. O antigo direito dos militares foi restabelecido logo depois por determinação das autoridades competentes. O coronel, os sargentos e os soldados voltaram vitoriosos ao quartel. Alguns ônibus foram quebrados, mas nada calma em Fortaleza.

JUNDIAÍ

Organizado pela Frente Nacionalista, com o apoio de todos os partidos e correntes que prestigiam a candidatura Lott, o comício de Jundiaí constituiu-se em uma consagração tanto do candidato quanto das reivindicações democráticas e nacionalistas do nosso povo.

Aberto pelo vereador Antônio Galvão, líder sindical, que falou em nome dos trabalhadores, o ato teve como um dos mais destacados oradores o prof.



Gratidão do Povo a Alice Tibiriçá

Centenas de pessoas de várias condições sociais reuniram-se no dia 8 na ABI, a fim de prestar comovedora homenagem à memória de Alice Tibiriçá, cujo décimo aniversário de falecimento transcorria naquela data. Personalidades representativas de todas as correntes do pensamento, líderes femininas, dirigentes de numerosas organizações sociais e assistenciais ali compareceram para manifestar a gratidão do povo brasileiro à incansável lutadora pelas grandes causas humanitárias e patrióticas.

de Lepra; Dr. Hélio Vaz de Melo, presidente da Associação Brasileira de Amparo aos Leprosos; sra. Diva Miranda Moura; Deputado Campos Vergal; sr. Alvaro Dias; Prof. Matilde Carvalho, representante da Federação das Mulheres do Estado de São Paulo; Vereador Mourão Filho; escritor Alberto Pizarro Jacobina, em nome do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional; dra. Zélia Pinho de Rezende, que presidiu a solenidade. Em nome da família de Alice Tibiriçá, a sra. Maria Augusta Tibiriçá Miranda proferiu um conovido agradecimento.

Epiódio emocionante ocorreu poucos minutos antes de encerrar-se o ato. Um ex-hanseniano desconhecido, que se encontrava no meio da assistência, pediu a palavra para testemunhar sua gratidão a Alice Tibiriçá, cuja dedicação à causa dos leprosos o havia salvo do aniquilamento, quando já perdera todas as esperanças e perambulava pelas ruas do Rio, sem assistência e sem abrigo. Hoje, inteiramente recuperado como tantos outros ex-doentes do mal de Hansen, é um cidadão útil à sociedade.

A fecunda atividade de Alice Tibiriçá em diversos setores da assistência social e sua atuação combativa em prol da paz e da emancipação nacional foram evidenciadas por vários oradores: Dr. Orestes Diniz, diretor do Serviço Nacional

Entre as numerosas personalidades presentes, chamadas a integrar a mesa, Luiz Carlos Prestes representou os comunistas brasileiros na homenagem à grande líder feminina.

Carta do Sertão

Juvino vê de Brasília cum «guirriste istomacá» Trôve orde pur iscrito pra s'interná n'ospitá. Vêi a família tombê, pôs no prânarto num tem adonde pobe morá.

Fez um barraco de zinco aqui na nossa favela e foi procurá ricurso pra curá suas marzela.

Diáps de passá seis mês de mão im mão cum o biêto Mandaro Juvino hi no palaco do Catete.

Do Catete li mandaro percurá o IAPC. Foi pru DNPS para qui e doutô desse um papê prêite trazê.

As moças se burriciam quando Juvino falava. Sem uvi o miserave pra outo luga mandava. Já sem força e sem dinhéro o candango s'acabava.

Podem ficá discansadas moças das repartição. Antonte dimadrugada morreu Juvino Simão. Cansado de lta rogá arresorveu se jogá nas roda dum lotação.

Assim, cumpade Mané, se acabou o seu fio. José Jurema de Lima: o criado aqui do Rio.

Favela dos «isqueleto», cumpade Mané Bimão: Morreu Juvino teu fio vô li dizê a rezão.

Todos morre, nós sabêmo, a morte é c fim da vida. Mas a morte qui Deus deu, porém, Juvino morreu, sem se de morte murrada.

O candango se matô praquê robá num sabia. Seus quato fios piqueno há três dias num cumia... coisas de nosso Brasil: mardita «burrocracia»!



NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.

Secretário — Fragmon Borges
REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 64
Enderêço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semestral > 130,00
Trimestral > 70,00

Áerea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.
Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00

Notas Sobre Livros

Em meados de 1928, a direção do PCB resolveu editar um órgão especial de discussão, tendo em vista expor e debater perante todo o Partido as críticas e divergências, que vinham se acumulando desde algum tempo e que haviam culminado com a publicação de um panfleto, firmado por antigo membro da Comissão Executiva no qual se articulava uma série de violentos ataques a diretrizes seguidas na atividade partidária. O autor do panfleto era o secretário sindical da CE, e seu rompimento com a direção fez cristalizar-se à sua volta um movimento de oposição organizada, abrangendo algumas dezenas de membros do Partido. Sem ceder uma linha na defesa da unidade do Partido, entendeu entretanto a CE que era necessário examinar abertamente as críticas e divergências vindas a público de maneira irregular. Seria uma discussão preparatória do III Congresso, a reunir-se dentro de alguns meses.

A nova publicação tomou o nome de **Auto-Critica**, saindo em forma de revista, com um mínimo de 16 páginas cada número. Sua coleção consta de 8 números, 6 publicados antes do III Congresso, e mais 2 já em 1929, depois do Congresso. Ao todo — 160 páginas de texto, formato 28x19, composição em duas colunas. **Auto-Critica** tornou-se raridade bibliográfica, o que justifica os detalhes acima. Por esta consideração bibliográfica e também por sua significação histórica de primeira tribuna de debates criada pela Direção do Partido, ocorreu-nos a idéia de recordá-la neste lugar e neste momento.

Eis as principais matérias debatidas nos 6 números que antecederam a realização do Congresso: atividade dos comunistas nos sindicatos operários, linha política e tática do Partido no Bloco Operário e Camponês, problema camponês, Juventude Comunista e o Partido, caráter da revolução brasileira, luta contra o anarco-sindicalismo e o peleguismo, disciplina partidária, e ao lado disso alguns documentos da IC e do Secretariado Sul-Americano da IC.

Uma análise, mesmo sucinta, dos debates travados nas páginas de **Auto-Critica** será de grande interesse para a história da formação do Partido.

Mas isso é coisa que não cabe aqui. De um modo geral e muito sumário, podemos contudo constatar que o seu nível teórico era baixo, mantendo-se a discussão quase que só no terreno da atividade prática dos comunistas, inclusive naqueles pontos que mais de perto se relacionavam com a linha e a tática do Partido. Da leitura levada a efeito, de novo, a mais de trinta anos de distância, chegamos a concluir que o ponto alto da discussão propriamente dita esteve na firme posição da direção em defesa da unidade do Partido. Ainda aí, sem dúvida, não será difícil assinalar uma certa tendência formal, pairando na superfície dos problemas; mas, em princípio e em sua palpitação interior, a luta pela unidade sustentada com intransigência pela Direção foi necessária e justa. Isto aliás foi reconhecido e aprovado pelo III Congresso.

Ao cabo de tudo, se fizermos um balanço mais apurado das discussões desencadeadas pela publicação do citado panfleto, e que aliás foram exploradas pela imprensa reacionária e também pelos anarquistas e social-reformistas, poderemos verificar, muito simplesmente, que todas as críticas e divergências surgidas depois de 1927 tinham o seu ponto de partida nas falsas concepções dominantes no Partido acerca do caráter da revolução brasileira. Tudo o mais decorria daí, e nesta questão, que era fundamental, todos se equivocavam e erravam, tanto a direção quanto a oposição. O sectarismo e o dogmatismo, o esquerdismo e o oportunismo eram comuns a uns e a outros. A confusão era geral, fruto da geral insuficiência teórica. Se havia diferenças, eram apenas de gradação, de mais-ou-menos num sentido ou noutro. O mérito principal da direção, convém repeti-lo, consistiu em manter-se firme na defesa da unidade do Partido.

Astrojildo Pereira

O Santo Prêso

Não conheço nada mais — digamos assim — eloquente do que certos telegramas que os jornais publicam escondidinhos em cantos de página, notícias desprezíveis que parecem querer passar despercebidas, mas que muitas vezes exigem do leitor análise demorada. Um deles será hoje comentado aqui. É uma história que não deixa de ser engraçada, apesar de sua eloquência.

Vamos a ela: em Pesqueira, cidade pernambucana — conta um telegrama de Recife — uma devota, dessas exageradas e fervorosas devotas, com especial dedicação a Santo Amaro, resolveu homenagear seu santo com uma procissão. No dia e hora marcados, Amara Fortunata, a besta, usando o feminino nome de seu padroeiro, saiu à rua com todo o aparato das procissões legais. (Perdão, digo legal porque lúes ver que há procissões ilegais). Santo Amaro carregado em andor entre flores, velas, muitas acompanhantes naturalmente, em fila indiana rezando o terço. Procissão com características religiosas, apostólicas, porém não romanas, pois que não contava, em absoluto com a aprovação do vigário local.

Quando Amara pensou em promover o festejo a Amaro, pediu permissão ao padre vigário que negou-lhe; só a Igreja pode realizar procissões, etc. Mas Amara, tímida achou-se no direito de desrespeitar a opinião canônica e fazer feliz o santo que lhe deu o nome. Resultado: na hora em que desfilavam nas ruas de Pesqueira, santo e beatas, um destacamento de soldados de polícia, a pedido do padre, prendeu o santo, desfez a procissão. (O telegrama não conta se houve pancadaria, mas a polícia não desmancha reuniões com doces e suspiros, sabemos). Prêso, Santo Amaro foi mandado, como qualquer prisioneiro, como qualquer criminoso comum, para a cadeia local.

Um santo prêso, neste momento, neste século, não creio que seja coisa banal e logo na cadeia! Nem sequer o levaram prêso para a Igreja local. Amara enfurecida, atingida — compreende-se — no seu amor-próprio e no amor ao padroeiro, inconformada com a injustiça daquela prisão, resolveu buscar Amaro na prisão. Qual não foi a sua surpresa quando lhe declarou que o santo só seria pôsto em liberdade mediante pagamento da taxa de carceragem.

Nada invento. Tudo isso está num telegramzinho que um matutino publicou. Infelizmente esses telegramas nunca dizem o fim das histórias. Não sei se Amara teve dinheiro para pagar a liberdade de Santo Amaro, se ele continua prêso, se o padre vigário permitirá que uma simples mulher continue homenageando um santo que — ao que eu saiba — não é de ter muitos adeptos. Mas que carceragem pode pagar Santo Amaro se ele não comeu nem bebeu, se ficou prisioneiro, mudo, sem reivindicações?

Nada mais conta o telegrama. Nós outros, que de nada nos espantamos (um homem honesto nunca se espanta, disse o velho Voltaire) tanto conhecemos os homens e a intransigência da Igreja Católica, desejamos um fim feliz para Santo Amaro e sua devotada Amara. O que também não impede que julgemos a ingenuidade da besta pensando que é possível a um crente realizar procissões só porque é crente e amar um santo particular de tal modo que deseje torná-lo um santo coletivo. Ainda há histórias assim neste mundo de Amaras.

Encido

Tópicos Típicos

A dificuldade está em saber qual o pior. O do «Diário de Notícias» tem o erotismo sacro do Corção. O do «Jornal do Brasil» tem a burriceira concreta. E o suplemento de «O Globo» tem o Antônio Olinto (perceberam a sutileza?).

Ao leitor a escolha:

... comunismo e capitalismo dão-se atualmente muito bem, como todos sabem. São ambas formas de hipereconomismo e lá se entendem (...) a mais avançada abstração da mais evanescente metafísica que o mundo conheceu: o materialismo dialético.

Vagidos de J. C. Barbosa Moreira no «Diário de Notícias» do dia 12, após leitura atenta (e confusada) de «Três alqueires e uma Light, digo: uma Vaca», brochura de seu mestre Corção.

... a literatura brasileira está morta.

Quem diz, no último suplemento do «Jornal do Brasil», é J. C. de Oliveira, que, com seus cúmplices neoneoconcretos, apressa-se a enterrá-la em seus respectivos buracos. Linhas adiante, o mesmo J. C. se sai com essa: «A tentativa de conciliação entre as duas tendências foi tentada... Chega. A tentativas tentadas não há mesmo literatura que resista.

Os atentados à literatura, entretanto, não são privilégio do «Jornal do Brasil». Em «O Globo», de 11 de junho, por exemplo, o literatizado Olinto, transformou os três primeiros volumes de «O Don Tranquillo», romance de Chotkovich, numa história de seis quadros, aperfeiçoando, assim, a sua técnica de condensar livros para a revistinha «Seleções».

Apêndice.

Rubem Braga — ex-sabá, atual araponga da crônica — ocupa a sua página semanal de «Manchetes» (nº 426) piando desesperos:

«Eu estava bebendo...» (e continua)
 «Estou velho demais...» (aposentadoria pra ele).
 «Não sei desenhar (...), não sei fazer versos...»
 «Cansa é lugar de andar nu... onde eu possa rezar a divindades ocultas...» (que é isso...)

Não é por acaso que quando o Rubem brada «Joana, JOANA!»

Pedro Severino

não há mulher que atenda.

MAIS DE 2000 PEDIDOS DE INGRESSO JÁ FORAM ENVIADOS

A UNIVERSIDADE DA AMIZADE DOS POVOS

S. ROUMIANTSEV
Reitor da Universidade

Exclusivo para NOVOS RUMOS no Brasil

A idéia da colaboração pacífica, amistosa, entre os povos iguais em direitos, conquista a opinião de milhões e milhões de pessoas de todos os continentes.

Os povos da Ásia, África e outros continentes tendem para a vida, a luz, a liberdade. Fiel às idéias do internacionalismo proletário, a União Soviética realiza de forma consequente a política de fortalecimento da colaboração entre os países do grande campo socialista e os países da Ásia, África e América Latina que se libertaram do jugo do colonialismo e enveredaram pelo caminho do ressurgimento nacional. Constitui uma clara expressão dessa política a fundação na URSS de um novo extraordinário centro de instrução superior: a Universidade da Amizade dos Povos.

N. Kruschiov caracterizou a ajuda que a União Soviética presta a outros países na preparação de quadros nacionais com instrução superior, como cumprimento do legado leninista. Condição indispensável para a consolidação da independência dos novos Estados do Oriente e para seu desenvolvimento posterior é o progresso social nesses países. Isso é perfeitamente compreendido pelas destacadas personalidades do movimento de libertação nacional. Por exemplo, Nehru, Primeiro Ministro da Índia, declarou que a Ásia, depois de sua libertação política, quer alcançar a libertação econômica. Uma sociedade justa e florescente, disse o Presidente Sukarno da Indonésia, não cai do céu como o maná; é necessário lutar por semelhante sociedade, é necessário construí-la.

A União Soviética considera seu dever internacional contribuir por todos os meios para a liquidação do atraso cultural e econômico dos países antes coloniais e dependentes, no sentido de ingressar no caminho do florescimento econômico e do ressurgimento cultural dos povos que obtiveram recentemente a independência estatal. Os comunistas — disse Kruschiov — lutam não só para que os povos de seus países vivam cada vez melhor, como também para que os povos de todos os países possam fazer o mesmo.

A experiência da União Soviética e de outros países socialistas demonstrou que não é possível atingir o auge das forças produtivas da sociedade sem criar uma intelectualidade nacional que domine bem a ciência e a técnica modernas, e educada no espírito do autêntico patriotismo. Eis por que a União Soviética não se limita a prestar ajuda econômica e técnica aos países subdesenvolvidos, mas os ajuda também no terreno da instrução pública. Na Índia, Birmânia, Indonésia e Guiné, por exemplo, estão sendo criados, com a nossa ajuda, centros de instrução técnica superior.

Muitos cientistas soviéticos pronunciam conferências em centros de instrução superior no estrangeiro. Nos centros docentes soviéticos instruem-se dezenas de milhares de moças e rapazes de diversos países. Os que já retornaram aos lares, depois de terminar os estudos, firmaram reputação em sua pátria de bons especialistas e ativos trabalhadores sociais. Como efeito disso, numa série de países adquire caráter de massas cada vez maior o desejo de receber instrução nos centros superiores soviéticos.

Indo ao encontro desses desejos progressistas, o governo soviético criou em Moscou a Universidade da Amizade dos Povos. Com a abertura desse centro de instrução superior de novo tipo surge outra forma eficiente para preparar quadros nacionais de especialistas para os países da Ásia, África e América Latina. Naturalmente, todas as formas anteriores de colaboração, no terreno do ensino, entre a URSS e demais países, se mantêm e se ampliarão.

Na Universidade da Amizade abrem-se amplas possibilidades para realizar pesquisas científicas em relação aos problemas do desenvolvimento de economia e a cultura nacional dos povos que obtiveram recentemente a sua independência. Além de se fortalecer a ajuda científica aos países correspondentes, isso permitirá elevar consideravelmente o nível de preparação dos especialistas. A experiência das escolas superiores soviéticas testemunha que acompanhar o estudo com a participação ativa dos estudantes na preparação de uma elevada qualidade na preparação profissional dos es-

pecialistas. A temática das pesquisas científicas que serão realizadas na Universidade será compreensível para os estudantes e lhes proporcionará um abundante meio de nutrir seus interesses profissionais e patrióticos.

A Universidade da Amizade dos Povos colaborará com outras instituições científicas soviéticas que estudam os problemas correspondentes. Também está disposta a estabelecer, sob o princípio da reciprocidade, contactos permanentes com os centros superiores de ensino, instituições científicas, organizações sociais e empresas de produção dos países da Ásia, África e América Latina, com a finalidade de trocar informações, publicações e outros materiais.

Na Universidade terá plena aplicação o sistema soviético de instrução superior que conquistou reconhecimento universal. Preparará especialistas de alto nível em todos os ramos fundamentais do saber. Ao mesmo tempo, os estudantes terão possibilidades de ampliar seus horizontes culturais e de conhecer a literatura e a arte dos povos do país dos Soviets.

A Universidade da Amizade desenvolverá sua atividade paulatinamente. Este ano, iniciará seus estudos na faculdade preparatória 500 estudantes. Nos anos sucessivos começarão a funcionar, curso após curso, as faculdades fundamentais. Dentro de quatro anos estarão na Universidade 3.000 a 4.000 estudantes.

Manifestaram elevado sentimento do dever patriótico e ao mesmo tempo internacional os cientistas da Universidade de Leningrado, que se comprometeram a ajudar por todos os meios a Universidade da Amizade. Em sua conclamação aos trabalhadores dos centros de ensino superior soviéticos, escrevem: «Consideramos o ensino e a educação dos estudantes da Universidade da Amizade dos Povos como a causa comum de todos os cientistas da União Soviética».

A notícia da criação da Universidade causou profunda emoção e alegria à juventude de todo o mundo. A intervenção de N. Kruschiov na Universidade de Yokyakarta e a publicação na imprensa das condições de admissão na Universidade deram lugar a uma torrente de cartas não só da Ásia, África e América Latina, como também dos Estados capitalistas da Europa e América. Já recebemos mais de 2.000 cartas de 72 países, inclusive de muitos da Ásia, África e América Latina.

A juventude manifesta um grande desejo de estudar na União Soviética porque conhece o país soviético como o Estado de vanguarda no terreno técnico-científico, com o sistema mais democrático e progressista.

Um jovem da Guiné, por exemplo, quer ingressar na Universidade e nela adquirir a especialização de engenheiro. Escreve dizendo que

na República da Guiné há muitos minerais: ferro, carvão, petróleo, diamantes. Por isso, deseja tornar-se um especialista para participar em sua pátria da criação da indústria nacional independente e utilizar todos os minerais em benefício de seu povo.

Do longínquo Panamá recebemos uma emocionante carta de uma moçinha de 16 anos. Foi uma das primeiras a enviar seu pedido de ingresso na Universidade. Tem esperança de que a nova Universidade possibilitará o ensino de muitos jovens dos países subdesenvolvidos. «Em meu país — diz a carta — «a instrução superior é um privilégio das classes poderosas, e os pobres não podem nem sonhar com ela. Desejo estudar na Universidade para conhecer os grandes adiantamentos do povo soviético e dedicar meus conhecimentos em benefício de meu povo».

As moças e os rapazes da Nigéria, Costa do Marfim, Argélia, Síria, Líbano, Iraque, Índia, Indonésia, Japão, Tanganica e outros países saudam com enorme alegria o nascimento da Universidade.

A instituição em Moscou da Universidade da Amizade dos Povos é uma brilhante expressão do espírito de elevada solidariedade internacional do povo soviético. Com sua atividade, este novo centro de instrução superior estimulará o entusiasmo de que estão invadidos os povos que se libertaram das cadeias do colonialismo.



Na Hora da Luta, os Artistas Não Representam

Os moradores da praça General Osório foram surpreendidos nos dias 7 e 14 (terça-feira) por uma sessão extra, a partir da meia-noite, no Teatro de Bólo, a platéia com Fernanda Montenegro, Olga Navarro, Terezinha Austregésilo, Aracy Cardoso; Milton Moraes, Mário Brasini, Oduvaldo Viana Filho, Rafael de Carvalho, uma platéia com cerca de uma centena de conhecidos artistas.

É que a essa hora, quando terminam os espetáculos teatrais, os músicos, radialistas, atores, técnicos e produtores das emissoras cariocas de rádio e televisão se têm reunido para debater os meios de enfrentar a gravíssima ameaça das

transmissões em caráter normal, e sem regulamentação, dos filmes importados (americanos, quase todos) e das gravações em «play-back» e em vídeo-tape.

Na primeira assembléia, dia 7, foi constituída uma comissão, encarregada de apresentar um projeto de resoluções a ser discutido e aprovado na terça-feira seguinte.

Dentre as resoluções, destacamos: exigir a regulamentação dessas transmissões, com pagamento integral (a cada repetição) do salário diário ou do «cachet» de todos que participaram do programa; impedir que a exibição de filmes ocupem mais de um terço da programação

das estações de TV, não permitir que sejam apresentados nos horários nobres (entre 19 e 23 horas), exceto os filhos dos telejornais, e exigir que os estrangeiros sejam dublados em língua portuguesa; realizar a luta através dos sindicatos de atores, cenógrafos e técnicos, dos músicos e dos radialistas.

A luta vem despertando tal interesse que o plenário da assembléia, cuja maioria até desconhecia a existência de suas associações de classe, lançou um apelo visando a sindicalização em massa, a fim de garantir a vitória.

Na foto, um aspecto da última assembléia.

RETIRE LOGO O SEU TÍTULO

Termina no Dia 24 o Alistamento

No próximo dia 24 encerra-se o prazo para o alistamento eleitoral. É necessário, portanto, que aqueles que ainda não têm os seus títulos em mão procurem sem demora a Zona Eleitoral de seu bairro e se alistem para o próximo pleito.

Não há nenhuma dificuldade para qualquer cidadão tomar-se eleitor: basta ter 18 anos, saber ler e escrever e, na Zona Eleitoral, apresentar como documento certidão de nascimento, ou de reservista, ou de casamento, ou a carteira de identidade, além de 3 retratos, tamanho 3x4, sem chapéu.

Segundo o Código Eleitoral, quem for obrigado a alistar-se e não o fizer, não poderá a partir de 24 do corrente inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, investir-se ou empregar-se nêles, receber vencimento, remuneração ou salário de emprego ou função pública ou proventos de inatividade, participar de concorrência pública, obter empréstimos nas Casas Econômicas Federais ou Estaduais, Institutos ou qualquer estabelecimento de crédito mantido pelo Governo, obter passaporte ou carteira de identidade ou praticar qualquer ato para o qual se exija quitação do Serviço Militar ou do Imposto de Renda.

As zonas eleitorais

São as seguintes as Zonas Eleitorais, com os seus respectivos endereços:

- 1ª ZONA — Rua Primeiro de Março 42, tel.: 31-3112 — Bairros: Centro: Cais do Porto, Jumbou, Ilhas do Governador, de Murambaia, Paqueta, do Fundão, de Bom Jesus, das Cabras; 2ª ZONA — Rua Primeiro de Março, 42 — tel.: 31-3136 — Bairro: Mangue; 3ª ZONA — Avenida Franklin Roosevelt, 146, nono andar — tel.: 52-4831 — Bairros: Catete, Flamengo, Glória, Sta. Teresa, Laranjeiras; 4ª ZONA — Rua São Clemente, 258 — tel.: 26-9036 — Bairros: Botafogo, Góvea, Leblon, Urca e Praia Vermelha; 5ª ZO-

- NA — Rua Ministro Viveiros de Castro, 154 — tel.: 57-7100 — Bairro: Copacabana; 6ª ZONA — Rua Comandante Cordeiro de Farias, 18 — tel.: 28-5606 — Bairros: Estácio, São Cristóvão, Engenho Velho, Coqueiros e Rio Comprido; 7ª ZONA — Rua Desembargador Isidro, 144 — tel.: 34-3299 — Bairros: Tijuca, Andaraí, Maracanã, Vila Isabel e Aldeia Campista; 8ª ZONA — Rua 24 de Maio, 1313 — tel.: 49-0225 — Bairros: Todos os Santos, Mangueira, Sampaio, Rocha, Riachuelo, Méier, Cachambi, Pedregulho, Engenho Novo, São Francisco e Lins de Vasconcelos.

- ZONA — Rua Euclides da Cunha, 81 — tel.: 34-0500 — Bairros: São Cristóvão e Praça da Bandeira; 10ª ZONA — Rua Primeiro de Março, 42 — tel.: 31-3158 — Bairros: Tomás Coelho, Piedade, Quintino, Pilaes, Terra Nova, Encantado e Cascadura; 11ª ZONA — Avenida Presidente Vargas, 992 — tel.: 43-2348 — Bairros: Cordovil, Cintra Vidal, Engenho da Rainha, Olaria, Brás de Pina, Ramos, Penha, Inhanhuma, Bonsucesso, Irajá e Parada de Lucas; 12ª ZONA — Avenida Presidente Vargas, 992 — tel.: 43-3149 — Bairros: Cordovil, Cintra Vidal, Vaz Lobo, Engenheiro Leal, Osvaldo Cruz, Coelho Neto, Acari, Vicente de Carvalho, Honório Gurgel, Colégio, Turiçagu, Cavalcanti, Barros Filho, Rocha Miranda, Vigário Geral e Bento Ribeiro.

- 13ª ZONA — Avenida Presidente Vargas, 992 — telefone: 43-2261 — Bairros: Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Ricardo de Albuquerque, Anchieta e Pinava; 14ª ZONA — Avenida Presidente Vargas, 992 — tel.: 43-4000 — Bairros: Maria da Graça, Del Castilho, Engenho de Dentro; 15ª ZONA — Avenida Presidente Vargas, 992 — tel.: 43-3001 — Bairros: Santa Cruz, Sepe-tiba, Bangu, Marechal Hermes, Deodoro, Campo Grande, Paciência, Santíssimo, Padre Miguel, Realengo, Cosmos, Inhaíba, Magalhães Bastos, Vila Militar, Senador Camará e Vila Valqueire;

Horário: 11,30 às 17,30. A 2ª ZONA abre das 8 às 18,00 hs. A 14ª ZONA funciona também, na Rua Aristides Caire, 80.



D. Helder na berlinda

É grande o descontentamento entre os trabalhadores favelados contra o destino que vem sendo dado aos fundos arrecadados pelo chamado Banco da Providência. Favelados de Parada de Lucas, Braz de Pina e Vigário Geral promoveram domingo último uma concentração (foto) de protesto.

Providência Falhou Para Favelados

Promovida pela Coligação dos trabalhadores Favelados do Estado da Guanabara, realizou-se dia 12, as 15,30 hs., manifestação popular de protesto contra a SERFA e a CRUZADA DE DOM HELDER, entidades que adiam e distribuem, os mantimentos e verbos

arrecadados pelo Banco da Providência, para os favelados. Usaram da palavra diversos moradores, destacando-se entre eles o Presidente da Coligação dos Trabalhadores Favelados do Estado da Guanabara, Sr. Antônio Francisco de Araújo; o Vice-Presidente, Amintas Maurício de Oliveira; Dr. Waldir Tavares, do sindicato dos médicos; Sr. Cicero Caetano, do Sindicato de Construção Civil.

Coligação Em virtude da precariedade da situação, os favelados se reuniram e fundaram a Coligação dos Trabalhadores Favelados do Estado da Guanabara, entidade que tem por objetivo a defesa dos interesses da população favelada. Uma das pretensões da entidade é realizar a distribuição dos mantimentos doados ao Banco da Providência, pois que esses são objetos de comércio por parte de Dona Jardelina. Outra reivindicação é a urbanização da favela, utilizando-se o capital doado pela Prefeitura e pelo Banco da Providência. Desde sua fundação, essa entidade é perseguida por Dona Jardelina e seus esbirros, que não vacilam em destruir os melhoramentos realizados pela entidade, e frequentemente dissolvem as reuniões populares promovidas por esta.

O acordo Depois de 44 dias de greve, a Companhia Estrada de Ferro Mossoró concordou com as exigências dos grevistas, assinando um acordo, no Gabinete do Ministro da Viação, estabelecendo a equiparação dos salários reclamada pelos trabalhadores. Para a cobertura das despesas as autoridades concederam uma elevação de 150% nas tarifas. Mas a Companhia, assinando o acordo, se recusou a cumprir integralmente: não quis pagar aos trabalhadores o salário correspondente ao abono provisório de 30% e mais o adicional de dois mil cruzeiros que os operários da Rede Ferroviária do Nordeste recebem. A empresa só queria pagar um mínimo de 3.800 cruzeiros quando, na verdade, o salário mínimo a ser pago era de 6.940 cruzeiros.

Dona Jardelina e a favela A representante de Dom Helder na Favela de Paradas de Lucas é a Dona Jardelina, que deveria distribuir os mantimentos e iniciar uma campanha de urbanização de favelas, utilizando para isso o capital doado pelo Banco da Providência e pela União. Porém, até hoje nada disso aconteceu. Dona Jardelina não tem pena de ninguém. Do dinheiro arrecadado dentro da própria favela, só se conseguiu uma miserável lixeira, situada em lugar inacessível a grande parte dos moradores. Da verba doada pela Prefeitura e pelo Banco da Providência, ninguém viu nada, além de algumas manilhas arrebatadas, que foram e palhadas no meio da favela, inúteis e sujeitos ao desgaste e destruição.

Apoio de outras favelas Na manifestação do dia 12, a COLIGAÇÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS DO ESTADO DA GUANABARA recebeu o apoio de manifestantes de outras favelas, como a de BRAZ DE PINA e VIGÁRIO GERAL, sujeitos aos mesmos abusos por parte do pessoal da CRUZADA DE DOM HELDER.

Entendimentos Para resolver esta situação, de modo a que se evitasse a delogação de uma nova greve, é que vieram ao Estado da Guanabara os líderes Cezário Clementino dos Santos, presidente do Sindicato dos Ferroviários da Mossoró, e Rafael Marinelli, presidente da Federação Nacional dos Ferroviários. Vários contatos foram estabelecidos com as autoridades do Ministério do Trabalho e do Ministério da Viação, e com os representantes da empresa, visando ao atendimento completo das reivindicações dos ferroviários. Finalmente, na última segunda-feira, os empregadores e líderes ferroviários chegaram a um acordo, através do qual fica assegurado aos ferroviários da Mossoró o salário mínimo de 5.800 cruzeiros, correspondentes a 3.800 cruzeiros, o salário base do Pessoal da PFM, e mais aos 2 mil cruzeiros que os mesmos recebem de adicional.

Desapropriação Enquanto Dom Helder fala em Reforma Agrária, Dona Jardelina na Favela de Parada de Lucas, ameaça os moradores com um novo tormento: a expropriação da terra. E para conseguir a não fosse em empregar esbirros policiais, que encolam os moradores abaixo de pancada e destroem os barracos.

Apelo à população e autoridades Valendo-se da oportunidade que lhe proporciona NR, a COLIGAÇÃO DOS TRABALHADORES FAVELADOS DO ESTADO DA GUANABARA pede o apoio da população guanabarrana e das autoridades responsáveis para a consecução dos objetivos acima citados, e apresenta-se como uma entidade muito mais responsável e capaz de defender os interesses dos favelados do que, qualquer outra que nada tem a ver com favelas.

44 DIAS DE GREVE ABALARAM A RESISTÊNCIA DA ESTRADA

Mossoró Pediu Água: Vai Elevar Salários Dos Ferroviários

Levados por uma situação de miséria verdadeiramente calamitosa, os trabalhadores da Estrada de Ferro Mos-

soró, no Rio Grande do Norte, mantiveram-se em greve durante 44 dias, reclamando a equiparação dos seus salários aos dos operários da Rede Ferroviária do Nordeste, que operam no trecho da Mossoró-Souza. A greve terminou no dia 10 de maio último, após a assinatura de um acordo que atendia às reivindicações dos trabalhadores. Como o acordo não vinha sendo cumprido, uma nova paralisação foi decretada para o próximo dia 11. A Companhia, diante da posição assumida pelos ferroviários, resolveu firmar um novo acordo, atendendo às reivindicações da corporação.

Miséria

Todos os trabalhadores da Mossoró, sem exceção, recebiam um salário mínimo de 3 mil cruzeiros, correspondente ao mínimo da Região. Com esse salário, o melado do que se recebe no Estado da Guanabara, os trabalhadores da Mossoró levavam uma vida de fome crônica. Os preços dos gêneros alimentícios, mais elevados que na Guanabara, estão muito acima do seu poder de compra. Lá, um quilo de carne seca custa 120 cruzeiros; um litro de leite, 18 cruzeiros; uma banana, 4 cruzeiros e um quilo de feijão, 80 cruzeiros.

A solidariedade

A greve, que teve início no dia 25 de março, e que terminou vitoriosa o 10 de maio último, foi liderada pelo Sindicato dos Ferroviários da Mossoró-Souza, e contou com a solidariedade dos trabalhadores, das autoridades e do povo de Mossoró. O Prefeito da Cidade entregou dois mil quilos de mercadorias aos grevistas, os Sindicatos dos Trabalhadores nas Salinas, Construção Civil, Bancários, Estivadores e outros ajudaram a sustentar o movimen-

Atualidade de Lenin

O último número da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO (nº 4, 1960) é, em sua maior parte, dedicado a Vladimir Ilitch Lenin, cujo 90º aniversário de nascimento foi festejado no mês de abril. Além do editorial — «O leninismo vive e triunfa» — em que se acentua a extraordinária atualidade dos principais aspectos da doutrina leninista, vários artigos são consagrados à obra do fundador do PCUS e da Estado socialista soviético. Jacques Ducloux, Ernest Kalman, N. Pogodine, N. Alexandrov, Palme Dutt e outros destacados marxistas escrevem sobre Lenin. Isso faz do presente número de PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO uma fonte preciosa de ensinamentos acerca da doutrina leninista, particularmente em relação aos problemas de nossa época.

Outros interessantes trabalhos aparecem ainda neste número, tais como o de O. Kuusinen sobre «As tendências e perspectivas do capitalismo monopolista contemporâneo», Eugene Dennis «Sobre a coexistência pacífica: crítica de um ponto de vista ocidental» e Luigi Longo — «Pela renovação democrática da Itália e pelo socialismo».

Problemas da Paz e do Socialismo

Procure desde já nas bancas e livrarias o número 4 (1960) de

Cinema Gennyson AZEVEDO

O Rato Que Ruge

SURPRELENDE é o mínimo que se pode dizer da comédia britânica O Rato Que Ruge (The Mouse That Roared) estreada esta semana em telas cariocas. A história absurda situa-se ao nível da melhor comédia inglesa e, mais do que isso, é sátira atualíssima à corrida que fazem as grandes potências pela supremacia de armas nucleares.

Bastando-se numa novela de Leonard Wibberley o roteirista Roger MacDougall construiu uma gostosa história que mais parece saída da inspiração de um caricaturista, tal a semelhança com as melhores criações dos artistas da pena e do pincel. A ação transcorre no fictício Ducado de Gran Fenwick, perdido em qualquer parte dos Alpes, que para resolver o angustioso problema da concorrência dos vinhos norte-americanos aos exportados pelo Ducado resolve invadir a América. O que não estava nos planos dos estrategistas de Fenwick é que seus 20 expedicionários ganhassem a guerra e aprisionassem um cientista atômico juntamente com uma superbomba. Do dia para a noite o pequeno condado passa a viver momentos de agitação com uma crise interna e o súbito interesse manifestado pelas grandes potências.

O cômico Peter Sellers, interpretando 3 papéis diversos, recita em O Rato Que Ruge a proeza do ator Alec Guinness que na comédia As 8 Vítimas criava número de personagens correspondente ao título. Sellers faz, inclusive, um papel feminino o da Duquesa de Gran Fenwick, além do de 1º ministro e do pastor Tully. Sem a genialidade de Alec Guinness, Sellers é um ótimo comediante e se desincumbe a contento da difícil tarefa. O diretor Jack Arnold (vindo de uma série de filmes medíocres) imprime um ritmo vivo como o exigia a anedota e obtém seguros desempenhos dos coadjuvantes — Jean Seberg, David Kossoff, William Hartnell e Austin Willis (secretário da defesa americana). Cenografia, guarda-roupa, algumas «gags» desenhadas e colorido reforçam a atmosfera de «cartoon».

Como dissemos no início, O Rato Que Ruge surpreende pelo que tem de insuaitado e agrada pelo tom amável de farsa. Como diversão é o melhor cartaz aparecido nos últimos meses. Como obra cinematográfica falta-lhe, porém, a profundidade da sátira verdadeira, a genialidade de um diretor como Clair, Chaplin ou MacKendrick. A crítica aos norte-americanos e demais potências não vai além da ironia, sutil é verdade, mas absolutamente superficial.

Teatro Beatriz BANDEIRA

«O Prodígio do Mundo Ocidental»

ESTREOU no Teatro São Jorge sito à Rua do Cateté 338, Companhia «Teatro do Rio». Autor: J.M. Synge, irlandês. Tradução (ótima) de Millôr Fernandes. Direção geral de Ivan Albuquerque.

A peça conta as aventuras (e desventuras) de um jovem tímido, medroso e sonhador que, reagindo à brutalidade do velho pai dá-lhe uns golpes com a enxada quando ambos se encontram em trabalhos do campo, e se vê na contingência de fugir. Vai dar à taverna de um velho boêmio, instado pelos donos da casa e amigos presentes — entre os quais um é candidato à moça — a explicar nas razões de sua fuga e percebendo nêles, pelas hipóteses sugeridas, a necessidade de um herói, resolve dar um aspecto heroico à ação que, em realidade fora motivada pelo verdadeiro pavor inspirado pelo atrevidíssimo pai. E eis que ante aqueles camponeses acaçados por métodos variados — superstições, fantasmas, temores religiosos, lendas, o jovem «que mata o pai» em vez de revoltar ou condenação é transformado em «ídolo prodígio». As mulheres o disputam, os homens o temem e odeiam. Há uma viúva ainda sedutora (boa composição de tipo de Aurora Aboim, prejudicada pelo sotaque e péssima dicção) muito interessada em roubá-lo à jovem taverneira e mais quatro camponesas que invadem a casa na ausência da mãe, para conhecer o «prodígio» e trazer-lhe presentes. O romance entre os jovens vai progredindo. A personalidade do medroso fugitivo se transforma diante das condições favoráveis; ele se torna valente, combativo, destemido, vencendo em várias competições esportivas organizadas em sua honra. Seu prestígio e cada vez maior. Até que... surge o pai vivo e disposto a vingar-se. Ante a repulsa, manifestada pela moça, ao «herói fracassado», este resolve matar novamente o velho, para manter o prestígio. E o faz realmente, com o mesmo instrumento — a enxada — e aos olhos da turba de aldeões estupefatos. Então o mesmo herói descobre que se a bravata o lenda despertavam admiração, a vista do barbarismo e do sangue causavam repulsa às personalidades simples e contrárias do Condado de Mayo. E assim, Christy Mahon é condenado ao enforcamento, pisoteado e maltratado por todos, liderados pela ex-namorada. Mas, eis que... novamente surge o pai — cuja morte mais uma vez presenciara — liberta o filho e sai com ele. A peça é uma obra-prima de realização poética e teatral. Não há espaço para uma mais absurda maneira pelas «necessidades». O espetáculo é de uma simplicidade e honestidade dignas de louvor. Diferença em muito bom ritmo e de extraordinária beleza plástica. Os cenários e figurinos de Antônio Medeiros merecem ser lembrados, quando das premiações instituídas em verdadeiros quadros clássicos. Chamo a atenção para a beleza de uma «música» de orquestra tocada de luz e um tacho de cobre, no segundo ato. Iluminção muito boa.

Palavras Cruzadas

PROBLEMA N 15

HORIZONTAIS: 1 — Uma das cinco partes do mundo. 7 — Nome próprio feminino. 8 — Engano; culpa. 9 — Sexta nota da escala musical. 10 — Pessoa ou animal albino. 11 — Variedade de carbonato de cálcio, usada especialmente para escrever em ardósia ou em quadro-negro nas aulas. 12 — Ali; naquele lugar. 13 — Pedra de vidro. 14 — Carmim. 15 — Fingida.

VERTICAIS: 1 — Jura pouco e pouco. 2 — Sinal num objeto, para o fazer reconhecer. 3 — Não aperta. 4 — Grande curso de água. 5 — Do verbo «IR». 6 — Mulher de coragem viril e aguerri-da. 9 — Bebida que tem por base a aguardente ou álcool. 11 — Fresta do gado. 13 — Carro de duas ou quatro rodas, de origem inglesa, que o cocheiro guia da parte de trás. 14 — Baba.

RESPOSTA DO PROBLEMA N 14

HORIZONTAIS: 1 — América; 7 — Cã; 8 — Odor; 9 — Amole; 11 — Mar; 12 — Ará; 14 — Calor; 16 — Dial; 18 — Mã; 19 — Atracar. VERTICAIS: 1 — Júpiter; 2 — Mama; 3 — Rol; 4 — Ideal; 5 — C.O.; 6 — Arvorar; 10 — Orçar; 13 — Romã; 15 — Ala; 17 — Il.

O livro de Astorjildo Pereira «MACHADO DE ASSIS» encontra-se à venda na LIVRARIA SÃO JOSÉ e todas as livrarias do Rio de Janeiro

O Que Está Ocorrendo no Japão?

Reportagem política de JACQUES COUBARD

O «Tóquio Shimbun» promoveu, na semana passada, uma enquete da opinião pública. As pessoas interrogadas pelo jornal nas ruas da capital deviam responder «sim» ou «não» à pergunta: «O senhor julga que o governo Kishi deve renunciar?»

Houve 73% de «sim».

Há poucos dias o maior diário japonês, o «Asahi Shimbun», dedicou à situação interna do país um editorial de tamanho desusado. Seu título era: «Kishi deve renunciar».

Sohel Nakayama, vice-presidente do Banco Industrial do Japão, declarou, a jornalistas que o interrogavam, aprovar inteiramente o editorial.

Miki, Matsumura, Kono e Ishi Bashi, quatro personalidades importantes do Partido Liberal Democrático, o partido do primeiro-ministro Kishi, terminaram uma reunião de seu grupo com um pedido de demissão do governo.

Das oito frações que conta o Partido Liberal Democrático, seis se manifestaram pela demissão de Kishi.

Os prognósticos de Fujiyama

A 20 de maio pela manhã, quando o tratado de segurança nipo-americano foi votado pela maioria liberal democrata (280 votos a favor, num total de 467) Kishi se apresentou sorridente aos jornalistas nos corredores da Dieta. Otimista, o ministro das Relações Exteriores, Fujiyama, declarou:

— Passou o momento mais difícil.

A batalha fôra intensa. Os partidos da oposição haviam sido amordaçados. Contavam-se, para cada deputado, dois policiais armados no recinto da Dieta. Fora, a praça e as ruas estavam bloqueadas por uma multidão de 170.000 pessoas.

O relatório da polícia

As manifestações contra o novo tratado de «segurança» nipo-americano reuniam, seis dias mais tarde, milhões de japoneses.

Todos os dias, a partir de 20 de maio, estudantes, mães de família

Kishi criminoso de guerra

Kishi é criminoso de guerra de primeira categoria, diretamente responsável pelo desencadeamento da última guerra, durante a qual se cometeram monstruosos crimes contra o povo chinês e outros povos, tendo sido calamitosos os resultados para o povo japonês.

Lacão fiel dos monopolistas nipônicos, foi um dos primeiros a participar da agressão militar contra a China. Durante muitos anos ajudou a administrar o Estado fantoche do «Manchukuo» ali dirigindo a opressão e a pilhagem do povo chinês. Sua cruel maneira de agir valeu-lhe as boas graças dos militaristas e, ao voltar ao Japão, gozou rapidamente os diversos postos da carreira burocrática.

Foi Ministro do Comércio e da Indústria no gabinete Tojo, responsável pelo desencadeamento da Guerra no Pacífico. Foi nessa qualidade que tomou a decisão criminosa de destinar dezenas de milhares de chineses a trabalhos forçados no Japão. Posteriormente, como Ministro do Estado e, ao mesmo tempo, Vice-Ministro das Municípios foi responsável pela matança desses «trabalhadores» no Japão. Ninguém sabe quantos mais foram assassinados nas perseguições em massa contra esses «trabalhadores». Antigos participantes dessas caçadas, organizadas pelo exército imperial, lembram, envergonhados, que os tanques e carros blindados japoneses atacavam pacíficas vilas chinesas e reuniam todos os habitantes — homens, mulheres, velhos e jovens — matando, destruindo e destruindo, antes que levassem os prisioneiros, como escravos, para as fábricas de Kishi & Co.

Por todos esses crimes e responsabilidades no desencadeamento da guerra, Kishi foi, em 1945, condenado à pena máxima e enviado à prisão em Sugamo como criminoso de guerra de primeira categoria. Conseguiu evitar o castigo merecido e foi posto em liberdade pelas autoridades de ocupação americana, quando estas julgaram que ele lhes poderia ser útil como instrumento para a perpetuação do domínio dos Estados Unidos sobre o Japão.

com seus filhos em carrinhos, camponeses e operários procedentes de todo o país se sucederam perante a Dieta para exigir a anulação do tratado, a demissão de Kishi e a dissolução da Dieta.

O chefe de polícia apresentou um relatório ao governo:

«Jamais houve, no passado, manifestações de tamanha amplitude».

A greve de sábado

No sábado ocorria no Japão a maior greve de sua história. O Conselho Geral dos Sindicatos — SOHYO (que conta com quase 4 milhões de membros) solicitara aos trabalhadores do setor privado paralisarem o trabalho durante 12 horas, e aos funcionários públicos por duas horas.

Esse movimento era apoiado pela Conferência Nacional contra o pacto militar nipo-americano, que tem em sua direção representantes do Partido Comunista, do Partido Socialista, dos sindicatos, de várias centenas de organizações de jovens, de mulheres, professores, seitas religiosas, etc. Seis milhões de trabalhadores participaram da greve.

A direção da polícia preparou um novo relatório para Kishi. Assim como o fez no outro, teve que constatar: «Jamais houve...» E Fujiyama já deve pensar que o momento mais difícil ainda não passou.

Kishi aguarda o 19 de junho

Kishi afirmou, várias vezes, que não dissolveria a Dieta e que não renunciaria. Kishi espera o 19 de junho.

A 19 de junho o tratado será automaticamente ratificado, mesmo que, após a Câmara Baixa, a Câmara Alta não o tenha aprovado. Esse prazo é estabelecido pela Constituição. O primeiro-ministro tentou para conseguir a aprovação de uma assembleia em que seu partido dispõe de maioria esmagadora. No entanto, os conselheiros da Câmara Alta não demonstraram qualquer interesse em endossar uma tal responsabilidade.

A situação do primeiro-ministro é, no mínimo, instável. Inquietam-se os dirigentes liberais democratas que julgaram que o descontentamento popular poderia ser eventualmente acalmado com a demissão de Kishi.

A nomeação de um novo primeiro-ministro não impediria a ratificação do tratado. Essa manobra bastará?

Se o parlamento fôsse dissolvido, a votação de 19 de maio seria automaticamente anulada.

«Dokuritsu»

No entanto, o que mais inquieta os dirigentes japoneses é o agrupamento de forças que ocorreu nessa primeira e grande batalha pela independência.

«Dokuritsu», independência, é a palavra inscrita nas flâmulas de todas as manifestações. «Dokuritsu» é o grande recado do Pentágono, que pensa na centena de bases militares instaladas no Japão, e de Wall Street, que não se esquece das centenas de bilhões de dólares que ali consegue anualmente como lucro.

É na ilha japonesa de Okinawa que se encontram as maiores bases atômicas do Sudeste asiático.

A 40 quilômetros de Tóquio, no aeródromo de Atsugi, têm base três aviões de espionagem «U-2», que dali voam de vez em quando para missões «meteorológicas».

O golpe do algodão

Os Estados Unidos são o maior cliente (23% das exportações japonesas) e o maior fornecedor (30% das importações) do Japão.

As trocas entre os dois países são constantemente deficitárias para o Japão. De 1952 a 1957, o rombo feito nas finanças japonesas foi de 2 bilhões e 705 milhões de dólares.

O Japão é um bom negócio. Para mostrar como os capitalistas americanos comerciam com o país, vamos tomar um exemplo, o do algodão.

Os Estados Unidos fornecem ao Japão os créditos de que necessita para a compra de algodão. Esse crédito só é válido para o algodão americano, que custa 4 ou 5 centavos por libra a mais que o algodão mexicano. O crédito é vantajoso. Os juros são 2% menos elevados que em outra parte, mas o preço do algodão é 20% superior. A indústria têxtil japonesa passou nos últimos anos por dificuldades evidentemente explicáveis. Não é, porém, a única a sofrer

os efeitos desse gênero de operações.

75 contra 5

O algodão é obrigatoriamente transportado por navios americanos, ao passo que, em 1957, 35% dos navios japoneses estavam paralisados.

As trocas entre os dois países se fazem em média de 75 barcos americanos contra 5 japoneses. Os Estados Unidos monopolizam os transportes do petróleo e do minério de ferro.

Não é preciso citar as consequências de tudo isso para os estabelecimentos. Por outro lado, os comerciantes de algodão, os banqueiros que fornecem créditos tão vantajosos e as empresas de navegação marítima americanas conseguem lucros fabulosos.

Os doze grandes fazem negócios

A situação também não é má para os trustes japoneses que os americanos restauraram após a guerra. No último trimestre do ano fiscal passado, as doze maiores firmas japonesas anunciaram cifras de negócios que se elevam a um aumento de 18% sobre as do trimestre precedente. Seu total é de 1 bilhão e 484 milhões de ienes (o iene vale cerca de Cr\$ 0,50). Os lucros correspondem a 6 bilhões e 197 milhões de ienes durante o mesmo período.

Esses algarismos e os da produção japonesa (duplicada após 1955) deram origem a um dilúvio de artigos sobre o desenvolvimento «prodigioso» e «excepcional» da indústria do Japão. Para um país que fabrica produtos com matérias-primas quase todas importadas — pelas condições já citadas — são muito «competitivos» os preços pelos quais ficam as mercadorias aos próprios fabricantes, porque a mão-de-obra é barata: de 30.000 a 50.000 ienes para um operário qualificado.

Os trabalhadores têm que trabalhar comumente de 12 a 16 horas por dia para poderem viver. Não conhecem férias. Em Tóquio, numerosas lojas ficam abertas todos os dias, mesmo nos domingos.

Os desempregados parciais

É comum ver empresas médias (1000 operários) celebrarem pequenos subcontratos de trabalho a preço sem concorrência. Quando as vendas diminuem um pouco, não há mais trabalho para os subcontratados. Embora seja um sistema ilegal no Japão, há 10 milhões de «trabalhadores parciais».

Segundo os cálculos oficiais, o número de desempregados varia de 3 a 7 milhões.

Nas grandes lojas de Tóquio, há duas moças ao lado de cada elevador para saudarem todo cliente. A hospitalidade tradicional é barata.

Os patrões recrutam «amarelos» quando alguma greve estoura. Há três meses, os mineiros de uma das mais importantes empresas carboníferas estão em greve em Milke. Toda manhã, fura-greves protegidos por policiais descem aos poços, cuja produção é muito inferior à de antes. Toda manhã, os mineiros defendem suas condições de trabalho, sendo apoiados por todos os trabalhadores do país. O resultado dessa luta terá influência certa sobre as lutas futuras contra sua miserável situação.

Vejam os preços que os preços líquidos são «competitivos» e os lucros dos trustes são tão elevados. São os trabalhadores que arcam com as despesas da concorrência e que pagam, ao mesmo tempo, o dizimo aos trustes americanos.

O Japão é um bom negócio. A política seguida pelos dirigentes japoneses coloca o país à mercê do comprador e do fornecedor exigente que são os Estados Unidos.

Logo que a economia americana se veja sufocada, a indústria japonesa será sufocada. Os capitalistas nipônicos vivem no temor de uma depressão dos negócios nos Estados Unidos. Sua prosperidade não poderia resistir. Em janeiro, suas exportações para a América reduziram-se à metade em relação a dezembro.

Os realistas

Os mais realistas duvidam de que uma tal situação possa durar. Vinhos que o modo de proceder dos americanos prejudica alguns concorrentes japoneses. Certas camadas da burguesia pensam, também, no lugar tradicional que a China ocupava no comércio japonês. Graças a esta, o Japão poderia, por



Polícia preside

exemplo, dispensar o minério de ferro americano, o que daria trabalho a sua marinha mercante.

A voz da razão se faz ouvir tanto melhor quanto mais as massas populares se mobilizam contra as consequências da política favorável aos americanos. É o que explica que se encontrem hoje, até na direção do Partido Liberal Democrático, pessoas que se opõem a Kishi e exigem nova orientação da política japonesa.

A opinião dos irmãos Rockefeller

O grande patronato japonês e os capitalistas americanos — alguns dos quais promoveram ultimamente o boicote dos produtos nipônicos muito competitivos — têm razão para superar as rivalidades recentemente expostas em relatório da Rockefeller Brothers Fund, organismo de distribuição de créditos «vantajosos»:

Para fazer com que a Câmara Baixa do Japão aprovasse o tratado de segurança com os Estados Unidos, o primeiro-ministro Kishi teve que apelar para a polícia que acabou ocupando até mesmo a presidência da Câmara, depois de ter expulso os deputados socialistas, independentes e mesmo liberais, correligionários de Kishi.

«O fato é que a indústria americana vê no Japão um concorrente poderoso e mesmo perigoso, em virtude da grande necessidade que o país do sol nascente tem de exportar, decorrente de uma indústria eficiente e bem organizada. No entanto, esquece-se, ao mesmo tempo, que o Japão representa um amplo mercado de escoamento dos produtos americanos. Esquece-se, sobretudo, um fator ainda mais importante: a que ponto o mundo conta com o Japão na luta que trava atualmente em escala mundial. Nossa associação em empresa tão grande não deve ficar subordinada à solução de pequenas rivalidades existentes no plano econômico.»

A solidariedade política que une uns e outros está aqui claramente exposta.

Para alcançar seus objetivos políticos no Japão, os Estados Uni-

dos se apóiam nos trustes japoneses e impuseram suas bases e a remilitarização a um povo cujo ódio à guerra conseguiu, após a derrota dos fascistas nipônicos, a inscrição, na Constituição, de um artigo declarando que a nação renunciava à manutenção de um exército.

A Constituição foi violada pelo ex-ministro de Tojo, o criminoso de guerra Kishi. As «forças de defesa», seu nome oficial, já contam com um efetivo de mais de 230.000 homens. Possuem um poderio de fogo superior ao do exército imperial.

O tratado de «segurança» assinado em Washington por Kishi significa que o Japão pretende continuar por um caminho que já o levou à catástrofe.

A luta que neste momento trava o povo japonês vibrou um primeiro golpe a essa política. Os dias de Kishi estão contados.

Cuba e a OPA

FAUSTO CUPERTINO

O «Jornal do Brasil» apouso recentemente, em editorial, o Governo de Cuba como responsável pela atual «tensão» nas relações cubano-norte-americanas e, por isso, pelo fracasso da Operação Pan-Americana até o momento. Segundo o «Jornal do Brasil» — que por sinal de uns tempos para cá se tornou o porta-voz oficioso dos homens e grupos que traçaram o defendem a OPA dentro do Governo brasileiro, o principal empecilho à aplicação pelos Estados Unidos da política de assistência à América Latina preconizada na OPA são as «manobras antinorte-americanas» do Governo de Fidel Castro. Para os novos adeptos da política do sr. Augusto Frederico Schmidt, se a OPA ainda não saiu do plano da fantasia, isto se deve a que ela «sofre as consequências do choque entre o Governo de Cuba e o Governo dos Estados Unidos. Assim, se a burocracia do Departamento de Estado e a perplexidade do Governo norte-americano contribuem para atrasar a OPA, a atitude de Governo de Cuba com relação aos Estados Unidos também tem efeito semelhante.»

A esse quadro, evidentemente deformado, os novos arautos da OPA acrescentam ainda que o Governo de Cuba tornou-se devedor dos outros governos latino-americanos, inclusive e principalmente o brasileiro, que conseguiram imediato, ou prevaleceu a opinião de certos setores norte-americanos mais inuitos, que preconizavam a intervenção em Cuba. Mas ainda: o próprio Governo dos EUA, segundo o «Jornal do Brasil», teria mostrado «boa vontade» no sentido de resolver seus problemas com o governo de Cuba. Só resta, então, para que desapareçam as nuvens do cenário fúnebre do «pan-americanismo», que Cuba procure, «sinceramente», estabelecer relações cordiais com os Estados Unidos.

Dificilmente se conseguiria fazer uma análise mais deturpada veiculada em termos de esotematia. Como é possível acusar Cuba pelo fracasso da OPA se quando foi derubada a ditadura de Batista os Estados Unidos já tinham tomado clara sua posição de boicotar qual-

quer medida efetiva no sentido de promover o desenvolvimento econômico autêntico da América Latina, só aceitando a OPA naquilo que lhes interessa, isto é, como válvula de escape para o descontentamento dos povos latino-americanos pela ação dilapidadora do imperialismo? A chamada «tensão» entre Cuba e os Estados Unidos, ou, para darmos às coisas os seus verdadeiros nomes, a campanha de ameaças e agressões dos Estados Unidos contra Cuba começou quase um ano depois do lançamento da OPA pelo presidente Kubitschek, quando nenhum passo concreto tinha sido tomado, em virtude da absoluta intransigência do governo norte-americano, verificada inclusive na reunião de Buenos Aires, onde os representantes latino-americanos foram desperdiçados de suas ilusões pelo senhor Thomas Mann. O Governo dos Estados Unidos não tinha naquela ocasião, como nunca teve antes ou depois, a intenção de contribuir para o desenvolvimento latino-americano. Os países da América tinham que se decidir entre contar exclusivamente com seus próprios recursos ou apelar para a «iniciativa privada». Isto é, aumentar ainda mais a dominação imperialista da economia latino-americana.

Outra «pequena imprecisão» do editorial do «Jornal do Brasil» é a que diz respeito à responsabilidade pela «tensão» entre Cuba e os EUA. Será «boa vontade» dos Estados Unidos a transformação da base militar de Guantánamo em local de concentração dos criminosos batistianos e contra-revolucionários organizados em Cuba e nos Estados Unidos? Ou as benéficas ameaças do chefe do Estado Maior Conjunto norte-americano, almirante Arleigh Burke, de empregar a força contra o povo cubano? Ou as manobras militares «eficientes» nas proximidades de Cuba? Ou o envio de aviões para bombardear cidades e canaviais? Ou a intromissão nos assuntos internos cubanos, chamando combatidos criminosos de ditadura de Batista e outros formidáveis instrumentos para «esclarecer» informações sobre a situação daquele país? Esses são alguns dos fatos que mostram claramente a verdadeira campanha de agressão

política e militar dos Estados Unidos contra Cuba, sem falar na agressão econômica planejada e executada por Eisenhower e o Departamento de Estado quanto à importação de açúcar. Enquanto isto, nem um só fato pode ser citado como comprovação de qualquer atitude hostil do Governo revolucionário cubano contra os Estados Unidos ou contra qualquer outro país.

Mais do que qualquer outra coisa, o editorial do «Jornal do Brasil» mostra o verdadeiro caráter da OPA e essa é a sua importância. Desde sua origem, lançada que foi logo depois da visita de Nixon à América do Sul quando se tornava patente o forte sentimento anti-imperialista que anima as massas latino-americanas, a OPA sempre foi e continua sendo um instrumento de conciliação com o imperialismo. Identificado com a política da OPA, o «Jornal do Brasil» não titubeia em lançar mão das mesmas armas que caracterizam o sr. Augusto Frederico Schmidt e seus companheiros: a chantagem e a barganha. Por um lado, condicionam qualquer pronunciamento real ou aparente em defesa de Cuba a uma posição de «docilidade» do Governo de Fidel Castro para com os Estados Unidos; por outro lado, procuram vender seu apoio ao imperialismo por uns míseros recursos. A própria vida, entretanto, se encarregou de mostrar que essa política não tem futuro, não leva a qualquer resultado concreto. Basta lembrar que todos os discursos do sr. Kubitschek sobre a OPA começaram invariavelmente com uma invocação a que, finalmente, os Estados Unidos se dispunham a apoiar, pois chegaram a hora de resolver realmente os problemas da América. Esquecidos os belos e pomposos discursos, a realidade continua a mesma. Continua a miséria, a opressão e a espoliação da América Latina pelo imperialismo norte-americano, continuam as tentativas de conciliação por parte de governos e grupos políticos e econômicos ligados ao imperialismo, pois continuam igualmente a luta dos povos latino-americanos por sua emancipação nacional e social. É assim que a revolução cubana é um grande exemplo.

Ao desembarcar no aeroporto de Congonhas, quando chegou de Buenos Aires para tentar a reconquista do título de campeão sul-americano dos «galos», o argentino Ernesto Miranda perdeu, com duas frases infelizes, metade da popularidade que ganhara em quatro lutas difíceis. Antes ele esquivara em São Paulo em duas ocasiões: uma em 1957, quando empatou duas vezes com Eder Jofre (que então estreava no profissionalismo) e outra neste ano de 1960, quando venceu o filipino Danny Kid e perdeu o título para Jofrinho. Nessas quatro lutas, ganhara fama de ótimo boxeador e de homem inteligente. Por isso, tinha seu público aqui e era respeitado por todos. Mas, logo após os pés em Congonhas, disse a um jornalista:

— «Vim buscar o título que é meu e que os jurados deram a Eder Jofre».

Em seguida, falando dos punhos famosos e temidos do «Galo de Ouro», deu mais uma patada:

— «A pancada de Eder é um mito. Ele não sabe bater, não tem picardia nem experiência internacional para vencer-me».

Jofrinho respondeu no ringue. Com praticamente apenas dois golpes — um gancho de direita no braço e um cruza-

EDER JOFRE

Um «Galo» Verde-Amarelo

do de esquerda na bochecha — pôs Miranda de joelhos aos seus pés e venceu por nocaute. A luta durou exatamente 8 minutos, isto é, dois assaltos e meio. E aquele «mito», que já derubara vinte homens em trinta e duas

lutas, fez, quase sem estorço, sua vigésima primeira vítima. Mas não é só: Eder enganou Miranda com uma mudança de guarda, destruindo assim, de uma só vez, três das afirmações do argentino, pois mostrou que realmente «pegava» forte, que tem picardia e experiência.

Popularidade

Quando Miranda caiu e o juiz contou os dez segundos clássicos, vinte mil pessoas se puseram de pé, quase em delírio e os guardas lutaram arduamente para impedir a invasão do ringue. Eder, o maior ídolo do boxe brasileiro, foi carregado em triunfo até a porta do seu camarim, ao mesmo tempo em que dois milhões de pessoas, que ouviram a descrição do nocaute pelo rádio, manifestaram ruidosamente sua alegria fazendo espoucar milhares de foguetes juninos nos céus de São Paulo.

Eder não é apenas um ídolo do boxe. Excetuando-se os grandes astros do futebol, é o maior nome do esporte brasileiro, pois tem mais prestígio e popularidade do que Maria Ester Bueno e Ademar Ferreira da Silva e, sem exagero, mais também do que alguns dos homens que conquistaram a Copa do Mundo na Suécia. Em São Paulo, Rio e Belo Horizonte, Jofrinho não dá dois passos na rua sem que um fã o pare e, na academia de boxe do seu pai, recebe de vinte a trinta cartas por dia, vindas dos mais diferentes pontos do país.

Os segredos do invicto

Um sistema defensivo quase invulnerável e um golpe que equivale ao de um meio-médio (três categorias de peso acima da sua), eis os segredos do invicto profissional brasileiro. Eder, que tem 24 anos de idade (nasceu em 26-3-36), estreou no boxe profissional em 1957 e, de lá para cá, já fez 33 lutas. Ganhou 21 por nocaute e 9 por pontos, tendo empatado 3. Todos os seus adversários, mesmo os que não perderam pela «via rápida», sofreram pelo menos uma queda ou saíram do ringue abalados. E três deles — Osvaldo Perez, A. Romero e J. Acebal — não puderam mais lutar boxe... E que seus punhos são realmente arrasadores e fa-

zem estragos. Poucos são os que resistem ao seu impacto e, como acontecia com o famoso Joe Louis, quase todos os seus adversários já entram no ringue psicologicamente derrotados, tanto se espalhou a fama da sua terrível «pegada».

Mas a que se deve tanta perfeição? Uns dizem que Eder é um talento puro, que nasceu para a nobre arte. Pode ser. Mas, independente disso, há outros dois fatores que devem ser levados em conta: primeiro — Eder pertence à maior dinastia pugilística do mundo, a dinastia Zumbano-Jofre. Quase todos os seus tios maternos e paternos, bem como seu pai, foram ou são pugilistas. Ele é sobrinho de Rolf Zumbano, ex-campeão brasileiro de peso leve (e ex-deputado Estadual), de Valdemar, Higino, Ricardo e Tonico Zumbano, cunhado de Cláudio Tonelli (ex-campeão brasileiro de peso-pena), sobrinho de Hans Norbert (ex-campeão europeu) e primo de mais uma dúzia de pugilistas do passado e do presente; segundo — Eder nasceu e foi criado dentro de uma academia de boxe, que primeiro pertenceu a seu tio paterno (Kid Pratt) e depois a seu pai, o «velho» técnico Aristides Jofre. Os primeiros sons que ele ouviu na vida foram os ruidos do «punching-ball» e do saco de areia, as primeiras palavras, os nomes dos golpes clássicos do boxe. Aos 4 anos já calçava luvas, que eram maiores do que a sua cabeça e, aos 9, fez sua primeira exibição em público. Aos 16, já era o maior amador do boxe brasileiro e, aos 21, passara para trás todos os nomes famosos que o precederam na dinastia Zumbano-Jofre. Por tudo isso e porque leva cada vez mais público ao Ibirapuera, já ganhou cerca de 4 milhões de cruzeiros no pugilismo.

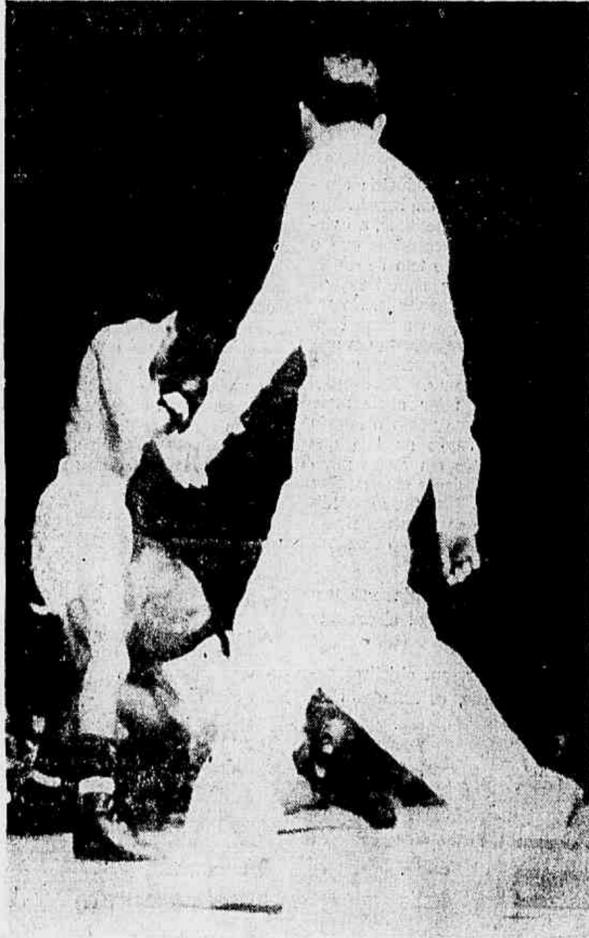
Artista e nacionalista

Como todo homem de real valor, Eder Jofre é um humilde. A glória e o dinheiro jamais lhe subiram à cabeça e hoje ele é tão modesto e afável como o era há cinco anos, quando só os mais ligados ao boxe o conheciam. E isso se deve à sua alma de artista. Eder adora o desenho e, sempre que dispõe de um pouco de tempo, nos intervalos dos treinos, pratica com lápis e pincel. Já aprendeu alguma coisa com o grande Clávis Graciano e, ultimamente, com outro grande da arte moderna, o «mameluco» Aldemir Martins, que é seu fã n. 1. Quando deixar o boxe, Eder planeja estudar seriamente o desenho com aqueles dois mestres, que já se prontificaram a ensinar-lhe tudo o que sabem.

Há pouco tempo, antes da sua luta com Ernesto Miranda, um repórter quis fazer-lhe uma pergunta diferente, ou pelo menos alheia ao boxe. Perguntou-lhe então em quem ele ia votar nas próximas eleições presidenciais. Eder não titubeou:

— «Pertencem a uma família tradicionalmente nacionalista. Meu voto, portanto, será dos nacionalistas, como sempre.»

Isso completa a personalidade do grande campeão sul-americano e reforça sua posição de ídolo do povo brasileiro, que sem dúvida estará todo ao seu lado, em novembro próximo, quando ele lutar com o mexicano José Becerra pelo título mundial dos «galos».



Punhos de campeão

Eder tem dinamite nos punhos. A maioria dos seus adversários dobrou os joelhos diante dos golpes demolidores do «galo de ouro» do pugilismo brasileiro, e futuro campeão mundial.



Ídolo do povo

Modesto e sem máscara, Eder arrebatava as multidões. Suas lutas são presenciadas por público enorme, que sofre e vibra quando seu ídolo está no ringue. Suas vitórias, seus nocautes transformaram-no no Pelé do boxe: quando Eder luta o estádio fica lotado. Todos querem abraçá-lo quando ele vence, o entusiasmo leva o público a tomar seu camarim. E ele sorri e agradece, prometendo melhorar cada vez mais. Assim é o cam peão.



O papai é o maior

Cada vitória de Eder é uma satisfação para o veterano Kid, seu pai e treinador. Eder diz que «o papai é o maior», sempre o faz de público.

NOVOS RUMOS

Exposição Brasileira?

Bem ali, no Largo da Carioca, está aberta uma exposição sobre «Atômica para a Paz». É bom ver. É bom lembrar que a energia atômica pode transformar a face do mundo e pode também destruí-la. Os milagres, hoje, não são feitos pelos santos. São feitos pela energia atômica, que pode multiplicar a produtividade da terra, conservar as sementes e os alimentos, iluminar e aquecer as cidades sem grandes gastos, movimentar as fábricas economizando a mão-de-obra, chegar ao espaço chamado de céu, de onde os foguetes não transmitirão, ainda o som das harpas tocadas pelos anjos. E até renovar montanhas.

Mas é estranha a exposição que se faz, aqui, com muito pouco de brasileiro e com a marca «U.S.A.». Desde o retrato do presidente dos Estados Unidos, na porta de entrada, até a propaganda de um truste laqueado na porta de saída. Se se trata de uma exposição para fins pacíficos, em vez do retrato de Eisenhower deveriam ter dependurado as fotografias de Hiroshima e Nagasaki. Das multidões que desapareceram. Das crianças queimadas. Dos homens e mulheres marcados. Dos monstros nascidos depois que as bombas americanas explodiram sobre o Japão. Por que o retrato do presidente dos Estados Unidos numa exposição brasileira? Deveriam ter dependurado, também, o manifesto mundial assinado por 9.235 cientistas, pertencentes a 44 países, e entre eles 36 Prêmios Nobel, alertando sobre os perigos das irradiações atômicas. Nada existe, também, sobre a Agência Internacional de Energia Atômica, da qual participam 60 países, entre os quais a URSS, a primeira signatária, que funciona em Viena. Um dos artigos daquela organização diz, assim: «A Agência cuida do emprégo mais rápido e amplo da energia atômica para a Paz, a saúde e a prosperidade do mundo inteiro».

Mas é bom ver a Exposição. Tem o retrato de Eisenhower, a propaganda comercial de um truste e as amostras dos minerais radioativos que os americanos carregam, daqui, de graça, ou a preço inferior ao de uma saca de café. Não é propriamente, como se vê, uma exposição brasileira. Mas lembra os «Andarilhos da Paz», no Japão, que percorreram dois mil quilômetros, para pedir a proibição das armas atômicas. E os cristãos que partiram de Lourdes para o Centro Atômico de Aldermaston, em manifestação contra as experiências atômicas. E os membros da tripulação do barco americano «Golden Rule», que tentou, em sinal de protesto, entrar na zona para detonações nucleares. Eles disseram: «Não procuramos ser mártires. Queremos dizer a todos os homens: sede honestos convosco mesmos. Por que não fazer uma exposição honesta? O fato é que honestidade e truste não podem ser sonados. É uma exposição honesta teria que apresentar os êxitos dos países socialistas, no setor do aproveitamento da energia nuclear para fins pacíficos».

Ana Montenegro

Inquérito Parlamentar Contra o Assalto da Hanna

Com a constituição da Comissão de Inquérito sobre minério de ferro e manganês — requerida por iniciativa do Deputado mineiro Gabriel Passos, e que, em poucos instantes recebeu a adesão de mais de 120 deputados — envolveram-se nas duas últimas semanas os protestos contra as manobras contra o truste siderúrgico da Hanna para controlar a exportação de minério de ferro brasileiro e aniquilar a Cia. Vale do Rio Doce. Os governadores de dois Estados vitalmente ligados à mineração e exportação de ferro — Minas Gerais e Espírito Santo — já se manifestaram em defesa da Vale do Rio Doce e contra quaisquer providências que pudessem significar prejuízos para esta poderosa e florescente empresa, da qual o Governo detém cerca de 85% das ações.

Minas e Espírito Santo contra a Hanna

«Quaisquer fatos que afetem os interesses da Cia. Vale do Rio Doce forçosamente também afetarão os interesses do Espírito Santo», declarou o Governador Carlos Lindenberg em entrevista à imprensa. E exaltando o papel desta Cia. na economia do Espírito Santo, ao constituir mercado de trabalho, consumir matéria-prima, dinamizar o comércio local pelo transporte de produtos agrícolas e pecuários do Estado na Estrada de Ferro Vitória-Minas, ajudar financeiramente a construção de usinas municipais de produção e distribuição de energia elétrica, etc., concluiu:

«Será absolutamente incompreensível que sejamos nós, o nosso Governo, que venhamos favorecer ou facilitar a execução de um projeto que resulta na liquidação, diminuição ou estagnação das atividades da própria empresa na qual o Governo tanto já tem investido e exaltamente agora começa a demonstrar quão longe vão suas possibilidades».

Em Minas Gerais, a sensibilidade popular e dos meios políticos para o problema do ferro é ainda maior, e assistimos na sexta-feira passada ao incisivo pronunciamento do governador Bias Fortes em defesa da Cia. Vale do Rio Doce e contra a «extração pura e simples de minérios» que deixa para Minas apenas o «vazio das burocracias» e pela qual «a exploração do minério

de ferro ficaria apenas nas mãos de quem unicamente tem interesse na sua exportação».

Aqui no Estado da Guanabara estamos vendo diariamente na imprensa as manifestações de articulistas conhecidos em defesa do ferro brasileiro e da Cia. Vale do Rio Doce, ainda que, às vezes, ao lado de matérias pagas da Hanna. E o que aconteceu, por exemplo, em «O Globo», que publicou excelentes artigos do engenheiro Maurício Jopert contra a criação do Império Hanna no Brasil, ao lado de matérias evidentemente pagas pela Hanna, tanto é que foram transcritas em vários órgãos da chamada imprensa de aluguel.

Lucas Lopes confessa o crime

Os protestos contra o monopólio da Hanna e as facilidades a ela concedidas pelo Governo, atingiram indiretamente, e muitas vezes diretamente, alguns altos personagens da administração pública brasileira contratados pela Hanna para defender o seu projeto, dentre os quais os srs. Lucas Lopes e Roberto Campos. E o ex-ministro da Fazenda, diretamente acusado pelo atual diretor da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil de ter mantido entendimentos com o sr. George M. Humphrey, ex-secretário do Tesouro norte-americano e diretor da Hanna, para entrega de jazidas de minério de alto teor a esta empresa, teve simplesmente a desfaçatez de confirmar a acusação, confessando o crime. Em carta-aberta à imprensa mineira, o sr. Lucas Lopes confessa nada mais nada menos que atendeu a pressão («solicitação») do sr. George Humphrey que, enquanto Secretário do Tesouro, usou a força de seu cargo no governo americano para pleitear favores para a empresa privada da qual é diretor.

O mais grave, entretanto, é que o ex-ministro da Fazenda lança sobre o presidente da República grave responsabilidade, ao afirmar, na citada carta, que aceitando para seu escritório (CONSULTEC) a elaboração do projeto Hanna, fizera-o com pleno conhecimento e aceitação do sr. Juscelino Kubitschek:

«... expus o problema (projeto Hanna) em minúcias ao sr. presidente Juscelino Kubitschek e ouvi dele palavras de incentivo e aprovação ao projeto, lembrando Sua Excelência que já

havia transmitido esse apoio ao sr. G. M. Humphrey, quando o ilustre estadista norte-americano o visitara, há cerca de dois anos».

A barganha imperialista

É útil lembrar aqui os meios e modos de que se servem os governantes norte-americanos para conseguirem estas «palavras de incentivo e aprovação» para os monopólios de seu país. Drew Pearson e Jack Anderson, no livro «U.S.A. — Potência de segunda classe?» mostram as relações entre os atuais favores conseguidos pela Hanna e o empréstimo compensatório de 300 milhões concedido ao Brasil:

«Em março de 1953 o embaixador Walter Moreira Salles foi convocado pelo Subsecretário do Tesouro, Randolph Burgess, para discutir os termos de um empréstimo de 300 milhões de dólares ao Brasil.

«Meu chefe não aprecia muito o Brasil» — disse Burgess, francamente, e explicou ao embaixador como a M. A. Hanna Co. que fôra dirigida pelo Secretário do Tesouro, entrara em negociações com o governo brasileiro para obter a concessão de exploração de manganês no Território do Amapá e como a concessão fôra dada não a ela, mas a uma empresa concorrente, a Bethlehem Steel. Drew Pearson relata ainda como pouco depois a Cia. Siderúrgica Nacional cancelava um contrato de compra de carvão com um fornecedor norte-americano tradicional, para comprar carvão de uma empresa do grupo Hanna.

Opinião pública desperta

O preço que Mr. Humphrey quer cobrar pelo seu empréstimo é o aniquilamento da Vale do Rio Doce, para a construção do Império Hanna no Brasil, indo desde 720 km² de terra no coração de Minas, em pleno quadrilátero ferrífero, até o pórtico particular na Ilha de Guabiruba, passando, rom tens também particulares, pelos trilhos da Central, com perspectivas de lucro de várias dezenas de milhões de dólares por ano.

Mas a opinião pública foi alertada em tempo. Em Minas e Espírito Santo, Estados mais afetados, formase uma grande frente única em defesa do ferro brasileiro, incluindo até os



Querem tudo

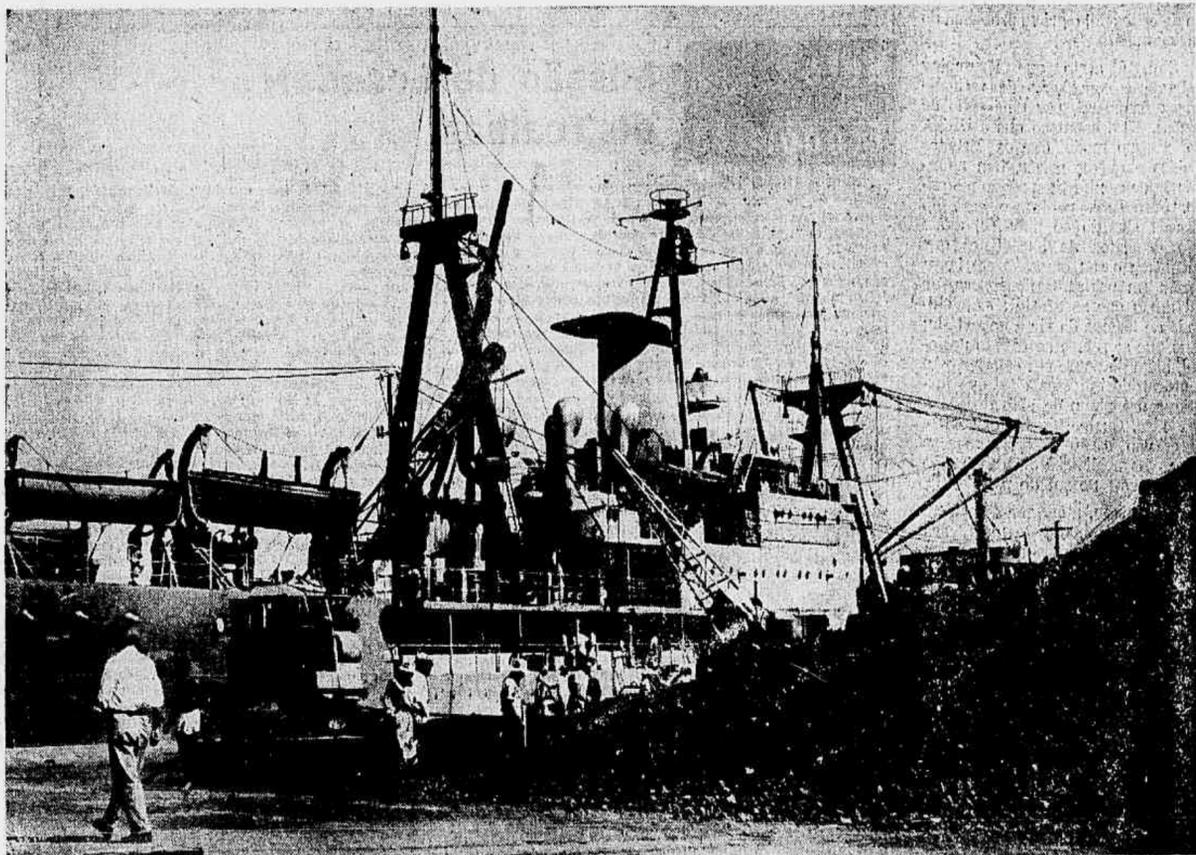
O Império do ferro que a Hanna pretende constituir no Brasil com as suas associadas, prevê o controle total de parte das mais importantes das nossas reservas de minério. Além disso, terão uma estrada de ferro particular e construirão portos para embarque do ferro para os EUA. Querem tudo; para os nacionais ficarão as migalhas.

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 17 a 23 de junho de 1960

Nº 68



Rota do aniquilamento

A concessão ao grupo imperialista, exigida por Mr. Humphrey em troca de um empréstimo de 300 milhões, poderá levar à liquidação a Cia. Vale do Rio Doce. Os trens e os navios de propriedade da Hanna percorrerão a rota do aniquilamento da riqueza nacional fundamental à vida no país, e levarão grandes lucros aos cofres da poderosa empresa yanque. Em Minas e no Espírito Santo, a opinião pública já se levanta para impedir o crime



Entreguista confesso

Lucas, o ex-ministro de Tio Sam no Brasil, confirmou inteiramente os entendimentos que tivera com os norte-americanos para a entrega das nossas reservas de ferro à Hanna.

Empréstimo do Banco Mundial a Kênia Agressão (lanque) ao Brasil

Dicionário Dólar-Café

UM ato de agressão econômica principalmente ao Brasil, é como deve ser qualificado o recente empréstimo de 5 milhões e 600 mil dólares do Banco Mundial, ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, para o fomento de plantações de café e algodão na colônia britânica africana de Kênia. Na verdade, essa agressão parte é do governo dos Estados Unidos que, como se sabe, através do seu Departamento de Tesouro, controla o Banco Mundial.

A produção mundial de café desde alguns anos supera amplamente o consumo mundial, o que favorece sobremaneira as manobras das trustes internacionais para reba-

ixar os preços e, por este meio, desorganizar a economia dos países subdesenvolvidos, criando-lhes enormes dificuldades em sua política de industrialização. Segundo dados que acabam de ser divulgados pelo Escritório Pan-Americano do Café, os excedentes exportáveis desse produto, a 1º de julho próximo, quando se inicia a safra de 1960-1961, elevar-se-ão a 60 milhões de sacas, às quais deve ser acrescentada a safra prestes a iniciar-se. Enquanto isto, as exportações deverão atingir, quando muito, uns 45 milhões de sacas. Nesse quadro, o aumento da produção de Kênia, que já é de dois milhões de sacas, só virá tornar mais favorável a posição das trustes para forçar novas e desastrosas baixas de preços.

EUA desrespeitam compromisso

Contra o empréstimo concedido pelo BIRD fizeram-se ouvir os protestos do presidente do Banco Nacional do México, do embaixador brasileiro em Washington, sr. Moreira Sales, e do ministro Horácio Lafer. Recordou este último que o governo dos Estados Unidos havia firmado um compromisso com o governo brasileiro, no sentido de não fomentar a produção de nenhuma cultura que estivesse em superprodução. Ao conceder este empréstimo a Kênia, o governo norte-americano ignorou, portanto, solenemente, o acordo estabelecido com o Brasil, de quem não se cansa de proclamar-se amigo. Disse, ainda, o ministro Lafer que «toda a Amé-

rica Latina deve unir-se em torno dessa orientação e agir com energia, a fim de evitar um mal que, afetando este Hemisfério, terminará por prejudicar a todos».

Típica manobra imperialista

A concessão do empréstimo do BIRD a Kênia revela com toda a clareza que o chamado Banco Mundial não passa de um instrumento dos monopólios norte-americanos, através do governo dos Estados Unidos. Efectivamente, que se escondem por trás da medida? O objetivo de forçar ao máximo a superprodução do café, aviltando-lhe ainda mais os preços, em benefício das empresas das metrópoles compradoras.

cento no volume conjugou-se a um declínio de aproximadamente 20 por cento na receita.»

O embaixador Moreira Sales abordou, depois, o reflexo dessa tremenda perda para a economia brasileira, já que o café constitui cerca de dois terços de nossas exportações e é com as receitas do café que o Brasil importa as máquinas e as matérias-primas de que necessita para industrializar-se.

Imperialismo sem máscara

Uma outra lição deve tirar-se ainda desse empréstimo do BIRD para estimular a superprodução do café. Pois não se pode deixar de notar que, enquanto o Banco é pródigo em empréstimos desse tipo, jamais decidiu-se a conceder empréstimos à Petrobrás, por exemplo. Não é evidente que um dos problemas mais sérios do Brasil é o do petróleo? Por que, então, um banco que é internacional e, além disso, de reconstrução e, ainda mais, de desenvolvimento, recusa-se a colaborar com o desenvolvimento de um país-membro que necessita de recursos? A resposta só pode ser uma: o BIRD é um instrumento das trustes, sejam os do petróleo ou os do café, e um inimigo mortal dos países subdesenvolvidos, igual ao imperialismo norte-americano, a que serve.

A partir da Instrução 70, do SUMOC, de setembro de 1958, todos os produtos brasileiros de exportação foram divididos em cinco categorias, a cada uma das quais correspondia determinada bonificação em cruzeiros. A medida visava criar maiores facilidades para a exportação e de fato constituiu uma chuva de dinheiro sobre os exportadores, notadamente os de café. Posteriormente, o regime introduzido pela Instrução 70 foi sendo objeto de reformas parciais e hoje apenas o café, o cacau, o petróleo e a mamona figuram entre os produtos que recebem bonificação do governo para serem exportados.

Quando foi baixada a Instrução 70, o exportador recebia por cada dólar de café exportado a quantidade em cruzeiros equivalente a um dólar oficial (Cr\$ 18,82) mais uma bonificação de 5 cruzeiros. Assim, um dólar de café exportado — ou dólar-café — valia Cr\$ 23,82.

A simples concessão de bonificação às exportações era uma prova da capitulação do governo brasileiro diante dos trustes que manipulam os preços internacionais e que são os principais responsáveis pela desvalorização constante dos nossos produtos. Em consequência, o preço do café em dólar continuou a cair e, na mesma medida, a subir o preço em cruzeiro, por via dos sucessivos aumentos de bonificações pagas pelo governo aos exportadores. Já em junho de 1958, seguindo-se a aumentos anteriores, o dólar-café havia sido elevado para Cr\$ 37,50. Em fevereiro do ano passado, foi aumentado para Cr\$ 60,00, e em junho atingiu o nível de Cr\$ 76,00, em que ainda hoje se encontra.

Durante a administração FMI-Luís Lopes e, depois, já sob a administração Marcos Souza Dantas, através de sucessivas reformas cambiais, quase todos os produtos de exportação passaram a ser negociados pelo câmbio livre. Isto é, passaram particularmente a receber uma bonificação igual à diferença entre a cotação do dólar no mercado livre e a cotação oficial do dólar (no momento essa virtual bonificação é de 186,00 — 18,82 = Cr\$ 167,18).

Entretanto, nem o café, nem o cacau podiam ser incluídos entre os produtos negociáveis no câmbio livre, pois constituem eles a fonte onde o governo vai buscar uns 80 por cento dos dólares de que necessita para o orçamento oficial de câmbio. E por isso as cambiais resultantes da exportação de café e de cacau continuam sendo compradas pelo governo, ao câmbio de 76 cruzeiros por dólar.

Alguns os exportadores de café (secundados pelos fazendeiros) que a diferença entre esses 76 cruzeiros e a cotação do dólar no câmbio livre constitui um confisco, popularizado com o nome de confisco cambial. Aparentemente, a queixa seria procedente. Entretanto, a verdade é que a mencionada diferença, que os exportadores e fazendeiros afirmam ser confiscada, a eles e precisamente a eles retorna sob outras formas. Respondendo a um requerimento de informações do deputado Sérgio Magalhães, informou a SUMOC que do total de 94,9 bilhões de cruzeiros recolhido ao fundo de câmbio (e não apenas dos dólares resultantes das exportações de café) em 1958, nada menos do que 31,3 bilhões de cruzeiros tiveram as seguintes destinações: financiamento ao IBC, prêmios aos exportadores de café e fundo de amparo à lavoura cafeeira. A isso devem ser acrescentados cerca de 30 bilhões de cruzeiros de bonificações aos exportadores de café, o que perfaz o total de mais de 60 bilhões de cruzeiros, isto é, quase 70 por cento do total do fundo de câmbio. A esta soma devem ser ainda juntados grandes financiamentos do Banco do Brasil ao setor cafeeiro, o que mostra que o chamado confisco cambial não existe e é mesmo possível que o setor exportador de café receba ainda mais do que aquela diferença que diz confiscada.

As vésperas de uma nova safra do café, os exportadores e fazendeiros estão reclamando um novo aumento do dólar-café, o que é um absurdo tanto maior quanto se sabe que os estoques sem mercado elevam-se a dezenas de milhões de sacas.

UM ADVOGADO DA LIGHT E DA B & S

Cothrin Desmente Cothrin Para Defender os Trustes

Reportagem de JOSUÉ ALMEIDA (última de duas)

Na mesma conferência que pronunciou no Conselho Nacional de Economia — e de que nos ocupamos em reportagem anterior —, o engenheiro John Reginald Cothrin também fez algumas afirmações, além de engrossar o coro dos que reclamam recursos do governo para os trustes da energia elétrica.

Anunciou, com efeito, o conhecido cavalheiro de indústria que o Brasil estará a braços com uma crise de energia elétrica, a partir de 1963. Antes de entrar no exame da profecia pessimista do sr. Cothrin, desejamos fazer uma indagação: de quem será a culpa se tal se verificar? Sabidamente, o sr. Cothrin é um dos assessores mais influentes do governo em matéria de energia elétrica e isso, aliás, explica em parte por que a meta de electricidade aquinhoou de maneira tão generosa a Light e a Bond & Share. Pois não foi precisamente o engenheiro Cothrin que o sr. Juscelino Kubitschek escolheu para colocar à frente de Furnas, o maior empreendimento do seu governo, no ramo, como presidente da empresa? Segundo se afirma, é o mesmo sr. Cothrin que tem tido a atribuição de redigir a parte relativa à energia elétrica nas mensagens presidenciais e também se sabe que é de sua lavra a redação do veto presidencial ao dispositivo da lei do imposto de renda relativo à reavaliação dos ativos das empresas concessionárias de serviços públicos. Portanto, se o sr. Cothrin tiver razão e se a crise vier, é difícil saber como ele poderá eximir-se de culpa em face de tal imprevidência...

Os dois Cothrin

Mas, deve haver outras razões para que o sr. Cothrin, no Conselho de Economia, coloque-se contra o sr. Cothrin, mentor da política de energia elétrica do governo. Afirmamos-lo tomando por base os próprios documentos oficiais e, para começar, a mais recente mensagem presidencial ao Congresso Nacional. Neste documento, elaborado há apenas três meses, não há, efectivamente, a menor referência a uma crise, ou à possibilidade de uma crise na produção de energia elétrica, em 1963. Pelo contrário, tudo o que nele se encontra são afirmações otimistas sobre a conclusão de obras no prazo fixado e a perspectiva de outras obras. De tal maneira, a potência instalada, que era de cerca de 3 milhões de kw em 1955, elevou-se para 4 milhões em fins do ano passado, subirá a 5 milhões no fim deste ano, e chegará a 8 milhões de kw em 1965. Isto é o que está na mensagem e, ao que se diz, redigido pelo sr. Cothrin.

Obras em andamento

Mas, a mensagem presidencial, o mais recente e autorizado dos documentos oficiais, não se cinge a uma enumeração geral de cifras. Discrimina, uma a uma, as principais obras em curso para atender ao crescente consumo de energia no país. Que obras são essas? As três principais, nas quais se concentrou o governo federal, são as barragens de Furnas e Três Mariás

e a segunda etapa da usina de Paulo Afonso. Segundo o mesmo documento, a primeira etapa de Furnas — com a potência de 600 mil kw — deverá entrar em operação em fins de 1962; quanto a Três Mariás, cuja barragem deverá estar concluída ainda este ano, o funcionamento das duas primeiras unidades geradoras — com a potência de 130 mil kw — deverá ocorrer dentro de um ano, isto é, em meados de 1961; e a instalação de mais 130 mil kw em Paulo Afonso processa-se dentro dos prazos, ainda de acordo com a palavra de JK.

No Norte do país, estão em fase de contratação, ou de estudos, obras de construção de termelétricas em Manaus, Belém e S. Luís do Maranhão e de uma hidrelétrica no Paredão, no Amapá.

A mensagem enumera, ainda, muitas outras obras em curso, algumas delas de grande vulto, como a do Fumil, no rio de Contas, na Bahia (capacidade: 81 mil kw); em Minas, as de Itutinga e Camargo, as duas com uma potência total de 70 mil kw; Salto Grande, Barra Bonita, Flórida Paulista, Jurumirim e Euclides da Cunha, todas em S. Paulo, entre elas algumas de grande porte, como as de Euclides da Cunha e de Jurumirim, que terão, cada qual, uma potência instalada de 100 mil kw.

No Rio Grande do Sul, onde o programa governamental de electrificação ganhou novo impulso depois da encampação da subsidiária da Bond & Share, estão em construção a hidrelétrica de Jacuí (potência: 75 mil kw) e as termelétricas de Candiota (70 mil kw), Charqueadas (45 mil kw) e Figueiras (20 mil kw), entre outras obras.

Em seguida, a mensagem fala das obras levadas a efeito pelo que chama de setor privado (Light e Bond & Share), mencionando a ampliação das usinas de Piratininga (termelétrica), de Cubatão e a de Ponte Coberta — as três da Light — e mais a ampliação da usina de Peixotos, da Bond & Share.

Fizemos um levantamento mais ou menos minucioso das obras de electricidade em curso para mostrar que é precária a previsão de uma crise nesse setor, como a que foi feita pelo engenheiro Cothrin.

Produção e distribuição

Succede que o sr. Cothrin conhece melhor do que ninguém o que está sendo feito nesse terreno. Por que, pois, o seu alarmismo? Uma das razões já foi vista na outra reportagem e consiste em pedir mais dinheiro do governo brasileiro para os dois trustes americanos. Outra razão, ligada a esta, é que está aumentando a desproporção entre a energia produzida e a energia distribuída pela Light e a Bond & Share. Há quem calcule que atualmente os dois trustes imperialistas produzem cerca de 37 por cento da energia total produzida no país, ao passo que distribuem 58 por cento de toda a energia distribuída. Com o funcionamento de Furnas e outras empresas novas, prevê-se que a percentagem de energia produzida pelos trustes baixará sensivelmente, ao mesmo tempo em que aumen-

tará também em escala considerável sua percentagem na distribuição.

Este fato, por mais que os entreguistas tergiverem, alegando altos custos da distribuição, acabará por abrir os olhos dos brasileiros para o absurdo que representa o seguinte: enquanto o país arca com o pesado ônus da produção de energia, duas companhias estrangeiras chamam a si a distribuição, com todas as vantagens daí decorrentes. Bilhões de cruzeiros foram e continuam a ser investidos em Paulo Afonso para produzir e transmitir energia a centenas de quilômetros, enquanto a Bond & Share, em Salvador, Recife, Macéió — e breve também em Natal — se encarrega... de ganhar milhões distribuindo a energia da CHESF. É evidente que essa situação terá que terminar, mais dia ou menos dia, e com ela a era de dominação da Light e da Bond & Share no Brasil. É isso o que teme o engenheiro Cothrin.

O caso das termelétricas

O laureado técnico vai longe na defesa dos interesses dos trustes. Chega a citar o Primeiro-Ministro da União Soviética, para reclamar a instalação de usinas termelétricas em grande escala, no Brasil. Disse o sr. Cothrin: «O melhor caminho a seguir é a construção de termelétricas, porque evitaríamos longo período de estiação, o grave problema do racionamento.»

Sim, é certo que Kruschiov defende a construção de termelétricas na URSS, por uma série de razões. Mas, acontece que a URSS, do mesmo modo que os Estados Unidos e outros países, tem abundância de combustível sólido e líquido. Será este, porém, o caso do Brasil? Quanto ao petróleo, ainda não dispomos de excedentes que permitam o seu emprego em larga escala em usinas termelétricas, de tal modo que se afaste a possibilidade de termos de vir a importá-lo; e no que se refere ao carvão nacional, além de pobre em calorías, não é produzido em escala tal que justifique um plano de electrificação à sua base. Os excedentes existentes de carvão serão absorvidos pelas usinas termelétricas em construção e projetadas no sul do país.

Além disso, a energia de origem térmica é sabidamente mais cara que a de origem hidráulica. A única vantagem consistiria, então, em que os investimentos seriam menores, isto é, mais acessíveis à Light e à Bond & Share, coisa que o sr. Cothrin não disse, mas que transparece por trás de suas palavras. Mais ainda: operando com usinas hidrelétricas e termelétricas, a Light e a Bond & Share estariam com a face e o queijo na mão para fazer o infernal jogo de tarifas, em que são mestras, e auferir milhões e milhões de novos lucros ilícitos.

Portanto, diante do quadro esboçado pelo sr. Cothrin e das soluções preconizadas por esse mentor da política nacional de energia elétrica, só resta ao povo brasileiro exclamar: «Senhor, livrai-me desses amigos, porque dos inimigos eu não tenho me despartido».

II Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Lacustres e Classes Anexas CONVOCAÇÃO

A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS, A FEDERAÇÃO NACIONAL DOS OFICIAIS DE MÁQUINAS, MOTORISTAS, CONDUTORES, FOGUISTAS, ELETRICISTAS EM TRANSPORTES MARÍTIMOS E FLUVIAIS, A FED. DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS E AERÉOS DO ESTADO DA BAHIA, A FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES FLUVIAIS DO ESTADO DO PIAUÍ, convocam todos os Sindicatos filiados ou não e as associações profissionais dos marítimos para o II CONGRESSO SINDICAL NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES MARÍTIMOS, FLUVIAIS, LACUSTRES E CLASSES ANEXAS, a realizar-se no dia 4 (quatro) a 7 (sete) do mês de agosto próximo, com o fim de serem estudados e debatidos todos os assuntos de interesse da classe, tais como previdência social, legislação de trabalho, defesa da Marinha Mercante e da construção naval, padronização dos salários regionais, voto a bordo, etc., bem como as teses que deveremos apresentar no III Congresso Nacional dos Trabalhadores nos dias 11 a 14 do mesmo mês.

Outrossim, esclarecemos que em época oportuna enviaremos as necessárias normas e instruções aos órgãos ora convocados, dos quais aguardamos o máximo interesse e colaboração para o bom êxito do nosso Congresso.

Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 30 de maio de 1960.

THAUMATURGO DA SILVA GAYO

Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais.

MANOEL JOYITO DA SILVA

Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos do Estado da Bahia.

ALFREDO PEREIRA NUNES

Presidente da Federação Nacional dos Oficiais de Máquinas, Mot. Cond., Fog. Ele. em Transportes Marít. e Fluviais.

THOMAZ DA SILVA LIMA

Presidente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Fluviais do Estado do Piauí.

Nota Econômica Missão de Locadores de Toalhas

Seja por mera coincidência — como afirmam os americanos —, ou não, o fato é que a vinda da missão comercial norte-americana ao Brasil verificou-se quando chegava ao fim a estada entre nós da missão soviética. Em todo o caso, o que agora está claro é que se a missão oficial norte-americana tinha como um dos seus objetivos apagar a boa impressão causada pelos soviéticos, esse objetivo não foi atingido. Pelo contrário, o que está desaparecendo rapidamente, pela simples ação dos fatos econômicos, é a importância inicialmente atribuída aos enviados do governo norte-americano, tanto os seus funcionários, como os «businessmen» que concordaram em pôr de parte os seus assuntos privados, em benefício das boas relações entre os dois países...

A vinda da missão norte-americana teve por objetivo declarado restabelecer o nível anterior de negócios entre o nosso país e os Estados Unidos. Esse nível, se bem que de maneira relativamente lenta, apresenta uma firme tendência para reduzir-se. A principal razão deste fato está no caráter espoliador da política econômica dos Estados Unidos, que pode ser assim resumida: 1) pagar cada vez menos pelos nossos produtos e vender-nos os seus por preços cada vez maiores; 2) para cada dólar investido no Brasil, retirar vários dólares sob a forma de lucros, dividendos, juros, royalties, assistência técnica e mil outras maneiras.

Num caso como outro, o resultado é que o nosso balanço de pagamentos com os Estados Unidos é cronicamente deficitário; e os deficits nos contos de capitais e serviços com aquele país têm que ser cobertos com superávits da balança comercial, isto é, o Brasil tem tido a necessidade objetiva de vender mais aos Estados Unidos e comprar-lhes menos produtos.

Ora, esse círculo de ferro só poderia ser quebrado se os Estados Unidos adotassem outra política em relação ao nosso país: se nos facilitassem crédito barato e a longo prazo — como fazem a URSS, a China e outros países socialistas, com os países subdesenvolvidos —, se se dispusessem a vender-nos em condições, pelo menos normais, os bens de produção de que carecemos para o nosso desenvolvimento, se renunciassem à espoliação do país. Mas, isto seria renunciar ao imperialismo... e não foi para isso que a missão oficial norte-americana veio até cá.

Em São Paulo, numa reunião mantida com empresários paulistas, na sede da Federação e do Centro das Indústrias, o conhecido economista Heitor Ferreira Lima perguntou qual a razão do sensível decréscimo dos recursos em dólares concedidos ao Brasil pelo Export Import Bank, num período em que precisamos importar uma série de máquinas operatrizes, dado o nosso processo de industrialização.

A pergunta foi de toda oportuna. Efectivamente, uma comparação entre as transações em dólares do Brasil com o Eximbank no primeiro trimestre do ano passado e no período correspondente do ano em curso revela o seguinte: de janeiro a março de 1959, o Eximbank concedeu a firmas que operam no Brasil empréstimos no valor de 24,6 milhões de dólares, enquanto lhe pagávamos, a título de amortização e juros de empréstimos anteriores, 23,4 milhões de dólares. Isto é, o Brasil recebeu do Eximbank apenas 1,2 milhões de dólares a mais do que lhe pagou. Já este ano, para 8,5 milhões de dólares recebidos, enviamos ao Eximbank nada menos do que 19,3 milhões de dólares. Isto é, o Brasil foi descapitalizado pelo banco do governo norte-americano em 10,8 milhões de dólares.

Estava, pois, saldadamente apolado em fatos (outros dados estatísticos confirmam a mesma tendência) o economista Ferreira Lima quando fez a pergunta. E que respondeu o chefe da missão oficial norte-americana, sr. Charles A. Lewis, que é também funcionário do Departamento de Comércio dos Estados Unidos? Que a missão representava industriais e comerciantes norte-americanos não estando, portanto, capacitada a elucidar o problema levantado.

Segundo os integrantes da missão norte-americana, não têm eles o propósito de fechar negócios no Brasil, mas tão-somente de informar-se sobre as necessidades do país e dos meios capazes de fomentar as relações comerciais com os Estados Unidos. Apesar disso, porém, para não perderem de todo o tempo, os americanos divulgaram uma extensa lista de investimentos que desejariam fazer no Brasil. Vejamos alguns dos campos de atividade em que os nossos amigos inquiridos pretendem «cooperar» para o progresso do nosso país: lavanderias de aço inoxidável, dessalinizadores de água para lavanderias comerciais a vapor, linha completa... de janelas de aço, receptores de televisão, fonógrafos estereofônicos, rádios de ensa e de automóveis, equipamento para industrialização de raios, aparelhos de iluminação fluorescente... A lista é longa, e se acha no «O Estado de São Paulo» de 31 de maio último. Não há um só item que se possa classificar entre a indústria pesada! O governo norte-americano não é capaz de acenar-nos senão com a loução de toalhas.

É evidente que esse tipo de relações não interessa ao Brasil. Ao nosso país, o que convém é comprar e vender a quem possa comprar os nossos produtos e vender-nos aquilo de que carecemos para o desenvolvimento independente do país. Hoje em dia, pretendem atingir esse desenvolvimento mesmo com a cotação de dólares. O desinteresse que cerca a presença dos americanos no Brasil mais do que tudo os convencerá disso.

Tribuna de Debate

JOAQUIM TEIXEIRA CHAVES (Minas Gerais)

GIOCONDO DIAS

A Atual Missão da Vanguarda Consciente

O mais importante nas Teses para Discussão foi a caracterização da Revolução brasileira como uma continuação da Grande Revolução Socialista de Outubro. A Revolução Socialista de Outubro de 1917 abriu uma brecha no sistema colonial do imperialismo e criou condições mais favoráveis, as mais variadas formas de transição para o socialismo. As Teses para Discussão constituem um esforço sincero e uma pesquisa científica da realidade brasileira para o socialismo. A missão atual da vanguarda consciente é adivinhar e pesquisar as aspirações comuns de todos os povos, sem exceção.

Um acontecimento da maior importância nas Teses para Discussão é a divisão da revolução por etapas, sendo que na primeira etapa tem objetivos de caráter nacional e democrático. Uma vez que nos programas anteriores saltava a primeira etapa da revolução, contrariando as forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado, a burguesia e a intelectualidade pequeno-burguesa. Se não se prestar atenção — como disseram com precisão as Teses para Discussão — nos diferentes tipos de contradições, podem surgir alguns desvios errôneos.

Um fato novo, menos significativo, é considerar a religião católica como a maior religião do país, embora a Igreja, de um modo geral, seja uma força reacionária e obscurantista.

Um fato novo e de grande significação é o caminho pacífico para a revolução brasileira, embora seja novo somente nas Teses para Discussão. A realidade brasileira exige há muito tempo uma tática que possibilitasse a acumulação de forças e facilitasse mais a aplicação pelos comunistas da complexidade das contradições no meio da sociedade. As bases e mesmo os comitês devem possuir estas qualidades. As bases do Partido devem apoiar-se na acumulação da experiência e na comprovação da prática; não podemos esperar resultado da noite para o dia, dado que as condições estão em contínua mutação, novos problemas surgem, assim que os velhos são resolvidos e não há solução que valha para qualquer momento.

Um fato de grande importância é que o golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirigem, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os agentes entreguistas que o apóiam. Isto facilita ganhar outros países menos perigosos que têm contradição com o imperialismo norte-americano dentro de nosso país.

Acertando as contas com o inimigo

mais perigoso, — o imperialismo norte-americano, — gradativamente nosso povo acertará as contas com o resto, inclusive com os agentes internos em nosso país.

O objetivo da vanguarda consciente é dar mais amplitude nas contradições inter-imperialistas em nosso país. Fato novo que devemos valorizar é a apreciação das contradições, por etapas, sendo que a contradição principal é a que se aprofunda entre a Nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A contradição entre o proletariado e a burguesia só pode ser resolvida pelo método da Revolução socialista. No momento tem caráter antagonista e se expressa nas várias formas de lutas de classes entre operários e capitalistas.

A hegemonia do proletariado será também a condição política fundamental que deverá assegurar a transição ao socialismo, objetivo não imediato, porém final, da classe operária brasileira. Vejam, camaradas, que confusão, pois os Estatutos orientam da seguinte maneira: "O Partido Comunista do Brasil orienta-se pelo marxismo-leninismo, pelos princípios do internacionalismo proletário, tendo como objetivo programático final o estabelecimento do socialismo e do comunismo".

Os camaradas da direção caíram, de fato, no revisionismo e no dogmatismo. A falsificação, o disfarce cada vez mais sutil, tal é, o que caracteriza o revisionismo moderno (Lenin: O materialismo e empiriocriticismo).

Nestas condições, o papel da vanguarda consciente é zelar pelos princípios que regem o comunismo internacional, e não dizer que o objetivo final da classe operária é o socialismo. E, ao mesmo tempo, cair no dogmatismo de achar que a hora que chegar ao socialismo está tuco bom e resolvido.

Isto é ou não é revisão do marxismo-leninismo?

E' natural que os camaradas, preocupados com os problemas nacionais, esqueçam que as novas idéias e teorias sociais só surgem depois que o desenvolvimento da vida material da sociedade lhe apresenta novas tarefas. Nestas condições, no período de após guerra, a vida apresentou novas tarefas e que não foram resolvidas. Por isto, a autocrítica feita pelos nossos camaradas foi tardia e muito atrasada. Por isso surgiu o desinteresse pelos quadros profissionais. Os elementos, portadores desta teoria começaram a fazer injustiça e desceio para com aqueles que exigiam solução im-

ediata para estes problemas, levantado nas Teses para Discussão.

As contradições no interior do Partido só podem ser resolvidas com crítica e autocrítica. Os camaradas sabem de tudo isto e ainda não tomaram providência para resolver as contradições entre as organizações intermediárias e as bases, surgindo daí o desinteresse pela construção do Partido.

As contradições entre as organizações de bases e as organizações Estaduais, Municipais e Distritais tende a se aguçar cada vez mais, no processo da luta interna no Partido, uma vez que os camaradas do Partido ainda não se livraram do sectarismo e do dogmatismo, e mesmo do revisionismo. E' ingenuidade supor, que as contradições deixam de existir. Negar a existência das contradições é negar a dialética. A prática já revelou que enquanto as organizações citadas acima não resolverem as contradições, o Partido não avançará no terreno da organização. Negar estas contradições é cair no liberalismo e o liberalismo é um fenômeno tão atrasado quanto o é o culto à personalidade.

Os camaradas da direção disseram repetidas vezes em documentos anteriores e é repetido nas Teses para Discussão, que os comunistas não são exclusivistas. O exclusivismo é a indiferença com aqueles que não pensam como nós. Será que os camaradas traduzem a verdade? Não seria melhor que os camaradas raciocinassem assim: O marxismo-leninismo nunca pregou a idéia do exclusivismo. Os militantes de base de nosso Partido estão acostumados a escutar as palavras e a observar os atos.

Os camaradas são demasiadamente autossuficientes em relação aos membros de base do Partido.

E' necessário camaradas, que as transformações econômicas, políticas e sociais, levantadas nas Teses para Discussão, sejam traduzidas para as massas em alguma coisa simples e precisa, tanto no domínio sindical como em outros domínios.

Em relação ao Projeto de Estatutos, só quero que os camaradas introduzam um princípio: que é:

"Os membros de nosso Partido são responsáveis pelo destino do Partido, e o Partido é responsável por seus membros."

Nem sempre é cumprido este dever de princípio.

Belo Horizonte, 29 de maio de 1960.

Joaquim Teixeira Chaves

A Declaração de Março

A linha da Declaração de Março de 1958 é revolucionária e sua significação é profunda para o nosso Partido.

A Declaração de Março provocou e provocou ainda a ira e os ataques de uns poucos camaradas. E' compreensível essa atitude. Com a orientação traçada naquele documento uma série de concepções arcaicas, rotineiras e sectárias foram no fundamental desmascaradas, tornando-se ainda mais evidentes a sua nocividade e a sua esterilidade.

Os ataques à Declaração e a hostilidade à linha nela formulada partem de camaradas — uns poucos, aliás — que resistem tenazmente ao reconhecimento dos erros que cometemos e, desse modo, se opõem ao processo autocrítico e de redução que a prática, supremo critério da verdade, impõe e o Partido exige de todos nós que recebemos a tarefa de exercer função dirigente.

Esse processo, queira-se ou não, teve início com a publicação das resoluções do XX Congresso do PCUS e a denúncia do culto à personalidade. Expressou-se em nossas fileiras com a discussão travada naquele período e a incapacidade, que então se revelou por parte da direção, de conduzi-la e orientá-la com acerto. Teve o seu prosseguimento com as modificações que o CC foi obrigado a realizar, por exigência do Partido, na composição do Presidium do Partido, na expulsão de Agildo Barata e do Secretariado de seu pequeno grupo, com a formulação da linha da Declaração de 1958 e, afinal, continua hoje com a luta pela aplicação dessa linha. A meu ver, esse processo autocrítico e de redução prosseguirá ainda por muito tempo. Os debates em torno das Teses e do projeto de Estatutos contribuíram bastante, ao que tudo indica, para a superação de uma série de contradições e divergências que existem entre nós, desde que tenhamos capacidade de nos conduzir sem intolerância, sem discriminações, mas, por outro lado, sem cair na conciliação. Dessa maneira é que a luta pela nossa redução se travará em um novo nível, até que extirpemos da nossa maneira de pensar os hábitos e costumes oriundos de anos e anos de dogmatismo. E' imprescindível o dogmatismo que vem impedindo um estudo mais profundo da realidade brasileira, uma vez que é o castra o pensamento criador, alimenta a rotina, a burocracia, o conservadorismo e a intolerância que levam a que camaradas como Maurício Gracioso e alguns outros carimbem de revisionistas, reformistas, etc. os companheiros que, bem ou mal, se esforçam seriamente para se libertar dos atóxicos que uma concepção taludista lhes impõe e procuram, na medida de suas possibilidades, conhecer a nossa realidade, pesquisar e encontrar o caminho da revolução em nossa terra. Compreendamos esses companheiros que é através da assimilação da realidade concreta, e não apenas esgrimindo citações, que poderão ajudar na solução dos problemas que a vida coloca ante o nosso povo e o nosso Partido.

Outro mérito da linha exposta na Declaração de 1958 foi ter corrigido o nosso unilateralismo na formulação do caminho a ser percorrido pela revolução brasileira. Esse unilateralismo consistia em ver como única saída possível a guerra civil e, assim, atava as nossas mãos e as dos futuros promotores da revolução. Não compreendíamos que tudo depende da correlação concreta entre as forças de classe, do grau de organização da classe operária, dos seus aliados e dos seus adversários. Mascara com o falso revolucionarismo em palavras, esse unilateralismo era fruto, também, da superestimação das forças reacionárias e de suas possibilidades, assim como refletia a subestimação das forças da revolução, tanto na arena mundial como nacional.

O que a Declaração diz, e alguns camaradas não procuram compreender, é que existe «a possibilidade real de conduzir por formas e meios pacíficos a revolução anti-imperialista e anti-feudal», que é o caminho que convém à classe operária e a toda a nação e que, portanto, devemos lutar por ele. Não atarmos de maneira alguma as nossas mãos à saída pacífica, não afirmamos que é esta a única saída possível. O que se diz na Declaração, e de maneira correta, é que «o complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará como será realizada a conquista de um Governo nacionalista e democrático».

O nosso dever, como aprendizes do marxismo, é não absolutizar a possibilidade de um caminho pacífico — como faziamos em relação ao caminho violento, ou da guerra civil —, é compreender que nesta questão tudo depende do período de desenvolvimento em que nos encontramos a cada momento, da correlação entre as forças de classe e da situação concreta em face da qual atuamos.

Outro problema que a Declaração coloca de maneira nova é o que se refere à frente única, problema por sinal muito pouco discutido entre nós e que tem sido às vezes apresentado de maneira profundamente deformada. Sempre foi por nós considerada de importância secundária a questão da frente única.

Quando ao caráter da frente única, nós é que o decretávamos, arbitrariamente. O esquema de forças que elaborávamos era, na verdade, resultado de nossas elucubrações ou da velha tendência de imitar e copiar. O difícil problema das relações entre os aliados era tratado de maneira simplista, e não em termos de classes e de forças sociais. Acostumamos-nos a ver a frente única de maneira estática, rígida e não como um movimento que assume as formas mais variadas de atuação e organização em comum, que se transforma, que inclui na sua composição forças temporárias e

forças permanentes, que como movimento comporta objetivos imediatos e mediatos. Pensávamos e atuávamos como se a direção da frente única dependesse exclusivamente dos nossos desejos e não fosse, fundamentalmente, um problema de quem tem forças e meios para dirigir. Naturalmente, quem não faz autocritica dessas posições fica inquieto pelo fato de setores de latifundiários participarem, em um ou outro momento, do movimento de frente única e recela que os camponeses se afastem da frente única devido à inclusão desse ou daquele setor de latifundiários em tal ou qual período, como se esta fosse somente uma questão de ordem subjetiva.

Com a linha formulada na Declaração procuramos mudar as concepções erradas a respeito das eleições e do trabalho de massas, principalmente sindical, o que, na prática, vem possibilitando uma atuação melhor do Partido, a superação de erros e falhas que levaram ao isolamento das possibilidades propiciadas pelos meios e formas legais de luta.

Números são os êxitos e as vitórias que conseguimos nestes dois anos de aplicação da linha atual, assim como são muitos também os erros, tanto de direita como de esquerda, que cometemos. Devemos concentrar nossos esforços na correção desses erros.

Uma coisa, no entanto, podemos afirmar: não impusemos ao Partido e às massas a linha atual, que vem sendo aceita não na base da coação e do engodo, mas na medida em que a direção e os quadros do Partido aplicam o método de persuasão e revelam capacidade de divulgá-la e esclarecê-la, e que os seus aspectos justos são comprovados pela prática.

Conscientemente, a direção do Partido vem-se esforçando no sentido de não apresentar a linha atual como algo completo e acabado. Jamais a Declaração foi considerada a última palavra, como afirmamos equivocadamente o camarada Diógenes Arruda em seu último artigo na «Tribuna de Debate». Ao contrário, na introdução à Declaração diz a direção que «espera que no processo de sua aplicação prática, a política traçada nela submetida à comprovação e enriquecida pela experiência do Partido e do povo brasileiro».

Até as Teses para discussão. Re-presentam, na medida das possibilidades da direção, um esforço para desenvolver o conteúdo da Declaração e generalizar as experiências colhidas no processo de sua aplicação, procurando portanto corrigir as suas falhas e ratificar os seus acertos.

Através da discussão que ora se realiza poderá o nosso Partido formular melhor a sua orientação política e elaborar com mais segurança o caminho que levará à vitória da revolução no Brasil.

ANTÔNIO REAL

Contribuição ao Debate

Como operário metalúrgico, leitor e entusiasta de NOVOS RUMOS, jornal do povo e dos trabalhadores, desejo participar no debate a todos aberto nas suas páginas.

O debate visa, em uma luta franca e sincera de opiniões e pensamentos os mais diversos, encontrar a orientação coletiva justa, o caminho mais acertado, através do qual o povo, o proletariado e o campesinato e seu partido revolucionário marcharão na luta para acabar com as mazelas do capitalismo, com os monopólios nacionais e estrangeiros, com tantas misérias e sofrimentos vem causando à maioria esmagadora da população brasileira.

Meus pontos de vista, certamente são muito simplistas e superficiais. Correspondem a «meu mundo», ao mundo fechado das fábricas, do meio ambiente das ruas e dos bairros populares; ao «mundo» das notícias dos jornais, dos acontecimentos locais e das referências

ligeiras do que se passa noutras partes do globo terrestre; ao «mundo» da luta de classe e do sindicato.

Mas, aqui está minha contribuição, meu «grão de areia» ao ajeitar da opinião coletiva. Que sirva para o movimento operário e popular do país encontrar seu caminho brasileiro da libertação.

Sobre as Teses

Nos momentos de folga e no trabalho e reli as Teses, nelas encontrei um manancial de conhecimentos. São como um pequeno livro de cultura social da atualidade brasileira. Da leitura de seu conteúdo tira-se ensinamentos revolucionários, mas também em alguns de seus trechos tive uma impressão chocante, decepcionante. Algo em seu conteúdo não se harmoniza com a minha sensibilidade de explorado, e que julgo não estar de acordo com a realidade de explorado, e julgo não estar de acordo com a realidade.

Nos itens de nº 13 — 17 — 20 — 21 26 — 30 — se dá ao capitalismo, à burguesia brasileira um valor revolucionário e anti-imperialista, que acho que não tem. Em traços rápidos: consideram as Teses a maior parte da burguesia, como também a certos setores de latifundiários como anti-imperialistas... Elogiam o dinamismo da burguesia industrial dentro do capitalismo nacional... Recomendaram defender e desenvolver o capitalismo de Estado... Que, por ora, não exige solução radical a contradição entre operários e capitalistas, já que nas condições presentes, este capitalismo tem ainda caráter progressista... Que a burguesia nacional enfrenta a tarefa de promover em prazo breve, de um mínimo de forças produtivas modernas... Que, embora a Igreja Católica Romana, de um modo geral, seja uma força reacionária, obscurantista, não se pode deixar de reconhecer que existem nela setores liberais, alguns elementos nacionalistas, principalmente no clero ligado ao povo, e no seio da intelectualidade católica etc.

Acho que os camaradas que escreveram as Teses, ao lado das partes que me parecem acertadas, elaboraram outras que me parecem com tanto ao capitalismo, um convite à longa espera e ao quietismo, as quais refletem um evolucionismo pensoso e fatalista, que paralisa a ação dos trabalhadores. Sobreestimam o papel do capitalismo e subestimam o papel verdadeiramente revolucionário (antes e agora) dos milhões de oprimidos, que são os que, em verdade, com seu trabalho de colmeia, com seus sofrimentos, criam as riquezas e desenvolvem as forças produtivas. São as massas populares trabalhadoras as que promovem, e

têm a tarefa de promover, no mínimo ou no máximo, sejam quais forem os prazos, as forças produtivas. As massas é que têm caráter em por cento progressista, e não o capitalismo nacional parassita.

Quando ao papel anti-imperialista da maior parte da burguesia e de setores de latifundiários, parece-me que este papel não corresponde a tais classes, para se contar com elas numa frente anti-imperialista e anti-feudal.

A maior parte da burguesia é mais pró-imperialista que nacionalista, mais anti-pátria que tudo. Seu interesse egoísta não conhece pátrias, e aqui no Brasil esta maior parte da burguesia só se preocupa em enriquecer à custa das massas trabalhadoras, em manter seu aparelho de violência e o obscurantismo de sua filosofia. E' mais amiga do imperialismo estrangeiro que do povo. Sua contradição com o imperialismo é tão superficial que logo entre eles se «arranjam». Não é uma força consciente, nem nacionalista para se contar com ela.

O mesmo ocorre com os latifundiários: são tão reacionários, tão anticamponeses e tão anti-progressistas, que suas características os situam no campo inimigo. Seus «elementos nacionalistas» são tão longínquos, tão em contraste com o progresso da nação, que sua inclusão na frente nacionalista parece paradoxal e absurda.

E' na menor parte da burguesia, e não na maior parte, onde existem elementos nacionalistas, patrióticos e progressistas. Eles se encontram entre os intelectuais e industriais... E' a parte que se pode contar para a frente anti-imperialista.

Quando às camadas médias, já os Teses, parece, expõem claramente suas características. No que se refere à Igreja Católica, minha opinião é a seguinte: A Igreja está totalmente a serviço do capitalismo, e os elementos liberais, nacionalistas, que aparenta conter, não são mais que «elementos demagógicos», uma simulação e uma forma moderna para frear o movimento operário e prolongar o sistema de exploração do homem pelo homem. Tais são a doutrina social da Igreja, «a paz social» do padre Cristóvão, etc., visando a tranquilidade dos capitalistas. A Igreja em si, é o capitalismo, pela acumulação de enormes riquezas, pela sua organização, por sua atuação na vida do estado explorador.

Eis aí, em leves traços, meus pensamentos, minha crítica à parte das Teses que considero não de acordo com meus pontos de vista e com a situação atual. O resto das Teses considero acertado. Em outros pontos não disponho de capacidade para distinguir o certo do errado, pela sua profundidade e complexidade.

Nota da Comissão de Debate

Transcorrido algum tempo desde o início da presente discussão pela imprensa, a Comissão responsável sente-se no dever de expor a todos os companheiros algumas considerações.

Cumprindo a missão que lhe foi designada, a Comissão tem procurado assegurar a todos os participantes o direito de manifestarem livremente seu pensamento sobre os problemas em discussão, dentro dos princípios partidários. O clima de liberdade em que se processa o debate tem permitido a expressão de diferentes pontos-de-vista e o confronto crítico de opiniões, elementos essenciais à democracia interna. A Comissão considera-se no dever de garantir esse clima de liberdade de discussão até o término do seu mandato.

Ao mesmo tempo, a Comissão julga conveniente solicitar a atenção de todos os companheiros para algumas questões que dizem respeito aos objetivos da atual discussão e ao modo de conduzi-la acertadamente, tendo em vista atingir os resultados esperados pelo Partido.

Sendo objetivo do atual debate público o exame crítico das Teses, do Projeto de Estatutos e da atuação dos comunistas, cada companheiro contribuirá para esse objetivo na medida em que opinar sobre tais questões no plano político, ideológico e organizativo. Seria sumamente prejudicial aos interesses partidários deslocar o centro da discussão para o terreno dos agravos pessoais ou das retaliações sem princípios. É certo que o debate no plano ideológico não exclui a indicação da responsabilidade pessoal pela adoção de determinadas posições. Mas a crítica e as divergências devem ser mantidas sempre em termos compatíveis com as normas que devem reger um debate público entre comunistas, e modo a não prejudicarem a unidade partidária.

Desse ponto-de-vista, a Comissão considera que é inteiramente justa a reprovação generalizada que despertaram, entre os leitores de «Novos Rumos», aquelas passagens de artigos já publicados que infringem tais normas.

A fim de que prevaleça a orientação que a própria experiência evidenciara ser a realmente útil a um curso proveitoso do debate, a Comissão decidiu publicar somente os artigos e cartas cujos autores defendam seus pontos-de-vista com serenidade, o que não exclui a necessária firmeza e o espírito combativo que caracterizam os comunistas. A criação de uma atmosfera de intolerância pode gerar o temor a discriminações e tolher a livre manifestação do pensamento de numerosos companheiros, reduzindo o alcance da discussão e prejudicando, desse modo, os interesses do Partido. A opinião coletiva dos comunistas só pode expressar-se, em toda a plenitude, num debate livre e responsável.

Ao fazer estas recomendações, a Comissão não tem em mira opor nenhuma restrição à livre expressão do pensamento de qualquer camarada, desde que se mantenha no terreno dos princípios. Seu objetivo é, precisamente, assegurar um clima que permita a liberdade de discussão para todos e que torne possível conduzir o debate até o fim com resultados positivos para o Partido.

Estamos certos de que, respeitadas estas normas, o debate contribuirá para a elaboração coletiva de nossa orientação política, elevará o nível ideológico dos comunistas e significará um passo adiante no sentido do fortalecimento da unidade do Partido.

Rio, 7 de junho de 1960

A Comissão de Debate

COMUNICADO
Os responsáveis pela TRIBUNA DE DEBATE comunicam a todos os interessados que foram estabelecidas as seguintes normas sobre a publicação dos artigos e cartas:

a) A fim de possibilitar a participação do maior número de companheiros no debate, cada participante terá direito a um máximo de 10 laudas dactilografadas (30 linhas por lauda) em cada edição de TRIBUNA DE DEBATE. Os artigos que excederem a este limite serão divididos e publicados em série.

b) Os artigos e cartas serão publicados por ordem de recebimento na redação de NOVOS RUMOS. Em cada edição da TRIBUNA DE DEBATE figurará uma relação dos artigos recebidos, segundo a ordem em que serão publicados.

Temática de Debate

GAIO PRADO JÚNIOR (São Paulo)

PEDRO POMAR (São Paulo)

As Teses e a Revolução Brasileira (II) Ainda Sobre a Apologia do Capitalismo

(Conclusão)

Não há pois como esperar do desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira (e muito menos da extinção da parceria) uma elevação dos padrões da massa trabalhadora rural. Essa elevação somente virá através da luta desses trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem, por melhores condições de trabalho e de vida. O maior embaraço, de natureza econômica e de ordem geral no caminho dessa luta, é sem dúvida a concentração da propriedade agrária, que segundo vimos, contribui fortemente para colocar o trabalhador em posição muito desfavorável. Não existe para ele outra alternativa de ocupação e maneira de alcançar seus meios de subsistência, que se colocar a serviço da grande propriedade e aceitar as condições que lhe são impostas. Essa alternativa somente se apresentará em proporções capazes de influir no equilíbrio do mercado de trabalho e da oferta e procura de mão-de-obra rural, quando o acesso aos trabalhadores à propriedade agrária se tornar uma possibilidade que hoje praticamente não existe. Essa possibilidade abrirá desde logo, e na medida em que se ampliar, uma nova alternativa de trabalho e ocupação, o que não poderá deixar de influir poderosamente na melhoria das condições de vida mesmo daqueles trabalhadores que não se beneficiarem desde logo com a propriedade da terra e continuarem simples empregados.

Em termos que se propõe, no momento, o problema da reforma agrária, que tem assim suas raízes dialéticas no antagonismo e contradição entre a reduzida minoria de grandes proprietários que detém o monopólio virtual da terra, e controlam portanto as oportunidades de ocupação e trabalho na agropecuária brasileira, e outro lado, a massa trabalhadora do campo, que depende dessas oportunidades para conseguir seus meios de subsistência. Os trabalhadores rurais alcançaram uma posição melhor na luta por suas reivindicações imediatas, e mais facilmente se beneficiarão dela, na medida em que as oportunidades de trabalho e ocupação não forem unicamente as proporcionadas pelos grandes proprietários. Haverá sempre a alternativa de se estabelecerem por conta própria em terras de sua propriedade. Circunstância essa que naturalmente terá grande peso no mercado de trabalho rural, favorecendo a parte ofertante de força de trabalho.

A questão prática que portanto se propõe, é a maneira adequada às condições atuais, e nelas aplicável, de facilitar aos trabalhadores rurais o acesso à propriedade da terra. A medida que se impõe desde logo, e que é capaz, no momento, de produzir maiores resultados, é a tributação da terra, tanto diretamente pelo imposto territorial rural, como indiretamente pela taxa efetiva dos proventos derivados da propriedade da terra, porque, como é sabido, os rendimentos agropecuários são praticamente isentos de tributação por efeito da maneira em que é lançado e cobrado o imposto de renda nesse caso da agropecuária.

Não pode haver dúvidas que um dos fatores principais, se não o principal hoje em dia, que tem resguardado a concentração da propriedade agrária, herança colonial que se perpetua até nossos dias, impedindo o parcelamento daquela propriedade, sua distribuição mais equitativa e mobilização comercial mais ativa (condição essencial para o progresso da agropecuária), aquele fator é a isenção fiscal de que goza a propriedade fundiária rural. Graças sobretudo a esse privilégio fiscal, podem os detentores dessa propriedade conservá-la mal aproveitada, reservando áreas imensas incultas ou apenas semi-aproveitadas, unicamente para fins especulativos ou de prestígio pessoal. Decorrem daí os altos preços relativos da terra, o que torna desde logo inviável qualquer plano de reforma agrária. Enquanto os preços da terra forem no Brasil o que são (particularmente nas regiões de maior importância), e excludente naturalmente a hipótese do confisco ou da estatização da propriedade fundiária, o que não se propõe na atual conjuntura, não haverá a mais remota possibilidade de um contingente apreciável de trabalhadores ascenderem à propriedade da terra, ou poderem aspirar por ela.

O presente valor especulativo da terra declinará somente por efeito de uma forte sobre carga tributária. Essa tributação tornará impossível a uma parcela considerável dos atuais detentores da terra, conservarem suas propriedades, ou pelo menos a totalidade delas, pois isso se fará excessivamente oneroso. Serão portanto obrigados a vender suas terras, e esse fluxo de vendedores forçará a baixa dos preços.

A tributação constitui assim a maneira principal, no momento, de golpear a concentração e virtual monopólio da terra, tornando-a acessível à massa trabalhadora rural, ou pelo menos a importantes parcelas dessa massa. O estabelecimento de uma efetiva tributação territorial foi proposta e sustentada, entre outros, pelos comunistas com assento na Assembléia Constituinte e Legislativa de S. Paulo em 1947. A direção do P., naquela ocasião, se não se opôs abertamente a essa posição dos deputados comunistas, não só não auxiliou, mas por vias indiretas dificultou a ação da bancada, com a alegação de que a tributação constituía medida e processo reformista. Felizmente essa opinião foi abandonada, e as atuais Teses a tributação é apresentada como medida central a ser adotada como passo inicial e estímulo preliminar à reforma agrária (Tese 41).

Desorientados contudo pelas erradas premissas teóricas em que se fundam, as Teses propõem a tributação territorial mais como medida de incentivo à produtividade das grandes propriedades. É o que se depreende claramente dos itens a e b da Tese 41. Ora, não deve e não pode o P. objetivar unicamente, nem mesmo essencialmente, a produtividade das grandes propriedades. Isso constitui uma típica formulação burguesa de problema agrário. O incremento da produtividade seria uma consequência da reforma agrária; disso não restam dúvidas. Mas não é esse incremento que a reforma agrária, nos termos em que ela se propõe para as

forças sociais que o P. representa, ou deve representar no caso, e que são a massa trabalhadora rural, não é isso que a reforma objetiva em primeiro e principal lugar, e sim a melhoria das condições de vida da população trabalhadora rural. Essa melhoria não será trazida pelo simples aumento da produtividade, como mostramos acima; e ocorre mesmo freqüentemente situações em que o aumento da produtividade agrícola é acompanhada pelo agravamento das condições de vida do trabalhador. A contradição fundamental na economia agrária brasileira reside como vimos na oposição de grandes proprietários e a massa trabalhadora efetiva ou potencialmente a serviço deles, seja qual for a forma das relações de trabalho vigentes — assariado, semi-assariado, parceria ou formas mistas. E no terreno da luta social em que aquela oposição se manifesta, que a reforma agrária deve ser colocada. A par das reivindicações imediatas (legislação trabalhista, regulamentação da parceria em benefício do trabalhador, etc.) figurará a facilitação do acesso da massa trabalhadora à propriedade da terra, o que determinará condições mais favoráveis à luta dos trabalhadores. A tributação, como medida essencial para aquele fim de proporcionar terras aos trabalhadores, deve portanto vir em primeiro e principal lugar, o barateamento e a mobilização comercial da terra, e não a simples produtividade que será consequência da reforma, e não constitui condicionamento dela.

Além disso, há que considerar a impraticabilidade da mensuração do grau ou índice de aproveitamento da terra, o que é circunstância implícita na formulação das Teses. Não é praticamente possível definir, em termos quantitativos, o aproveitamento da terra. Esse conceito de aproveitamento da terra é por natureza impreciso, o que se evidencia logo que se trata de o traçar em normas práticas. Digamos, para exemplificar, que se a consideração «aproveitada» a terra em cultura ou em pasto artificial. Mas quantos níveis diferentes de aproveitamento não pode haver em terras assim ocupadas? Inclusive ocupação simulada com pseudo-culturas e pseudopastos artificiais. A par disso, pode haver o maior inconveniente social, do ponto-de-vista dos trabalhadores, em certos tipos de aproveitamento, em vez de outros. E o que, entre outros casos, se tem observado com relação à substituição de culturas por pastos, o que tem ocorrido em larga escala na Brasil de uma vinte anos a esta parte (por estímulo, na atual conjuntura, do alto rendimento produzido pela criação e sobretudo engorda de gado de corte), com prejuízo manifesto e bem sentido da massa trabalhadora rural que sofre com aquela substituição uma forte redução de emprego e ocupação, dada a pouca demanda relativa de mão-de-obra na pecuária. Uma boa parte das agitações sociais verificadas no campo brasileiro destes últimos anos tem origem naquele aproveitamento da terra pela pecuária, e aproveitamento muitas vezes de alta produtividade — em benefício dos grandes proprietários, bem entendido. Lembremos apenas, porque são bem recentes, e mesmo ainda atuantes, os acontecimentos de Santa Fé do Sul, no Estado de S. Paulo.

Coisa semelhante se tem observado na substituição, ocorrida em certas zonas de S. Paulo com bastante intensidade, de culturas cafeeiras, algodoeiras e outras, por canaviais, onde o trabalho é sazonal, ocorrendo em sua maior parte somente por ocasião do corte da cana; quando naquelas outras culturas há trabalho praticamente o ano todo com o trato das plantações (sobre tudo as repetidas cargas que a cana dispensa). O aproveitamento da terra nesse caso, e aproveitamento de grande produtividade e rentabilidade, volta-se contra o trabalhador. O simples conceito de «aproveitamento» implícito nas formulações das Teses, não serve pois de norma orientadora da reforma agrária tal como ele se apresenta ao trabalhador rural, e portanto, acredito, a um marxista e seu Partido.

Em suma, o que interessa do ponto-de-vista dos trabalhadores rurais, é a perspectiva do possível e eventual acesso deles à propriedade da terra. Para isso concorrerá fortemente uma adequada tributação territorial, não aquela que as Teses propõem, a sim uma que dificultará, até impedir a retenção especulativa da terra; que provocará a redução do seu preço, e em consequência estimulará a mobilização comercial e realinhamento da propriedade fundiária. Isso constituirá um grande passo para a reforma agrária. É de notar que virá não só em benefício dos trabalhadores rurais, mas também, por ação indireta, favorecerá a inversão de capitais na agropecuária. É curioso observar como as Teses, embora injustificadamente procurando colocar-se, como vimos, numa perspectiva burguesa e capitalista — sua preocupação com a produtividade e o aproveitamento da terra — são sintomas bem claros disso — as Teses não tenham nem ao menos conseguido orientar-se no sentido do estímulo às inversões na agropecuária. Elas se inspiram no critério do aproveitamento, o que poderia levar, na melhor das hipóteses, a um aproveitamento «razoável». Aliás as Teses se contentariam com um aproveitamento que não seja «baixo», como se deprende do item a da Tese 41. Bastaria assim, para satisfazer as modestas aspirações de reforma que as Teses defendem, que os atuais detentores da terra alcançassem um nível de aproveitamento de suas propriedades, acima do «baixo». Isso todavia não implica inversões de vulto apreciável, e muito menos leva a um fluxo crescente de capitais na agropecuária, o que ela comportaria muito bem, e mesmo exige para se tornar apreciável, o que está longe de ser. As oportunidades de inversão altamente rentável na terra são nas condições atuais da agropecuária brasileira praticamente limitadas, e o que tem impedido aquele fluxo de capitais é tão somente o alto preço da terra. E os relativamente reduzidos capitais que procuram aplicação na agropecuária são de início desviados com a despesa decorrente da aquisição da terra. É claro que como aqui inversão no sentido próprio, que não inclui a importância despendida na compra da terra,

que corresponde unicamente ao preço de um direito — o de utilizar a terra —, e é economicamente improdutivo.

É isso que desestimula as inversões na agropecuária. Situação essa que se corrigirá unicamente com a tributação que grave o valor da terra com exclusão das benfeitorias — edificações, estradas e caminhos, máquinas, animais de trabalho e gado, plantações, etc.). Essa tributação forçará, como se observou, a venda das terras que seus proprietários não podem ou não querem aproveitar convenientemente, forçando a baixa de seu preço e tornando-a assim acessível aqueles que a queiram utilizar. E não há necessidade de distinguir na incidência do imposto, antes pelo contrário, o grau de aproveitamento — distinção aliás pouco prática, como se viu, e muitas vezes contraproducente — porque o imposto territorial uniforme realizará automaticamente essa distinção. De fato, o imposto, sendo uniforme, pesará proporcionalmente (tanto menos quanto maiores forem as benfeitorias, e portanto mais intensivo o aproveitamento. Suponha-se por exemplo que o valor da terra nua, isto é, excluídas as benfeitorias, seja de Cr\$ 100.000, e o imposto 3%, ou sejam Cr\$ 3.000. Se se aplicarem nessa terra Cr\$ 100.000 de benfeitorias, o valor total das propriedades será de Cr\$ 200.000. Recaindo os 3% do imposto somente sobre a terra nua, esse imposto continuará sendo de Cr\$ 3.000, o que representa 1,5% apenas, sobre o valor total da propriedade. Se a inversão for de Cr\$ 200.000, a taxa do imposto se reduzirá para 1%, e assim por diante. Como se verifica, a tributação territorial uniforme e recaído unicamente sobre o valor da terra nua, determina automaticamente uma graduação da taxa que decrescerá na medida do aumento das inversões. Constitui pois um forte estímulo à inversão, que tenderá a ir até que se alcance o máximo da capacidade de produção da terra.

Assim sendo, mesmo o desenvolvimento capitalista, que as Teses tanto parecem querer, será fomentado, embora por motivos e meios diferentes daqueles que essas Teses apregoam e propõem. Mas isso será para nós, e do ponto-de-vista em que nos colocamos (e que não é o das Teses), simples decorrência circunstancial de medidas propugnadas essencialmente para os fins que vimos acima e que são os de valorizar a força de trabalho. O que propomos, e deveriam propor as Teses, é essa valorização. Por força das medidas adotadas com esse objetivo (tributação territorial para forçar o barateamento e mobilização comercial da terra, o que a tornará acessível à massa trabalhadora, e indiretamente determinará a melhoria das condições de vida do trabalhador empregado), resultará um fluxo de inversões na agropecuária e pois um desenvolvimento capitalista dela. Isso será contudo consequência para nós acidental, e inevitável desde que não se proceda à estatização ou coletivização da terra (o que não se propõe nem se pode propor na conjuntura político-econômica atual). Mas aquele desenvolvimento e pois fortalecimento do capitalismo será acompanhado pelo avançamento da posição dos trabalhadores rurais em sua luta por melhores condições de vida, o que decorre, segundo vimos, dos mesmos fatores estimulantes do progresso capitalista. Esse progresso marchará assim de par com a valorização da força de trabalho que constitui sua negação. É esse processo dialético que a reforma agrária desencadeará, e que na fase subsequente levará a economia agrária para sua transformação socialista.

É assim que em termos marxistas e revolucionários se propõe a questão agrária no Brasil e no atual momento histórico.

Passemos à outra contradição incluída na fase de evolução e desenvolvimento econômico em que ora nos encontramos, e que é a contradição imperialista. Ou mais precisamente, a contradição, ou antes contradições geradas na economia brasileira em consequência de sua inclusão e participação no sistema internacional do capitalismo. A Tese 21 caracteriza essa contradição como sendo «entre a nação e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos». Essa formulação, nos termos em que se apresenta, não tem sentido numa análise econômica marxista. «Nação» é um conceito político que se pode utilizar em contextos onde se trata de caracterizar e contrastar um conjunto de elementos e circunstâncias de ordem histórica e cultural próprios de um agrupamento e coletividade humana. Podemos assim contrastar a nação brasileira com a nação norte-americana, ou com outra qualquer; podemos ainda contrastá-la com o conjunto das demais nações a fim de destacar assim e por em evidência o mais específico de nossa personalidade nacional. Podemos nos referir àquele contraste entre a nação brasileira e outra nação, levando-o, se for o caso, até o extremo de o conceituar como antagonismo precursor de um estado bélico... O que não podemos — a não ser em sentido figurado e muito livre, evidentemente descaído em análise que se pretende científica — é opor a nação brasileira ao imperialismo norte-americano, ou outro qualquer, porque num contexto assim, e como termo de uma contradição dialética de natureza econômica, não se sabe o que de concreto a palavra «nação» possa significar.

O outro termo da contradição, segundo as Teses, e que vem a ser o imperialismo norte-americano, se é mais compreensivo, não é menos absurdo. A contradição poderia ser, a rigor, com o imperialismo como organização ou sistema econômico (e isso mesmo não é muito preciso), mas não com o imperialismo norte-americano, que não tem especificidade econômica ou institucional alguma. Uma coisa é afirmar que os monopólios e empresas capitalistas norte-americanos são aqueles que no momento têm na economia brasileira participação maior e penetração mais profunda que os de outras origens nacionais, e que ocupam nela posições mais estratégicas e de consequência mais nefastas para o Brasil; ou afirmar que o governo norte-americano, em consequência disso, ou por motivos

de ordem política, goza de maior ascendência junto às forças politicamente dominantes ou mais influentes no Brasil. Tudo isso pode ser e de fato é verdadeiro; mas coisa muito diferente é afirmar que a contradição econômica gerada pela dinâmica e processo evolutivo do sistema internacional do capitalismo, que é o imperialismo de que a economia brasileira participa, ou em outras palavras, que essa dialética da economia imperialista tem como um de seus polos, no caso brasileiro, o imperialismo norte-americano. Isso é muito diferente, e não só inexacto como conceitualização marxista, mas ainda totalmente infundado como ponto de partida da análise da questão.

Realmente, é tão flagrante a confusão em que incorrem as Teses, que elas mesmo embora replando a todo momento a necessidade de golpear em primeiro lugar o imperialismo norte-americano, não são capazes de propor, nas suas conclusões, medida alguma que vise especificamente aquele imperialismo. As superficiais e largamente insuficientes normas de política econômica e financeira antiimperialistas que as Teses advogam (Tese 38), têm todas elas, e não só podiam deixar de ter, um caráter genérico em que absolutamente não se destaca o imperialismo norte-americano. A insistente recomendação das Teses de «golpear o imperialismo norte-americano», não passa sim de simples frase óca e de puros efeitos retóricos. A tais exageros de extravagância vão as Teses em sua deformada concepção da política antiimperialista a ser adotada, que chegam a alinhar entre as forças antiimperialistas «os grupos capitalistas ligados a monopólios imperialistas rivais dos sócios norte-americanos» (Tese 26) O que em outras palavras menos eufêmicas, mas que traduzem muito melhor o exdrúxulo pensamento contido nas Teses, vem a ser que entre as forças antiimperialistas está o imperialismo que não seja norte-americano!

A origem dessa falsa visão das Teses no que respeita a luta antiimperialista, está na maneira superficial e largamente insuficiente com que consideram o fato econômico do imperialismo. Desse fato, as Teses percebem apenas, ao que parece, o aspecto exterior e mais aparente porque diretamente se apresenta, e que vem a ser as empresas capitalistas de origem estrangeira ou com ligações exteriores ao país. O imperialismo, na perspectiva das Teses, não constitui um sistema econômico-financeiro, um conjunto e organização de instituições e relações em que se estrutura a economia internacional do mundo capitalista contemporâneo, e nas quais se engrena a economia brasileira. Para as Teses, o imperialismo nada mais é que a coleção de empresas capitalistas de âmbito internacional que têm suas matrizes nos grandes centros do capitalismo, e operam em países da nossa categoria. Partindo dessa superficial e tão primária noção, em que se confunde um sistema econômico com os elementos mais salientes e diretamente perceptíveis de que ele se compõe, torna-se plausível a conclusão expressa nas Teses, de que a política e luta antiimperialista consiste em atacar e «golpear» (segundo sua expressão favorita) as empresas estrangeiras instaladas no Brasil. A começar naturalmente pelas norte-americanas que são as mais numerosas e poderosas.

Mas se a conclusão é lógica e coerente, como as premissas em que se apóia são falsas, ela não leva nada de realmente eficaz. Os embaraços em que se meteriam os autores das Teses se procurassem, o que não fazem, aprofundar um pouco seus conceitos e formulações, começariam logo na caracterização precisa do que constitui empresa imperialista, e especificamente empresa imperialista norte-americana. Veremos adiante como isso não é nada fácil quando se trata de trazer o assunto da esfera das simples palavras em que as Teses se conservam, para a realidade dos fatos concretos. Ora uma caracterização como aquela seria nas perspectivas em que se colocam as Teses, e para os objetivos que se propõem, absolutamente necessária. Disso não se lembraram, ou isso não notaram os elaboradores das Teses. E por isso não lhes foi dado perceber como em sua concepção do imperialismo é superficial e insuficiente. Chegam assim às conclusões práticas que devem propor, sem premissas teóricas satisfatórias, e em consequência nada apresentando de realmente eficaz no que respeita a uma consequente e profunda ação antiimperialista que de fato conduza à organização e estruturação no Brasil de uma economia nacional que faz falta ao país.

Isso se comprova facilmente ao considerar as medidas antiimperialistas propugnadas pelas Teses, e que figuram nas de nos. 39 e 40. Eliminados o excesso de palavra, as repetições das mesmas coisas de diferentes maneiras, as formas retóricas com que freqüentemente se formulam as medidas propostas; e devidamente ordenado o assunto, tudo se reduz afinal ao seguinte:

1. — Basear o desenvolvimento nos recursos internos do país.
2. — Abolição dos privilégios usufruídos pelo capital imperialista.
3. — Não concederem os bancos oficiais brasileiros empréstimos em cruzeiros [por que só cruzeiros?] a empresas imperialistas e não lhes garantir financiamentos em moeda estrangeira [por que só moeda estrangeira?]
4. — Não recorrer a empréstimos das agências de crédito dos Estados Unidos, cuja concessão vem geralmente acompanhada de exigências lesivas aos interesses nacionais (e quando não vêm assim acompanhada, o que o texto admite que possa acontecer, tanto que inclui a restrição expressa no adverbio «geralmente?»), e buscar financiamentos em outras fontes (e quando vem acompanhados de outras exigências, etc.?). em particular na União Soviética.
5. Monopólio estatal do câmbio em benefício exclusivo dos empreendimentos nacionais, com rigorosas restrições das remessas efetuadas por empresas estrangeiras que devem ser subordinadas às necessidades do país, de maneira a não afetar a disponibilidade de divisas para as importações essenciais à indústria e outros setores da economia nacional.

Ainda Sobre a Apologia do Capitalismo

(Conclusão)

A Tese 14 fala da inflação. Lemos: «uma das características do curso atual do desenvolvimento econômico consiste no processo inflacionário, que lhe é implícito». Noutro trecho: «A inflação é provocada, portanto fundamentalmente, pelos fatores de atraso, que continuam a pesar sobre a economia brasileira». E mais: «a inflação permite à burguesia brasileira, assim como ao capital estrangeiro, a elevação do grau de exploração da classe operária e, em geral, das massas trabalhadoras».

A análise não é de fácil entendimento. Perguntamos: mas quem domina a máquina do Estado e quem realiza a política inflacionária? A inflação vem servindo indiscutivelmente ao atual processo de acumulação capitalista nacional e estrangeira, bem como aos latifundiários. Mas a condenação dessa política inflacionária é feita de maneira frouxa, mal distarjando, a apologia da inflação nos seguintes termos: «Ao mesmo tempo o ritmo inflacionário não podia deixar de se acelerar como processo de desenvolvimento econômico», uma vez que este se realiza sem a eliminação daqueles fatores, mas adaptado a eles.

«No mais recente período a política estatal de investimentos e créditos tem impulsionado a industrialização, mas a aplicação dessa política se faz com a persistência de vultoso desperdício de recursos orçamentários e de créditos, etc.»

Nada se diz porém de que o déficit orçamentário, os gastos militares, etc., são produtos da política do governo de classes dominantes, de um Estado que joga um papel fundamental no processo inflacionário. Aliás, a inflação tem sido um instrumento bem manuseado nos últimos 20 anos em favor de uma minoria e contra os interesses das grandes massas, inclusive da burguesia nacional. Mas nem isto nem os fabulosos lucros dessa minoria são denunciados como o vigor necessário. Quando, sob a orientação do Fundo Monetário Internacional, foi apresentado o Programa de Estabilização Monetária, grandes grupos das classes dominantes, por seus representantes no poder, manifestaram o propósito de substituir a política inflacionária ainda favorável numa situação de procura relativamente alta, de certa «prosperidade», por outra política, de redução da pequena e da média indústria, de austeridade, de congelamento dos salários, porque no horizonte já começam a aparecer sintomas de dificuldades, os estoques se acumulam e a oferta relativa começa a predominar. Houve divergências entre os grupos no poder, houve resistência popular, mas a política preconizada pelo Fundo Monetário está sendo em certo sentido, aplicada, se bem que estejam agora num compasso de espera, marcado pela sucessão presidencial. O FMI acaba porém de emprestar perto de 50 milhões de dólares ao governo de JK. Não por acaso.

Verifica-se também aí a apologia do desenvolvimento, com a agravante de que a situação das massas não merece uma tese especial. A exploração do proletariado e das massas trabalhadoras é aplaudida quase que exclusivamente no processo da distribuição e pouco, multissimamente, no que diz respeito à produção. A crítica do patronato limita-se à afirmação de que o assenso dos preços... vem superando como tendência constante, o assenso periódico dos salários e vencimentos?»

O economista burguês Celso Furtado, em relatório recente ao Presidente

da República sobre os problemas do Nordeste, escreve que há nas cidades da região, mais de meio milhão de pessoas desempregadas, isto é, 1/4 da população urbana em idade de trabalhar. Há poucos dias o governador Brizola, do Rio Grande do Sul, declarou que em seu Estado existiam mais de 150 mil desempregados. A situação em todo o país se agrava nesse e noutros sentidos para as massas.

Na Tese 15, faz-se referência ao desenvolvimento desigual do capitalismo no país, ao aprofundamento dessa desigualdade e às miseráveis condições de vida no Nordeste. A extrema penúria das massas nordestinas é apresentada em contraste com o enriquecimento e a ostentação suntuária de um número ínfimo de latifundiários e grandes capitalistas que «fundamentam a sua prosperidade na manutenção de formas atrasadas de economia». Perguntamos porém: se a riqueza e o fausto fossem baseados em formas avançadas de economia não seriam igualmente condenáveis? Nem nesse caso se deixa de exaltar o desenvolvimento?»

Já me havia referido à tese 16, quando diz que o aspecto predominante do atual curso de desenvolvimento é a adaptação desse processo à dependência ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra. Escrevi que não se faz a indispensável autocritica nem a devida conclusão política dessa afirmação. E formulei duas indagações sobre as perspectivas desse curso, que as Teses não tocam nem os atuais corifeus do desenvolvimento quiseram responder até agora. Salvo se achem que o capitalismo brasileiro tem o mesmo «excepcionalismo» do norte-americano, não conhecerá crises e «florecerá» sempre, garantindo «a prosperidade» para o povo.

Entretanto, esse curso — diz-se mais adiante — agrava as contradições fundamentais da sociedade brasileira, sem ser capaz de superá-las. Aqui parece importante, citar ainda o que diz a Tese 23, a respeito do papel do desenvolvimento econômico: «As diferentes contradições que a sociedade brasileira encerra... se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo fator: isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no país. E ainda o desenvolvimento eco-

nômico que dá a contradição antiimperialista o caráter de principal, dela fazendo depender a solução de todas as outras» (O grifo é meu, PP).

Essa compreensão do desenvolvimento capitalista nacional e a subordinação completa a ele é uma interpretação falsa, não marxista-leninista, oportunista, da realidade brasileira atual, é a teoria do «determinismo econômico», da revolução pelo aumento das forças produtivas. Está contra ela e pretendo discutí-la novamente, se tiver tempo e espaço.

O centro de nossas divergências reside precisamente aí. Discordamos das Teses na fundamentação objetivista e apologética do desenvolvimento capitalista, pois isto leva a exagerar o papel da burguesia e, ao mesmo tempo, a menosprezar o papel das classes mais revolucionárias da sociedade brasileira e a abdicar, em princípio (já não me refiro à prática), do papel dirigente do proletariado na etapa atual da revolução.

O camarada Jacob acusou-me também de falar no capitalismo em geral, citando a crítica de Lenin a Plekanov a esse propósito. Deveria porém ter recordado Lenin quando este estudou o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, num obra clássica; pois o fez, como demonstra no prefácio da 2ª edição, para determinar o papel revolucionário das diferentes classes da sociedade russa, especialmente do proletariado e dos camponeses, e não para glorificar o capitalismo nem para apoiar sem reservas a burguesia. Lenin dizia que só partindo da base econômica e social do regime russo de então se poderia compreender o caráter inevitavelmente burguês da revolução russa da época. E advertia que entre os social-democratas da ala direita, encabeçados por Plekanov, havia algumas vezes a tendência de envilecer o marxismo, quando tiravam a conclusão do papel dirigente da burguesia na revolução ou da necessidade dos socialistas apoiarem os liberais, partindo da máxima geral relativa ao caráter burguês da revolução.

Permito-me entretanto trazer ao debate, uma citação extensa, mas que julgo de maior importância:

«1) Devido ao modo como a seção mais importante, contendo a caracterização do capitalismo, é formulada, o projeto não é de um programa do proletariado em luta contra manifestações muito reais de um capitalismo muito definido, mas o de um programa de manual escolar, econômico, sobre o capitalismo em geral.

«2) O programa é particularmente inconveniente para o partido do proletariado russo, e as contradições e males sociais gerados pelo capitalismo russo são quase inteiramente esquecidos e obscurecidos por esse sistema de caracterizar o capitalismo em geral. O Partido do proletariado russo deve formular sua acusação contra o capitalismo russo, sua declaração de guerra contra o capitalismo russo, da maneira menos ambígua possível. Isto é tanto mais necessário porque o programa russo não pode ser idêntico a esse respeito aos programas europeus...»

«Contentar-se em afirmar que o capitalismo «em sua forma desenvolvida» se distingue em geral por tais ou quais características e que na Rússia o capitalismo «está se tornando predominante» é fugir à acusação concreta e à declaração de guerra que para um partido prático, combatente, é a coisa mais importante.

«Por esta razão, o projeto não atinge um dos principais objetivos de um programa, que é o de servir ao Partido como guia em sua propaganda e agitação do dia-a-dia, referente às várias manifestações do capitalismo russo». (Os grifos são do autor).

A crítica que acabo de citar foi precisamente a formulada por Lenin contra o projeto de Programa apresentado por Plekanov no II Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1903.

Como os camaradas podem ver, essa crítica se volta inteiramente contra o camarada Jacob, que recorreu a Lenin sem compreendê-lo, por ser exaltado partidário do desenvolvimento capitalista, por um desses «curiosos» que só ele será capaz de deslindar, tais as inconsciências em que vem caindo. Esperamos que o camarada Jacob tenha na lembrança que Plekanov acabou no oportunismo, entre outras razões, por exagerar a importância da burguesia e subestimar a aliança com os camponeses na revolução russa.

As situações são diversas, é certo mas o nervo da questão é o mesmo. Hoje nossa divergência ganha relevo exatamente porque o revisionismo moderno procura paralisar a energia revolucionária do proletariado, tentando fazê-lo perder a fé em suas próprias forças. E se o sectarismo é particularmente perigoso quando o movimento entra em descenso, é igualmente o revisionismo quando esse movimento está em ascenso, como atualmente na América Latina e no Brasil, porque impede a incorporação de milhões de trabalhadores (entre nós são mais de 9 milhões) para a luta política e para formarem sob a nossa bandeira, a bandeira do Partido.

Por essas razões sou um entusiástico partidário daquele grande e milagroso momento das transformações radicais que procura radicalizar e parece capaz de superá-las. Aqui parece importante, citar ainda o que diz a Tese 23, a respeito do papel do desenvolvimento econômico: «As diferentes contradições que a sociedade brasileira encerra... se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo fator: isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no país. E ainda o desenvolvimento eco-

Uma Jornada de Debate

ELOY MARTINS (R.G. do Sul)

Algumas Opiniões Sobre as Teses (Conclusão)

O golpe principal é somente contra o imperialismo dos EE.UU.

De acordo com as Teses, o caráter da revolução brasileira na atual etapa é: antilmerialista, antifederal, nacional e democrática. Tem por objetivo a liquidação do jugo imperialista (particularmente norte-americano) e da classe dos latifundiários, e a democratização radical da vida política.

Se o caráter e os objetivos da atual etapa da revolução são estes, é difícil compreender-se como o golpe principal pode ser dado somente ao imperialismo norte-americano, quando ele é uma força externa, que atua internamente por intermédio de algo que o sustenta, como seja a classe dos latifundiários, que fica escondida na formulação de agentes do imperialismo norte-americano. O golpe principal deve ser dirigido, isto sim, contra o imperialismo norte-americano e seus sustentáculos internos, que têm como fundamento os latifundiários e a grande burguesia ligada aos monopólios americanos. Isto precisa ficar bastante claro, porque ao se estudar as Teses se chega à conclusão que a revolução brasileira, atualmente, é eminentemente nacionalista e o caráter democrático desaparece.

A frente única e a independência da classe operária

Na política da frente única é necessário flexibilidade. É possível ganhar até setores de latifundiários, porém, de forma alguma esta questão pode ser colocada acima daquela que é ganhar as massas camponesas. No processo da luta, não se pode afirmar, não é obrigatório, que os setores de latifundiários deixem a frente única nacionalista e democrática, e podemos afirmar que se eles sentirem que a vitória está do lado das massas populares, não abandonarão este lado.

Em que pese as acalorações, a inconsequência na luta contra o imperialismo, sempre propensa ao acordo, quem está com a hegemonia na luta é a burguesia. Com todas as vacilações ela está lutando contra o jugo norte-americano. Por isto, é correta nossa política de frente única com a burguesia na luta antilmerialista e antifederal.

A burguesia, a pequena burguesia e outras camadas da população jogam um papel importante na luta antilmerialista e antifederal. Quanto mais ampla a frente única, menos difícil será a luta, porém, o fundamental são as grandes massas trabalhadoras. Por isto mesmo, o Partido deve ter uma linha independente na luta pelos interesses sociais e econômicos da classe operária e das massas populares, pela libertação econômica do país e pela causa do socialismo, agrupando, na base de uma plataforma, as massas operárias, camponesas, os intelectuais e outros setores progressistas e avançados da população. O Partido não pode de forma alguma se cingir apenas aos postulados nacionalistas e democráticos, porque nós somos comunistas, e se os comunistas se dissolverem na frente única, subestimarão a importância do Partido e se transformarão em simples nacionalistas burgueses. Devemos ser os mais consequentes defensores dos postulados nacionalistas e democráticos, mas acima de tudo, defensores intransigentes dos interesses da classe operária, das massas camponesas e populares.

É preciso termos consciência, e darmos disso segurança às massas, particularmente, à classe operária, de que os comunistas não estão dissolvidos na frente única, que estamos nela porque elas apresentam medidas, substanciais nos postulados nacionalistas e democráticos, que, aplicadas, melhorarão a situação das massas, mas que estamos convencidos de que a classe operária, os trabalhadores só se libertarão definitivamente da miséria, do desemprego, e dos imensos sofrimentos, num outro regime, o regime socialista.

A situação da classe operária

As Teses para Discussão, analisam o desenvolvimento capitalista no Brasil. Fazem análise profunda dos problemas da burguesia brasileira, de suas reivindicações e seus direitos, dedicando muitas teses sobre a situação da burguesia e da necessidade dela se desenvolver e progredir, porém sobre a classe operária e as massas camponesas dizem muito pouco.

As Teses dão a impressão que o desenvolvimento capitalista e a luta da burguesia por este desenvolvimento, dentro de transformações pacíficas, mudam sua natureza como classe exploradora. Parece que no Brasil a situação da classe operária é boa, pois dentro das 72 Teses, em 19 páginas do capítulo em que foram publicadas, as reivindicações das massas trabalhadoras estão expostas em apenas 20 e poucas linhas.

As Teses precisam analisar seriamente o agravamento da situação da classe operária. O nível de salário médio é dos mais baixos do mundo. Aumenta a exploração da mão de obra feminina e juvenil. Os padrões, aproveitando-se do desemprego crescente, procuram anular os direitos contidos na Legislação do Trabalho com contratos que não permitem o trabalhador completar um ano na empresa, e assim

perde todos os direitos das leis trabalhistas. Os aposentados passam cada vez pior com os benefícios que diminuem dia a dia. Aumentam os preços de todas as utilidades, baixando diariamente o salário real dos trabalhadores, enquanto aumentam os lucros fabulosos dos capitalistas nacionais e estrangeiros. A instrução é cada vez mais inacessível aos filhos dos trabalhadores. Uma das saídas que os operários encontram, para compensar a baixa constante do salário real, é a procura para o trabalho extra-ou para a ocupação em dois ou mais empregos.

O descontentamento no seio das massas trabalhadoras é grande, não só pelo aumento constante do custo da vida, como também pelo aumento da exploração nas empresas, pelo desprezo às conquistas sociais. Se esta é a situação dos trabalhadores dos centros urbanos, mais séria é a situação dos camponeses, com salários de fome e sem nenhum direito assegurado, porque mesmo os já estabelecidos em lei não são respeitados.

Nós, os comunistas, devemos lutar e tudo fazer para que o objetivo fundamental do desenvolvimento capitalista no Brasil seja a plena utilização dos recursos do país, com o fim de amenizar a miséria e os sofrimentos de nosso povo, com a elevação das condições de vida do proletariado, das grandes massas da cidade e do campo. É necessário que seja levantado com firmeza os problemas da moradia, da instrução, da assistência social e do desemprego. É preciso dar mais atenção ao problema do Nordeste, como uma das condições essenciais para o aumento do mercado interno e a melhoria das condições de vida de nossos irmãos do Nordeste.

Além disso, é preciso aprofundar também o problema da ampliação dos direitos sindicais, como seja a ampla liberdade de organização nos locais de trabalho. Que as organizações sindicais nas fábricas tenham força jurídica. Que seja dado aos sindicatos mais autoridade dentro das empresas.

Baseando-se nas condições reais dos trabalhadores é necessário que o Partido elabore um programa concreto pelo aumento do nível de vida econômico e cultural dos trabalhadores da cidade e do campo. Penso que a análise e as reivindicações contidas no documento "O Movimento Operário e a Política Sindical dos Comunistas" deviam em síntese constar das Teses para Discussão.

Se o Partido não der mais atenção às reivindicações dos trabalhadores dificilmente trará a classe operária e os camponeses para a luta antilmerialista e antifederal.

O fundamental para o nosso Partido, tanto do ponto-de-vista tático como da perspectiva final, está na vinculação com as massas trabalhadoras, no fortalecimento das ligações com a classe operária e os camponeses, cuja aliança é indispensável para a vitória da revolução brasileira.

Intensificar a luta de classes

A este respeito diz a tese 27.ª parágrafo: "O proletariado só pode fortalecer-se como classe, organizar-se e adquirir consciência revolucionária se, ao lado da luta pelos interesses da nação, travar a luta de classes contra a burguesia". Eu acrescentaria mais: reforçando sua consciência socialista e o desejo de lutar pelo socialismo.

Ao concordar com a formulação, acima, da tese 27, não concordo com a do parágrafo seguinte da mesma tese que ao tratar da luta de classe entre o proletariado e a burguesia diz o seguinte: "Por se tratar entre forças aliadas, esta luta deve ser conduzida de forma adequada, tendo-se sempre em vista que as contradições internas da frente única estão subordinadas objetivamente à contradição principal, que opõe a nação ao imperialismo norte-americano. Assim as contradições de interesses e divergências de opinião dentro da frente única, embora não devam ser ocultadas e venham a causar atritos, podem ser abordadas sem romper a unidade".

Colocar-se que a luta de classe deve ser de forma adequada, subordinada à contradição principal, é uma séria restrição à própria luta, que talvez pudesse ser admitida em caso de invasão do país por forças estrangeiras. Como se pode intensificar a luta por aumento de salários, contra a carestia da vida, pelos direitos da classe operária, contra a miséria e a fome, se existe uma regulamentação prévia? A luta da classe operária e das massas populares por seus direitos e melhores condições de vida, em vez de romper a unidade das forças nacionalistas, só poderá fortalecê-la. Só intensificando suas lutas o proletariado pode se apresentar na frente única, cada vez mais como uma força poderosa e respeitada pela própria burguesia. Toda a luta da classe operária por seus direitos e reivindicações, é adequada, desde que seja bem dirigida e não sejam cometidos erros graves e grosseiros. Não tenhamos dúvida que, diante do descontentamento e inquietação do povo, com o aumento da carestia da vida, lutas e choques são inevitáveis e o papel dos comunistas não pode ser outro a não ser se colocar à frente deles, embora tais lutas não tenham o apoio de setores da burguesia que participam da frente única nacionalista e democrática e mesmo que sejam contra tais setores.

A experiência histórica não pode ser reduzida a simples nulidade. As leis objetivas da luta de classe não

se suprimem. O papel dirigente da classe operária não é uma esmola, ele deve ser conquistado através da luta.

O caminho pacífico da revolução brasileira

Uma das tendências que precisamos ter cuidado em nossas fileiras é a das analogias. Várias vezes temos errado por copiar esquematicamente experiências gerais e de outros países. Um exemplo foi nossa posição em 1945. Logo depois da segunda guerra mundial, a URSS proclamava que o mundo entrava numa etapa de desenvolvimento pacífico. Tomamos aquela conclusão geral e particularizamos de forma esquemática e exagerada, o que nos levou a posições de direita bastante acentuadas, a amainar a luta de classes, a não comparar a situação internacional e nacional nem a posição do Partido, de hoje com a de 1945, porém não devemos exagerar as possibilidades de chegar ao socialismo de forma pacífica.

Concordo que dentro das condições objetivas externas e internas, existe possibilidade do caminho pacífico da revolução, a qual devemos transformar em realidade.

É falso se afirmar que há possibilidade real do caminho pacífico da revolução brasileira, como afirma a tese 34 em seu 2º parágrafo, quando diz: "A possibilidade do caminho pacífico da revolução se torna real em virtude dos fatores internos, que atuam em nosso país, como a democratização crescente da vida política, o ascenso do movimento operário, o desenvolvimento da frente nacionalista e democrática".

Esta afirmação dá ilusão ao Partido e à classe operária. O que precisa ser afirmado é que a burguesia, por sua livre e espontânea vontade, jamais admitirá pacificamente transformações radicais na estrutura da sociedade brasileira, e que, portanto, não pode haver possibilidade real do caminho pacífico da revolução brasileira, com o Partido do proletariado na ilegalidade, desligado das amplas massas trabalhadoras, e a hegemonia da revolução nas mãos da burguesia, com a classe operária debilmente organizada e com fraquíssima unidade no que diz respeito às grandes massas operárias, com a aliança operário-camponesa inexistente e as massas populares sendo imensamente sacrificadas com o constante crescimento do custo da vida, enquanto setores da burguesia estão enriquecendo à base de altos lucros e da exploração do povo.

Na luta pela transformação desta situação está o processo para tornar realidade a possibilidade existente do caminho pacífico da revolução brasileira e ao mesmo tempo preparar o Partido e as massas para uma virada, se for necessário, para a saída não pacífica. A classe operária, os trabalhadores, desejam o caminho pacífico, porém, também desejam que se instaure no país um poder que modifique esta situação que ali está.

Sobre a questão do poder

O Partido tem que dar clareza às massas de que continua lutando pelo poder para o proletariado, que não há uma barreira na luta que estamos empenhados hoje e nossos objetivos finais. Hoje mais do que nunca é necessário levar ao seio das massas trabalhadoras as idéias do socialismo. Temos que dar à classe operária a compreensão de que a luta de classes, ligada às idéias do socialismo é uma necessidade para dar ao proletariado convicção da vitória final de suas lutas.

No que diz respeito ao poder as Teses dão a impressão de que, de governo em governo, com a substituição de entreguistas por nacionalistas, se chegará a um governo genuinamente nacionalista e democrático. É preciso destacar que os comunistas lutam na etapa atual da revolução brasileira por um governo antilmerialista e antifederal sob a hegemonia da classe operária.

É justo apoiarmos aquele governo que esteja disposto a tomar medidas nacionalistas e democráticas, porém não se deve dar ilusão para as massas sobre governos da burguesia, para que, vitoriosos um candidato nacionalista, a classe operária esteja vigilante para que não seja desarmado em suas costas o peso das dificuldades e para que os direitos sindicais e as liberdades democráticas, não sejam respeitadas como ampladas. As massas e o próprio Partido devem estar convencidos de que o desenvolvimento do conflito entre a burguesia, o imperialismo e os latifundiários não poderá por si só levar o governo a adotar uma política interna nacionalista e democrática e externa de paz e coexistência pacífica. A burguesia não procura firmar suas posições somente frente ao imperialismo e ao feudalismo, mas, também, no que diz respeito às massas populares, à classe operária.

Concluindo, sem deixar de reconhecer as deficiências de muitas opiniões, considero que o Partido dá um grande passo. As Teses para Discussão são uma contribuição valiosa que, enriquecida com a contribuição de todos os comunistas do Brasil, terão a certeza ajudará o Partido, a classe operária e o povo brasileiro a abrir a vitória na luta antilmerialista e antifederal.

MILTON LUIS BELLINTANI — Garça (S. Paulo)

Comentários Sobre as Teses e Alguns Aspectos Partidários

O conteúdo das Teses apresentadas para discussão, é de grande importância para a totalidade. Fortalecerá, sem dúvida alguma, nosso Partido e contribuirá para seu desenvolvimento histórico.

Antes de comentarmos e emitirmos determinadas conclusões sobre alguns itens das Teses, queremos lembrar aos camaradas, que se as Teses são importantes, não menos serão os processos usados para difundilas e debatilas. Necessário se faz, a cooperação de todos os militantes, principalmente no interior dos Estados, para que a matéria apresentada, seja amplamente discutida em todas as Bases. Principalmente, nós do interior, teremos que promover amplas e regulares reuniões, onde as Teses serão lidas e comentadas. As mesmas, devem ser discutidas pelo método mais democrático possível, sob a orientação marxista-leninista. As colaborações que sairão destes debates, deverão ser isentas de sectarismo e idealismo burgues. Devemos prever e traçar as linhas do nosso partido dentro do marxismo-leninismo, aplicado nas injunções político-econômicas que atravessamos. As previsões fantásticas e idealistas, devem estar ausentes dos nossos trabalhos. Como bem observou Lenin, «a previsão fantástica é uma fábula. Mas a previsão científica é um fato».

Promoveremos as discussões das Teses em todas as Bases, cientificamente. Se a compreensão das mesmas bastasse a uma minoria, desnecessário seria difundilas. Quanto mais amplos forem os debates, mais amplos serão os resultados obtidos.

Emitição nosso parecer sobre como devem ser apreciadas as Teses nos debates que se efetuam nas Bases, comentaremos movidos pelo interesse de desenvolver uma crítica construtiva, alguns itens contidos no oitavo capítulo das Teses, ou seja, «Análise crítica da atuação do Partido». Este capítulo, a nosso ver, merece especial atenção e estudo, por demonstrar as inúmeras falhas por nós cometidas, procurando saná-las.

Interpretação e aplicação correta do marxismo-leninismo

A atuação do Partido apresentou uma série enorme de falhas, como bem demonstra o capítulo oitavo das Teses sob o título «Análise crítica da atuação do Partido», com seus 26 itens. Procuramos agora, sanar estas falhas e orientar o Partido através de uma atuação científica, que satisfaça o anseio das massas trabalhadoras. Para que tal aconteça, necessário se faz a aplicação correta do marxismo-leninismo nas injunções políticas, econômicas e sociais que atravessamos. Notem bem, que falamos em APLICAÇÃO CORRETA, porque nosso Partido, por várias circunstâncias, sente-se carente do marxismo-leninismo. Somos obrigados a reconhecer esta aberração por nós criada e por muito tempo tolerada. Os inúmeros erros cometidos, na sua totalidade, se originaram dessa carência, embora muitos teóricos procurem justificá-los com argumentos mais brandos, contornando a realidade.

Os organismos superiores, por certo esqueceram que o marxismo-leninismo sendo científico, apresenta aspectos evolutivos. E neste esquecimento, desenvolveram uma política de caráter retrógrado, afetando consequentemente os organismos inferiores. Daí o erro da persistência na linha da armadura, como a única admissível para a revolução brasileira (item 56); daí também a origem do grosseiro erro cometido por ocasião da candidatura Vargas (item 53). No primeiro erro, (item 56 mencionado), já era bem clara a possibilidade de um caminho revolucionário por meios pacíficos, mas fomos incapazes de observar o fenômeno histórico. No segundo, (item 53), os organismos superiores foram incapazes também de compreenderem que a candidatura Vargas possuía um caráter heterogêneo, onde o nacionalismo crescente opunha-se ao entreguismo existente. Esta incompreensão, ocasionou a indisciplina partidária e afastou o Partido das massas, pois como ficou demonstrado, a candidatura Vargas possuía âmbito popular. Deste simples relato, deduz-se que, a ausência do marxismo-leninismo já havia criado nas altas esferas do Partido, um campo propício para o desenvolvimento do mandonismo, sectarismo e cegueira política. Os organismos inferiores, muitas vezes conhecedores dos grandes erros cometidos, achavam-se quase que impossibilitados em fazer sentir seus desacórdios da política emanada dos órgãos superiores. O entrosamento necessário, havia desaparecido. O Partido deixava de possuir uma vida harmônica e correlata.

A carência da dialética aliada com a incapacidade da aplicação correta do marxismo-leninismo, nos colocou numa situação precária perante as massas. Estas deficiências, foram as maiores responsáveis pelo dogmatismo, sectarismo e mandonismo constantemente condenados em vários itens das Teses. Foram elas ainda, que nos tolheram a possibilidade da elaboração de um científico informe sobre a «crítica a personalidade», levada a efeito durante o XX Congresso do P. C. da União Soviética. Enquanto outros países de diversos países publicavam seus informes esclarecedores, nós nada fizemos. A situação chegou a tal ponto, que alguns órgãos de nossa imprensa, cairam sob o controle de um grupo que procurou aniquilar o Partido, lançando no seio do mesmo, o divisionismo e a discórdia. Finalmente, quase que o Partido, que pela sua missão histórica, constitui a vanguarda da classe operária, é transformado em seita. Não devemos por comodismo, lançar sobre a ilegalidade, toda a culpa dos erros cometidos. Reconhecemos que a ilegalidade dificulta a livre movimentação do Partido, podendo mesmo criar condições que desfavoreçam a vigilância interna. Mas nosso Partido

pode ser ilegal hoje, mas inconsequente nunca.

Enquanto lutamos pela legalidade do Partido, podemos reerguê-lo, orientá-lo para o progresso evolutivo, enquadrá-lo nas condições reais existentes. Estamos convencidos, que os resultados finais dos debates que se realizam, fortalecerão nosso Partido, onde o marxismo-leninismo será observado inteligentemente.

Organismos superiores e inferiores

No item 69, das Teses, observamos o seguinte trecho: «A exagerada centralização do trabalho se manifestava anteriormente, no excesso de planos e de tarefas impostos de cima para baixo, sem atenção às condições reais existentes. Ao reagirem contra este erro, muitos organismos incorreram atualmente no erro oposto de abolir todo o trabalho planejado, praticando uma direção puramente espontaneísta, que impossibilita qualquer controle da atividade e implica em renunciar a uma direção efetiva».

Assim também, a pretensão de lutar contra os métodos impositivos e mandonistas, certo número de comunistas pleiteia, na realidade, a eliminação da disciplina partidária, recusando-se a cumprir as resoluções coletivas dos organismos e as diretivas dos órgãos dirigentes. A manutenção da disciplina consistente no Partido é condição básica para assegurar sua unidade de pensamento e ação».

Nós do interior, sofremos e sentimos profundamente as consequências das determinações errôneas emanadas dos organismos superiores. A reação dos organismos inferiores contra certos planos e tarefas impostos de cima para baixo, não se deu motivada pelo excesso de trabalho exigido para a execução dos mesmos. A reação contrária se originou, porque os organismos superiores, nunca deram a menor atenção às críticas construtivas a eles dirigidas pelos organismos inferiores, quando os planos e tarefas enviadas a estes últimos, não se enquadravam com as condições reais existentes. Como tal ocorrência se repetisse constantemente, os organismos inferiores foram obrigados a tomar atitudes próprias para a ação. Daí a origem do que chamamos de localismo ou setorismo; daí a origem, das ruturas de relações recíprocas entre os organismos, tão necessárias ao desenvolvimento harmônico do Partido. Planos e tarefas, muitas vezes impraticáveis, vinham com ordens de execução. Os resultados destas execuções, como é lógico, eram negativos. Perdida a energia, dinheiro, tempo útil e propagava-se entre as massas, confusão.

O trabalho de finanças, apresentou-se desordenado e de difícil controle, sofrendo também as consequências da imprecisa relação entre os organismos».

Os organismos superiores ao traçarem planos e tarefas aos inferiores, devem conhecer profundamente as condições reais existentes para a aplicação do determinado. E se incorrerem em erros, as críticas construtivas a eles dirigidas, devem ser acatadas. Acreditamos que os organismos inferiores, são capacitados para fornecerem aos superiores, informes sobre as condições reais existentes onde atuam. Ignorar esta capacidade, significa incorrer em grosseiro erro.

O estabelecimento de relações recíprocas entre os organismos, é de imperiosa necessidade para o correto desenvolvimento dos nossos trabalhos. Não pretendemos com isto, relegar a disciplina partidária e muito menos recusar as orientações dos órgãos dirigentes. Tais ocorrências constituiriam verdadeiros retrocessos políticos.

Queremos deixar bem claro, que se houve reação por parte dos organismos inferiores; se houve em certas regiões tendências localistas; se houve direção espontaneísta e relaxamento da disciplina partidária, a culpa, na sua totalidade, cabe aos organismos superiores, por se distanciarem do marxismo-leninismo, na movimentação do Partido.

A criação de organismos regionais relacionados com um organismo superior estadual, funcionando na mais perfeita e democrática correlação, a nosso ver, surtiria resultados formidáveis. Se o princípio da direção coletiva até hoje não produziu resultados satisfatórios, é porque o sistema de funcionamento dos organismos apresentava-se pouco organizado e deficiente.

As direções restritas, sabemos, são nocivas, mas uma alta direção onde predomina o mandonismo, é perigosíssima. Nosso dever, consiste em estruturar a mais perfeita harmonia entre os organismos. Relações devem ser estabelecidas, a disciplina partidária deve ser respeitada e cultivada e as resoluções superiores devem ser acatadas. Mas para que a atuação do Partido sob os princípios marxista-leninistas, aplicado nas condições reais existentes.

A necessidade de uma política agrária

Causou espécie e não podemos deixar de observar a omissão nas Teses, de um capítulo especial destinado a estudar e apresentar para debates, uma Política Agrária a ser desenvolvida e aplicada em nosso Partido. Tal omissão implica em duas deduções: a incapacidade para a elaboração de uma Política Agrária adequada, ou pouca importância está se dando ao problema do campesinato. Estamos inclinados a acreditar nesta última dedução, porque capacidade possuímos. O item 17.d, reconhece que o campesinato constitui a maior parte da população economicamente ativa, mas limita-se a apresentá-lo como classe explorada e a tecer breves comentários sobre as lutas do mesmo para libertação. Não apresenta soluções práticas para o fenômeno social e político.

A necessidade da elaboração e aplicação de uma Política Agrária adequada pelo Partido, vem entrançando o desenvolvimento do mesmo. O que fizemos pelo esclarecimento dos trabalhadores rurais, surtiu resultados restritos, porque restritos foram os métodos aplicados.

Estamos querendo colocar o carro adiante dos bois. Discutimos e debatemos a «aliança» do proletariado com a burguesia, na constituição da frente única, quando nem sequer aproximamos o proletariado urbano do rural. Ainda aqui, nota-se a carência do que tanto falamos, a carência do marxismo-leninismo.

O esclarecimento das massas trabalhadoras do campo, reconhecemos, constitui árduo trabalho, mas de enorme necessidade para o desenvolvimento do Partido. Não devemos esquecer que Lenin já escrevia em 1920: «A enorme dificuldade de organizar e educar para a luta revolucionária as massas trabalhadoras do campo, colocadas pelo capitalismo em condições de particular embrutecimento, dispersão e muitas vezes em dependência semimedieval, impõem aos Partidos Comunistas o dever de prestar uma atenção especial à luta no campo, o apoio intenso ao desenvolvimento das greves de massas entre os proletários e semiproletários agrícolas». Lenin, como observamos, fala em ATENÇÃO ESPECIAL, e nós não tivemos nem sequer a iniciativa de elaborarmos uma Política Agrária adequada às condições dos nossos trabalhadores rurais.

O campesinato brasileiro necessita de um extenso trabalho de politização. Mantidos na ignorância, não possuem consciência de classe desenvolvida. Apesar de tão ansiosos buscando esclarecimentos que solucionem suas condições de explorados. Necessitam, portanto, do apoio do proletariado urbano e de uma Política Agrária inteligente dirigida pelo Partido. Ainda é o próprio Lenin que esclarece: «Só o proletariado urbano e industrial, dirigido pelo Partido Comunista, pode levar as massas trabalhadoras do campo, do jugo do capital, da grande propriedade territorial e da ruína. As massas trabalhadoras do campo, não possuem outra salvação, senão entrar numa aliança com o proletariado comunista; que apoiará abnegadamente a luta revolucionária para derrubar o jugo dos grandes proprietários e da burguesia».

Devemos desenvolver uma ampla politização entre os camponeses que necessitam e procuram esclarecimentos. Após conseguirmos destes últimos um melhor nível político, consciência de classe e espírito coeso de luta, caminharemos fortalecidos. A aliança operário-camponesa, é a realização mais importante e necessária para o desenvolvimento do Partido na luta pelo socialismo. Na nossa opinião, toda a força construtiva e realizadora do Partido, deve estar voltada para que esta aliança seja estruturada dentro do marxismo-leninismo, onde a coesão e a harmonia se entonam, devem estar presentes. Só então poderemos falar em frente única.

Oportunamente, apresentaremos nossos estudos para a criação de uma Política Agrária adequada às condições do campesinato brasileiro.

O Partido, a burguesia e a frente única

Nas Teses, capítulo quinto, são apresentadas estudos sobre a Frente Única Nacionalista e Democrática. Procura-se no desenvolver do mencionado capítulo, justificar a «aliança» (o termo foi aplicado com incorreção) do proletariado como classe constituinte, com a burguesia tida como nacionalista, na Frente Única Nacionalista, destinada a barrar o imperialismo externo ameaçador. Na desenvolver da mencionada «aliança» iremos encontrar o proletariado como classe consequente e unida, pressionando a classe imediatamente vacilante e inconsequente que é a burguesia, no sentido de fazê-la tomar posição consequente contra o imperialismo. Acreditamos que tal política constitui uma aventura. E sendo aventura, distancia-se consequentemente do marxismo-leninismo.

Podemos assegurar que a burguesia hoje unida com o proletariado na Frente Única, ao conseguir seus objetivos políticos e econômicos, não se aliará com o capital internacional? Não serão estes pressões do proletariado que neutralizarão as inconseqüências e vacilações da gananciosa classe. Se tal suceder, seremos os responsáveis pelo grave erro de colocar o proletariado a serviço da burguesia, porque esta pelas injunções econômicas, vendo-se ameaçada pela concorrência, apresenta-se rotulada de nacionalista.

Para que tal política não constitua uma aventura, é necessário que o proletariado unido com o campesinato, esteja na direção da Frente Única Nacionalista. Só então poderá tomar atitudes verdadeiramente revolucionárias diante das inconseqüências e traições da burguesia. Caso contrário, é colocar o carro adiante dos bois; é lançar uma classe consequente a serviço de uma perniciosa e contraditória classe, que nada mais almeja que o domínio político e econômico do país. Não devemos tolerar atitudes conciliadoras para com as vacilações e traições da burguesia, a nosso entender, a classe mais perniciosa da sociedade. Para que tal ocorrência não se verifique, devemos trabalhar no sentido de que a aliança do proletariado e campesinato, com o apoio das classes médias, tome a direção da Frente Única Nacionalista e Democrática. Mas antes disto, quem erra arca com as consequências, devemos preparar a aliança operário-camponesa. Aquéles que afirmam que possuímos uma sólida aliança operário-camponesa, estão contornando a realidade. Por não possuímos esta necessária aliança, é que estamos sujeitos a servir de alcega para os desígnios da burguesia.

Garça, 3 de junho de 1960

MARCOS PEREIRA (São Paulo)

Opiniões Sobre as Teses (Conclusão)

Tribuna de Debate

CARLOS LIMA AVELINE

Os Debates Sobre a Linha Política, Vinculados à Luta Pela Sua Aplicação

Como militante e estudioso, venho acompanhando os debates em torno das Teses, cuja importância não pode ser obscurecida.

No processo em curso no movimento comunista, estão chamados todos os homens de vanguarda a manifestarem suas idéias, sobre a maneira que vem sendo aplicada a linha política, seus efeitos e virtudes. Desde a Declaração, estamos nos orientando por uma linha política diversa daquela que foi fixada pelo último Congresso, com modificações que foram impostas pela vida e pela atividade política junto às massas.

Por isso é que nos parece importante que, nesta discussão atual, que vai redundar na fixação de nova linha política, ou na sacralização daquela expressa nas Teses para Discussão, sejam os aspectos teóricos enfrentados, o mais possível, em ligação com a atividade prática, com o esforço para a aplicação dessa orientação, empregado pelos milhares de homens e mulheres que lutam por levar à execução o nosso programa e a orientação contida nos documentos que nos servem de guia. Cremos mesmo que um debate com tal orientação, será a melhor maneira de atingirmos o melhor resultado, considerando especialmente o nível geral dos homens que atuam mais próximo às bases, dentro das empresas e no campo.

Discussão de «alto nível teórico» se torna ininteligível para eles e para a massa. Parece-nos, por isso, indispensável seja feito um esforço para fundamentar cada uma das Teses, com exemplos positivos ou negativos de aplicação, porque assim, é que elas melhor poderão ser entendidas, e o debate se tornará mais proveitoso, deixando de ser algo que atemorize os militantes, especialmente com a demasiada extensão dos materiais, muitos deles de difícil entendimento.

Além do mais, parece-nos que um debate sem conteúdo crítico e autocrítico, sem vinculação à execução das tarefas que já foram enfrentadas, não será a melhor maneira de nós aproveitarmos a oportunidade, durante a qual deveremos interessar as próprias massas, na elaboração de nossa linha política. Esse resultado só poderá ser atingido, mesmo parcialmente, se enfrentarmos a discussão, partindo dos resultados de nossos trabalhos, ao analisarmos a orientação atual e aquela que desejamos.

Um dos aspectos mais importantes das numerosas questões em debate, me parece ser a questão da formação da frente única, das forças que a podem compor, e de nossa atuação dentro da frente única. É indispensável que seja bem frisado que nossa atuação deve ser sempre independente, não podemos nos fundir com a frente única, sob pena de prejudicarmos o impulso do movimento e abdicarmos de nosso papel de vanguarda.

É bem certo que ainda não somos a força preponderante dentro da frente única, mas se não mantivermos nossa coesão orgânica e ideológica, não poderemos defender as justas posições que nos levarão a alcançar o predomínio desejado, que só será obtido à medida que tivermos a capacidade de mobilizar e movimentar grandes massas.

Dentro da frente única estamos aliados, entre outras forças, à burguesia nacional. Não há ninguém mais utilitarista e com mais espírito prático do que a própria burguesia, que não se ilude com palavras e procura os fatos, as coisas concretas. Participando conosco no mesmo movimento de libertação nacional, ela quer ver a nossa força. Ela mede a nossa capacidade de mobilizar as massas populares e se conduz, frente a nós, conforme a demonstração de força que pudermos revelar. É claro que dizer que a burguesia é aliado vacilante. Como tal, ela será estimulada a enfrentar o imperialismo, à medida que sinta que as nossas forças estão em ascensão, que estamos capacitados a dar-lhe apoio na luta, e mesmo, segurança. Com aliado fraco, mais interessada ela fica em entendimentos com o imperialismo, mesmo porque a burguesia não confia muito em suas próprias forças. Mas, ao mesmo tempo, ela quer conhecer a nossa força, a nossa disposição de luta, a força das camadas populares já mobilizadas, mas pretende assumir o comando dessas forças, e, se possível relegar-nos. Então aí é que se fará decisiva a nossa unidade ideológica, a educação das massas pela nossa atividade e pelos nossos esclarecimentos, a fim de que a disputa do comando, que é inevitável, seja resolvida a favor das forças que têm capacidade para impulsionar o movimento o mais longe possível.

Desde o surgimento da Declaração, os comunistas têm travado lutas de massa realmente importantes no país. As experiências dessa aplicação da orientação contida na Declaração é que deve ser valorizada, no processo de discussão atual. Esse o lado débil da discussão, como está sendo feita.

Por exemplo, um dos mais importantes trabalhos de massa, dentro da orientação contida na Declaração, é o relacionado com a atividade eleitoral. Surgiram as melhores condições de legalidade, para a disputa eleitoral, e a nossa participação nela, em condições de relativo desafio democrático, só restringida pela falta de liberdade de legenda partidária, e de indicar os melhores companheiros para a disputa eleitoral. Mas no conjunto, os comunistas tiveram a oportunidade mais democrática de participar nas eleições, sob

ja que a revolução havia sido postergada para prazo dilatado. Então, as eleições foram, ao lado do movimento sindical, a melhor oportunidade que tivemos desde a Declaração, para medir nossa influência na massa. Entretanto, até o presente, não tivemos notícia de houvesse a preocupação de verificar o resultado que foi alcançado, nessa tarefa prática, em que foi medida a linha da Declaração.

No que toca a nosso setor, podemos afirmar que a classe operária e os homens de vanguarda, vêm lutando. O movimento sindical, apesar de inevitáveis deficiências, e inclusive, vacilações ante o inimigo de classe (em alguns setores), avançou e adquiriu maior influência. Os homens de vanguarda, aplicando a linha da Declaração, souberam vencer desconfianças e levar a formação da frente única, em torno dos objetivos locais, unificando todas as forças atuantes, inclusive, sobre alguns dos problemas de ordem nacional. Assim é que surgiu movimento, partindo dos sindicatos, mas formando a frente única com indústria, comércio, e autoridades municipais, além de outras entidades, em defesa dos problemas locais, com manifestações sobre a questão da liberdade de comércio, sobre a política econômica e financeira do Governo federal.

Isso foi possível, embora o seu lado mais negativo tenha sido a pequena participação da massa, eis que o movimento ficou adstrito às cúpulas políticas sindicais, pois os apelos à massa, foram ainda tímidos.

Posteriormente, veio a campanha eleitoral municipal.

Aí, então, houve muita dúvida e muita discussão, em torno de nossa orientação. Mas prevaleceu a corrente em que se situavam os homens mais radicais na luta, aqueles que sempre defenderam mais extremadamente, as posições independentes do movimento de vanguarda. E então deixaram de ser apoiados os candidatos de certa corrente política que vem sendo merecedora, há anos, de todo o nosso apoio, em razão da predominância, em seu seio, da força operária. Disputando o pleito com candidatos puramente de vanguarda, para a Câmara de Vereadores, e apoiando o Executivo (prefeito e vice), homens de partidos diferentes souberam manter a unidade das massas, e conseguimos, para a legenda de que dispunhamos, quase vinte por cento do eleitorado, situando-nos como a terceira força do município, e um dos três partidos com representação no legislativo municipal, com três vereadores.

Essa é a maneira que temos de medir a nossa política e o nosso esforço, para aplicar a orientação da Declaração.

Surgiu e se mantém discussão em torno de saber se esse é resultado a favor ou não da Declaração?

O que podemos dizer, por enquanto, é que, em nenhum momento nos orientamos com temor de ofender aos nossos aliados, fossem eles quem fossem, burguesia, ou homens de outros partidos políticos. Os homens de vanguarda, aqui, defenderam sua independência, souberam explicar a sua conduta às massas, e estas os compreenderam razoavelmente. A frente única se fortaleceu, a classe operária conquistou novas posições, de onde melhor pode conduzir a sua batalha pelo esclarecimento do povo, em torno das tarefas atuais, e dos postulados socialistas.

Não podemos calar ante a maneira adotada para expor, nas Teses, a questão dos objetivos imediatos e mediatos da revolução. Entendemos que a perspectiva socialista, de atingirmos essa etapa radiosa, está colocada em plano muito postergado, o que não conduz ao aproveitamento das próprias condições internacionais e do prestígio que o socialismo desfruta no povo brasileiro.

Nossa atividade diuturna, deve nos levar a nos apresentar diante das massas, como os mais decididos lutadores para a solução de seus problemas, para as tarefas atuais da revolução brasileira, dentro da perspectiva de formação da frente única, capaz de instaurar no país, um governo democrático e antiliberalista, que realize as tarefas da etapa atual, inclusive a reforma agrária.

Mas, queremos crer, que não poderemos, em momento algum, deixar de salientar para as massas que, enquanto lutamos para amenizar as condições de sofrimento em que vive, como decorrência inevitável do atual regime, e devemos lutar, com sinceridade, e espírito de combatividade, inclusive para ajudar a conduzir a frente única — não devemos deixar de explicar que seus problemas só encontrarão soluções reais, com a instauração do socialismo. Quer dizer, concomitantemente com a luta pelas etapas atuais da revolução, não poderemos deixar de agitar as idéias do socialismo, sob pena de estarmos reduzindo nossa ação, ao âmbito puro e simples do nacionalismo, e nos nivelando com o P.T.B. ou outros partidos, deixando mesmo, paulatinamente, de constituir atração das massas e depositários de sua confiança.

A maneira como isso vem sendo enfrentado nas Teses, é que nos parece que conduz a um nivelamento na Frente Única, com diminuição do papel de vanguarda dos comunistas e com redução da importância do socialismo, como solução para os problemas da classe operária. Entendemos que podemos fazer isso, sem qualquer quebra de frente única. Mas as Teses, não conduzem a generalizar essa compreensão.

Muitos outros problemas desajustados ainda abordar. Mas esse artigo já vai muito longo. Esperamos conhecer as experiências de aplicação de orientação da DECLARAÇÃO, em outros pontos do país especialmente em São Paulo, onde nossa influência na classe operária parece decrescer, e onde os resultados eleitorais foram tão parcos. Será responsabilidade da orientação, ou de erro de aplicação?

Carlos Lima Aveline — Rio Grande

O movimento sindical e reivindicatório

13. Um dos aspectos mais importantes de nossa atividade é a linha sindical do Partido. Tantos têm sido os erros acumulados que é indispensável discutí-los neste momento.

Nossa linha de aliança com a burguesia nacional se reflete diretamente nas posições dentro do movimento sindical. Não se trata somente de que não levamos os grandes problemas das massas no nível em que seria necessário mas que parecemos diante dos elementos das fábricas totalmente confundidos com o PTB e com os dirigentes sindicais mais ligados ao Ministério do Trabalho. Estas posições, longe de nos fortalecerem, enfraqueceram nosso Partido. Ser hoje confundidos com ministerialistas, com carrelistas sindicais só pode prejudicar os comunistas. Temos evitado sistematicamente o combate aos pelegos — ao contrário, nos temos apoiado neles — e chegamos a entrar em acordo com agentes patronais e ministralistas para limitar reivindicações que a burguesia e o governo achavam excessivamente audazes.

14. Esta nossa tática não somente nos tem levado a perder inúmeras oportunidades de chefiar ações de massas mas nos tem sistematicamente afastado das grandes massas de nosso povo. Na luta contra a carestia — que ficou, por mais que quiséssemos camuflá-la, nas mãos dos sindicatos, já que a burguesia não estava nada disposta a prejudicar seus negócios — cada vez que há um estouro cada vez que um setor qualquer da classe operária se prepara para a luta, se dispõe a efetuar um avanço, nossa linha, que impede a participação da burguesia faz com que sejamos vistos como contendo ou desviando o movimento. Limitamo-nos a mandar comissões falar com Juscelino ou com Jango e voltamos com promessas formais de que em trinta dias tudo estará resolvido. A situação não somente permanece a mesma mas se agrava e, o que é pior, desmobiliza-se a massa, perde confiança em seus dirigentes e em sua própria força. E assim que em certas ocasiões se espalha o derrotismo que invade inclusive nossas fileiras. Do derrotismo, da falta de confiança, passa-se à capitulação e ao isolamento ainda maior do que anteriormente.

Alguns poderiam justificar esta linha afirmando que as massas não estão prontas para outra coisa, que é preciso um período de espera antes de se partir para ações de outra envergadura. Mas a realidade imediata mostra que, sem direção alguma, sem nível ideológico, sem compreensão mais profunda do processo, as massas têm ido a ações extremamente violentas. Se um Regional do nosso Partido chefiasse movimentos como o de Florianópolis ou de Mairi, certamente seria muito criticado como sectário e golpista. Como isto não tem sido feito, dizemos que a massa quer uma mudança no governo, que não deve mudar de orientação e se apoiar nos setores progressistas da nação, como se fosse possível uma outra política para este governo. E, enquanto tanto falamos, tanto procuramos convencer a burguesia de que ela precisa fazer a revolução antes que a massa a faça, vamos ficando à margem, vamos abandonando a luta pela Revolução no Brasil.

15. Nossa ligação com o PTB não podia entretanto continuar como antes. A medida que a burguesia vai para a direita e que as massas vão à esquerda, torna-se mais difícil a continuação da aliança com os comunistas. Não é só Lott que diariamente rejunta nosso apoio; os dirigentes ministerialistas mais categorizados não vêm com bons olhos uma aliança que, embora cômoda, os compromete diante da burguesia. Querem, por outro lado, utilizar nosso enfraquecimento — que provém exatamente destas alianças — para nos dar golpes sobre golpes e nos desalojar dos postos que ainda detemos. A aliança que parecia eterna para os defensores do oportunismo no movimento sindical se rompe a olhos vistos. Falamos e refalamos em «unidade sindical» — que na prática consistia em «unidade» com os dirigentes reformistas e pró-burgueses — para terminarmos isolados não só das massas mas inclusive destes nossos aliados, muito satisfeitos em adquirir força com nossa fraqueza. O recente manifesto das três Confederações de Trabalhadores do país representa um passo importante para a burguesia neste isolamento dos comunistas. São velhos petebistas e ministerialistas que se aproximam do imperialismo — através de suas agências, a CIOSL e a OBIT — e que abrem as portas a uma composição com o janiismo, através de sua denúncia do Imposto Sindical.

16. Enquanto isto se dá na área petebista, os janistas nadam no mar da demagogia mais desenfreada. Demagogia por demagogia estão numa situação bem cômoda pois podem gritar à vontade, especular com necessidades reais, falar em aumento de salários e em independência sindical, sem que isto lhes traga nenhum risco. O que explica o êxito desta corrente reacionária no movimento sindical é que ela especula com coisas sentidas pelo povo. O que explica nossos recuos é que estamos comprometidos com o governo, com as bravatas governistas, com a política de contenção e de paz social.

17. Em muitas ocasiões — e justamente quando damos um passo adiante — temos abandonado na prática nossas formulações teóricas oportunistas e democelásticas — movimentos de grande peso, chefiados por importantes e grandes líderes. É o que ocorre no Nordeste, onde nosso partido gira muito menos em função dos esquemas nacionalistas e muito mais em torno da luta pela terra e da formação da aliança operário-camponesa. É o que ocorreu no dia 2 de dezembro, em São Paulo, quando promovemos uma greve geral de protesto contra a carestia. Este movimento contou com a simpatia da população trabalhadora da cidade e iria abrançar a quase totalidade do proletariado. Entretanto sua preparação dirigiu-se muito mais à «compreensão» dos burgueses e a influir no governo do que ao proletariado. Os apelos dirigidos eram muito mais aos aliados «burgueses» do que aos operários; procurou-se convencer os industriais e comerciantes da necessidade de «compreender» a fome do povo;

as federações patronais receberam ofícios e apelos, os comerciantes foram solicitados a fechar suas lojas. Esqueceu-se exatamente do principal: organizar o povo, fazer da greve um instrumento de luta e de educação, ir às empresas, orientar o conjunto do movimento operário.

De qualquer modo tratou-se de um passo adiante, de uma ação positiva, apesar das críticas que lhe fez o camarada Prestes. Sua repercussão foi muito grande e nem a intensa propaganda governamental, nem a ameaça de repressão conseguiram desmoralizar o movimento. O espírito geral do povo não foi de derrota, mas falou-se na necessidade de se preparar melhor para a próxima vez, na necessidade de melhor organizar, de dar mais a fundo na mobilização. Aliás, em lugar de compreender isto e de aprender da experiência para melhor organizar ações deste tipo, a conclusão que tira a direção é de que a greve foi um erro e a abandona como método de luta.

18. Os movimentos grevistas dos últimos meses caracterizam-se pela grande combatividade da massa, pela disposição de ir à procura de solução para seus problemas. Foram inclusive dados passos organizatórios, com acordos inter-sindicais e com a formação de várias organizações — Factos, Conselhos etc. — que refletem a necessidade que tem o movimento sindical de unificar-se organicamente para poder prosseguir em suas lutas. Diante destas novas necessidades os pelegos janistas e petebistas tendem a procurar fórmulas conciliadoras. Os primeiros procuram dar nomes altisonantes a Conselhos de cúpula que fazem o jôgo do janiismo sob a máscara do apolitismo, enquanto os segundos procuram reforçar as Confederações. Todos eles — janistas e petebistas — estão, no fundo, procurando uma solução organizatória para a qual tendem todo o movimento: Central Única Operária. Esta Central, ao contrário dos Conselhos e das Confederações, é a reunião real das forças do proletariado e se baseia na mobilização nas empresas; seus dirigentes são eleitos nas fábricas, nas Assembleias gerais; dela participam as Ligas Camponesas e os estudantes.

A burguesia foge deste movimento, procurando iludir o povo e nosso partido.

Nossos dirigentes sindicais, longe de estimular a idéia da Central, longe de procurar apoio na massa, em suas reivindicações mais sentidas para dar este passo de incalculável importância, deixam o campo livre para toda espécie de especulações e demagogos levantarem à vontade reivindicações que os prestígiam e que constituem trampolins para suas aventuras.

19. A história de nossa atividade no movimento sindical reflete nossa linha política. Nossas inúmeras vitórias foram desprezadas. A verdadeira experiência de nosso partido, que é valiosa e que tanto tem a nos ensinar, está sendo submergida pelo mar de oportunismo e de ideologia burguesa que se infiltrou em nosso seio. De um modo muito especial os dirigentes sindicais do partido — provavelmente devido a seus contactos com a burguesia e com o governo — tendem ao reformismo e ao reboqueísmo.

Qualquer novo programa comunista para a atuação no movimento sindical deve partir da absoluta necessidade de atuar de acordo com o espírito da classe operária de hoje, de acordo com sua disposição de luta, muito mais do que segundo a boa vontade dos dirigentes governistas ou dos homens ligados ao petebismo. A dedicação à causa de nosso povo estabeleceu com clareza que não temos o direito de sacrificar as lutas das massas às alianças políticas: qualquer aliança que não resiste a esta prova decisiva, não serve para nada pois nos amarra a quem nada tem a dar e nos afasta daqueles que justamente nós podemos dar força.

20. No novo programa para a atuação sindical dos comunistas deverá constar em primeiro lugar a formação da Central Operária, e a luta pela revisão do salário mínimo, levada adiante pelas sindicatas e organizações populares. A orientação do partido deverá ser no sentido de ampliarem-se as lutas, de unificarem-se os setores em reivindicação, de combater com resolução a influência dos partidos burgueses e de seus agentes pelegos dentro do movimento sindical. Isto, longe de nos isolar, nos ligará estreitamente ao único que nos interessa no movimento sindical: os trabalhadores nas empresas.

O apoio a Lott

21. O outro aspecto fundamental de nossa política e que também reflete uma concepção geral direitista, consiste no apoio à candidatura de Lott à presidência da República. A este respeito é bem significativo que tanto os defensores das Teses quanto os que as combatem, como Grabois, a partir de pontos de vista esquemáticos e saudosistas do Programa de 1951, acatem tacitamente a campanha de Lott. Tudo se discute, menos isto. Tudo se ataca, menos a figura do Marechal. Ora, toda nossa atividade dos últimos anos tem como fundo a campanha de Lott; é na campanha de Lott, na insistência da direção do Partido em manter a organização à custa do ativismo pró-Lott, que encontramos uma das grandes causas da crise que atravessamos.

22. Cumpriamos no início, a situação partidária se caracteriza hoje pela tradição entre uma linha abstrata e inaplicável no seio de proletariado e das massas e a realidade que encontramos as bases ao tentar aplicá-la. Quando se tenta, poucos participam e logo desistem diante da impossibilidade material. Este processo é acentuado justamente pelo fato de que a direção do partido joga todo seu peso nesta campanha no momento em que Lott e os dirigentes mais categorizados do PSD demonstraram sua vontade de realizar a campanha a mais direitista e sordida possível, sem apelos demagoguísticos. Não são as propostas de Lott que o levam às declarações que fez. São, ao contrário, os preconceitos da linha de 1958 que nos impedem de ver claro. Diante do imperialismo hoje disposto a satisfazer algumas das reivindicações burguesas, disposto a conciliar mas que exige em troca a repressão, o congelamento sa-

larial, e apoio à política contra Cuba, Lott quer aparecer como o mais respeitável dos candidatos. Todo e qualquer compromisso com os comunistas o queimar com Wall Street de quem ele espera, como Juscelino, substanciais ajudadas.

Não foi por acaso que Lott só saiu formalmente candidato após sua viagem aos Estados Unidos e não é por acaso que, enquanto Jânio viaja pela URSS e por Cuba, procurando tirar partido das fraquezas de seu adversário, Lott ataca a URSS, a Revolução cubana, o comunismo.

22. O apoio a Lott não é, como muitos querem apresentar, um mal menor ao qual-nosmos obrigados a recorrer já que não há melhor. Durante muitos meses, quando a situação política era ainda instável, nosso partido fez a campanha ostensiva do Marechal Lott. Mário Alves, num editorial, chegou a se orgulhar deste fato, querendo mostrar nosso partido como o mais fiel de todos, aquele que, quando o PSD e o PTB procuravam outra saída, já apoiava entusiasticamente o candidato governista! O apoio a Lott é a consequência final da linha nacionalista que segue a direção e é a consequência prática das considerações teóricas da Declaração de 1958. Os momentos de ascensão burguesa, quando a burguesia brasileira podia se permitir algum antiliberalismo, criaram Getúlio. O descenso, o processo de deslocamento para a direita, criou Lott. É um fim melancólico, mas detém fim, detém crepúsculo, o movimento comunista poderá tirar imensas forças.

23. A atual linha procura sustentar o mais que pode uma candidatura que se desgasta e que poucos se atrevem a defender com aparente entusiasmo. A campanha de Lott representa hoje um peso imenso para os militantes comunistas e assinala um ponto crítico numa linha de desagregação e de liquidacionismo. É totalmente impossível defender diante das massas o candidato stalinista, não por considerações teóricas, mas simplesmente porque ninguém aceita isto. Todos esperam dos comunistas uma posição diferente, de firmeza diante do inimigo de classe, de defesa das reivindicações econômicas e políticas das grandes massas. A decepção afasta os melhores elementos de nosso partido e retarda a politização do povo brasileiro.

24. É indispensável que na discussão interna no partido surja a crítica ao apoio à burguesia e a Lott, não somente em nome do comunismo mas também dos interesses imediatos do povo brasileiro.

Uma posição diferente seria hoje, como ontem, identificada pelo povo como a posição dos comunistas, dos mais implacáveis inimigos da exploração. É inevitável que, uma vez eleito, Lott se volte contra todas as lutas populares. Todos sabemos isto. Aquêles que ainda insistem neste apoio têm medo de enfrentar uma situação em que a burguesia, tendo se deslocado para a direita muito mais do que previa a direção do partido, deixa as massas sem qualquer possibilidade imediata de expressão eleitoral. Os bolcheviques enfrentaram inúmeras vezes eleições diante das quais a posição correta era de apresentação de uma candidatura própria, de sabotagem ou outra qualquer, sempre com espírito de classe. Estas experiências não constituem um dogma, mas demonstram a possibilidade de uma outra saída que não o apoio sistemático e ostensivo a uma candidatura que nada tem a oferecer senão a fome, a repressão e a miséria.

A situação nacional, o modo como têm decorrido as lutas das massas, as posições políticas dos candidatos e das classes dominantes — que está aqui analisamos, colocam nos comunistas a absoluta necessidade de uma posição independente diante de Jânio e de Lott. É absolutamente necessário que abramos luta pela frente única operário-camponesa, que abranja estudantes e pequenos-burguesia pobre — funcionários, empregados do comércio, etc. —. Esta frente-única não é uma abstração, mas começa a despostrar em todas as lutas espontâneas. Nosso papel consiste em compreender esta realidade objetiva e formular nossa política segundo ela.

Esta frente-única representa a verdadeira solução para os problemas do país, pois a história não se fecha a 3 de outubro. É preciso garantir a força do movimento comunista e das massas. As posições oportunistas diante das eleições só podem prenunciar derrotas e demoralizações após o pleito. Impossíveis isto.

Em nome desta frente ou de seus setores, podemos e devemos participar da campanha eleitoral, mas como força independente, sem compromissos com as candidaturas reacionárias, contribuindo em seu desmascaramento pu-

blico com uma política que os comprometa diante do povo.

As «classes produtoras» dirigiram aos candidatos um questionário. Seria uma contribuição para a clarificação da situação, para a recolocação das coisas em seu verdadeiro lugar, que enderecássemos documentos idêntico a Jânio e a Lott. Veríamos então quais as disposições dos candidatos da burguesia e suas verdadeiras pretensões; Estariam certos de que nenhum deles mereceria nosso apoio.

Por um novo programa

26. Diante desta análise, o que fazer? Não pretendemos aqui fornecer a totalidade do novo programa, mas unicamente alguns elementos que são indispensáveis. A política do PC deverá se orientar no sentido de sua total independência de classe diante da burguesia nacional e de desenvolver, dentro das massas, esta perspectiva. Todas as lutas populares deverão ter nosso apoio incondicional, gostem ou não, os políticos burgueses ou mesmo as correntes p e q e o-burgueses antiliberistas com as quais podemos marchar juntos em determinadas lutas. A luta antiliberalista deverá ser elevada com mais afinco, porém vinculada ao movimento operário, ligando as reivindicações antiliberistas à vida do proletariado e das massas e não com a preocupação, como tem sido até agora, de formar comitês de cúpula totalmente ineficazes. Ligar o movimento antiliberalista ao proletariado significa ligá-lo às suas lutas, às lutas salariais, à luta contra a carestia, à luta pela revisão do salário-mínimo, que na prática, nos opõe inclusive à burguesia brasileira.

No movimento camponês devemos reforçar a aliança operário-camponesa, vinculando as lutas, promovendo movimentos simultâneos, como seria possível no Nordeste, entre cidade e campo. As Ligas Camponesas deverão ser estimuladas a se reforçarem ao máximo e a intervirem, como aliás já vêm fazendo em algumas ocasiões, na vida política, apresentando candidatos que politizem as forças das massas. Esta política não significará um reforço imediato do Partido, mas levará uma polarização, que só poderá beneficiar nosso partido e o movimento de massas. Caberá aos comunistas serem os mais dedicados militantes para merecerem o apoio das Ligas e organizações camponesas.

Nossa política sindical deverá partir das constatações que fizemos e reforçar todas tendências que procuram uma saída independente, combatendo a influência dos pelegos de quaisquer tipos. Devemos estimular lutas de conjunto, que levem o movimento sindical a uma unificação centralizada, com camponeses e massas pobres.

Por fim, no terreno eleitoral, é preciso rediscutir o problema nas bases e afastar de nossa política este apoio que demos a Lott. Só uma política independente cria forças, pois não nos liga a nenhum dos grupos burgueses que procuram subordinar o movimento operário a seus desejos. Esta política independente poderá, conforme as discussões, levar a uma intervenção mais aberta nas eleições, mas isto deverá ser amplamente discutido pelas bases.

No terreno de nossa atividade de propaganda diária, é preciso mostrar incansavelmente que este regime não tem condições de satisfazer as massas, de conceder-lhes as reivindicações por que lutam no país inteiro. Só um governo de outro tipo teria condições para tal.

27. Nosso partido deverá adotar a seguinte política:

1 — Reforma agrária sem indenização, defesa da terra pelos próprios camponeses. Estruturação de cooperativas e estímulo às experiências mais avançadas no campo, do tipo das comunas chinesas.

2 — Encampação das grandes empresas estrangeiras, sem indenização de espécie alguma. Participação dos operários em sua administração.

3 — Encampação das grandes empresas nacionais, indispensáveis para que se possa planejar o desenvolvimento.

4 — Plano nacional de industrialização, que coordene globalmente a economia do país e a coloque a serviço das massas.

5 — Formação de um governo antiliberalista, antifundador e independente dos capitalistas, dirigido pela classe operária.

28. São estas as observações que são indispensáveis para uma reorientação do movimento comunista brasileiro, para que possamos reassumir a posição que estamos perdendo. Discutamos democraticamente as novas perspectivas, para um grande desenvolvimento do comunismo no Brasil.

ARNALDO FONTES (Sergipe)

Pingos Nos II

Em seu número de 20 a 26 de maio, publicou este semanário na seção TRIBUNA DE DEBATE, uma carta de Arnaldo, assinada pelo Sr. Luiz Alves da Silva. Não podia eximir-me de pronunciar-me a respeito do citado documento, de vez que o mesmo está frontalmente em contradição com a realidade dos fatos. Ao fazer a crítica da atuação do PCB em Sergipe, revelou total inexistência da posição do Partido entre nós, afirmando que estamos divididos entre udenistas e pessadistas. Não distinguo o apoio dado a candidatura do Mal, Lott da posição de luta. Isso não significa, que no Estado apoiemos o PSD. Convidaria o ilustre signatário a citar-me o nome dos comunistas componentes dos grupos por ele alegados. O que ignora é a posição assumida pelo Partido após a Declaração de Março de 58. Gostaria que o prezado assinante referisse a memória na leitura daquele documento, e se inspirasse melhor para outros pronunciamentos. Estaria a direção do Partido em flagrante contradição, se não mantivesse a linha antiliberista que aos olhos do missivista parece quixotesca e divisionista.

Chama de quixotesco a observação pela legalidade do PCB, julga oportuno

o registro de outro partido, como se dignas fossem a razão diferencial da doutrina comunista. Não encontro razões para tal afirmativa, mesmo porque os dirigentes do Partido são demais conhecidos no País, para encobrirem-se com letras, segundo parece ser a vontade de Luiz Alves da Silva. Os fatos demonstram claramente a necessidade do Registro do Partido. A luta do povo brasileiro contra a dominação dos trustes; o ascenso democrático no país, a unidade da classe operária, o sentimento de paz cada vez maior do povo brasileiro, o crescente prestígio das idéias do socialismo além de não haver nenhum empecilho de ordem Constitucional; tudo enfim, permite-nos antever a legalidade do Partido Comunista.

Finalmente gostaria que o nobre missivista deixasse as nuvens teóricas em que vive e pusesse os pés no solo, ao lado dos nossos dirigentes no Estado, apoiando o trabalho que ora se desenvolve entre nós, procurando conhecer de fato a realidade. Ao mesmo tempo, aproveito o ensejo a fim de apresentar à direção deste jornal os melhores votos de felicitações pela tribuna contida nas Teses, publicadas em 17 a 23 de junho de 1960.

Tribuna de Debate

JOÃO AMAZONAS

A Linha Atual e as Reformas

A liquidação do domínio imperialista e a extinção das sobrevivências feudais são as principais tarefas do povo brasileiro no atual estágio da revolução. Não pode haver amplo desenvolvimento das forças produtivas em benefício das grandes massas, nem cultura e bem-estar para os trabalhadores, tampouco pode existir completa independência nacional sem que se elimine aqueles obstáculos ao progresso do país. Nesta tarefa estão interessados o proletariado, a massa camponesa, a intelectualidade, a pequena burguesia urbana e a burguesia nacional. Tais classes e camadas sociais, ainda que participem da mesma luta por objetivos comuns, não têm, no entanto, posições idênticas. Diferem seus programas, sua política e métodos de ação.

A classe operária, pelo lugar que ocupa na sociedade brasileira, é a força revolucionária mais consequente. Reclama, por isso, medidas radicais capazes de extirpar as causas da miséria das massas e do atraso do país. Fugiu pelo conflito e nacionalização das empresas e capitais, norte-americanos, instrumentos de exploração e opressão do povo brasileiro. Reivindica a liquidação do latifúndio e a distribuição gratuita da terra aos camponeses, único meio de acabar com as sobrevivências feudais que têm, na propriedade latifundiária, sua mais destacada expressão. Exige uma política exterior independente e o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas. Quer eliminar todos os entraves à efetiva democratização da vida nacional. E, como tais objetivos só podem ser realizados por um governo revolucionário, ant imperialista e antifeudal, dirigido pela classe operária, o proletariado luta pela substituição do atual regime e por um governo democrático e ant imperialista. Só assim é possível terminar com a situação de sofrimentos e humilhações em que vive o nosso povo e transformar o Brasil num país próspero, livre e independente.

Outra é a posição da burguesia. Ela se opõe ao imperialismo norte-americano e ao monopólio da terra. Mas, com exceção de elementos isolados, não tem em vista a solução radical para eliminar os atuais entraves ao progresso do Brasil. Deseja apenas a introdução de reformas nos marcos do regime vigente. Na atual situação do país, manifestam-se nitidamente as posições reformistas da burguesia. Esta não reivindica a liquidação total do domínio imperialista. Postula, tão somente, um código de investimentos, que delimite a esfera de aplicação do capital estrangeiro, assim como medidas de restrição aos privilégios que esse capital goza no Brasil. A burguesia não exige o confisco das terras dos latifundiários e sua distribuição aos que nela trabalham. Advoga simplesmente medidas de reforma agrária, modificações de caráter limitado no campo. No que concerne à questão do poder, não pleiteia a substituição do regime vigente. Deseja introduzir mudanças graduativas no governo, a fim de aumentar a sua influência no aparelho estatal. Quanto à política externa, é favorável às relações com os países do campo socialista, oferecendo, no entanto, inúmeras restrições ao intercâmbio normal do Brasil com as nações daquele campo.

Tais objetivos da burguesia, de certo modo progressistas, não conduzirão, porém, à emancipação do país do jugo imperialista. Nenhuma medida que não atinja de maneira decisiva as bases da reação, o latifúndio e o domínio do imperialismo, pode modificar seriamente a situação do Brasil, país dependente e subdesenvolvido. Um código de investimentos será útil, mas não livrará o nosso povo da opressão dos monopólios norte-americanos. Algumas medidas de reforma agrária serão positivas, mas não liquidarão o atraso do país, nem a exploração brutal de milhões de camponeses. Já em 1930, a Aliança Liberal, atendendo a reivindicações da burguesia, pleiteava reformas. Muitas delas foram feitas, algumas das quais importantes, como o Código de Águas. Mas isto não impediu que aumentasse a exploração do país pelo capital imperialista dos Estados Unidos e que se conservasse a estrutura econômico-social retrógrada do Brasil. E certo que houve algum progresso. Mas este progresso não resolveu nenhum dos grandes problemas que afligem as grandes massas.

Apesar de ter interesses contrários aos do imperialismo, a burguesia teme o fortalecimento e a ação política independente da classe operária. Assustada com as vitórias do proletariado no país e com os seus gigantescos êxitos em todo o mundo, principalmente nos países onde o socialismo triunfou. Por isso, a burguesia tende à conciliação com o imperialismo, em que pese todas as divergências existentes entre eles. O mesmo sucede com relação à posição da burguesia face aos latifundiários. Embora sentindo a necessidade da reforma agrária, para ampliar o mercado interno, e do apoio das massas para restringir a concorrência dos monopólios iníquos, a burguesia vacila, é inconsequente na luta contra o imperialismo e o monopólio da terra e chega aos compromissos com os latifundiários e os trusts norte-americanos.

A política adotada pelo Partido, com a Declaração de março, e agora com as Teses, lamentavelmente, corresponde mais às posições da burguesia do que às do proletariado consciente. Sob o pretexto de combate ao dogmatismo, abandonamos de fato as reivindicações radicais e ficamos unicamente nas reformas, nas denominadas "soluções positivas" e na luta pela conquista de um governo nacionalista e democrático, nos limites do atual regime. Os objetivos básicos da atual etapa da revolução, como a questão do poder ant imperialista e antifeudal, sob a direção da classe operária; o confisco e nacionalização das empresas e capitais norte-americanos; ou mesmo a reforma agrária radical desapareceram, praticamente, dos documentos e da atividade do Partido. Nossa orientação se

confunde com a da burguesia reformista, tornando-se difícil, ou mesmo impossível, ganhar as massas para a influência do Partido. São os partidos e as correntes de opinião da burguesia, que se fortalecem entre as massas.

Porque a nossa política se limita à luta por simples reformas — no que pouco se diferencia da de outros partidos — não é raro encontrar-se comunistas que consideram ser melhor atuar no PTB e aparecer simplesmente como "trabalhistas". Afirmação que desta forma podem realizar um trabalho mais amplo. Os camaradas eleitos para o parlamento nacional e para as câmaras legislativas estaduais e municipais não aparecem mais como porta-vozes dos comunistas, o que vinha ocorrendo desde 1946. Em muitos casos, atuam como simples nacionalistas. O resultado desta política reboquista é que, contrastando com a situação favorável que atravessamos, o Partido cresce lentamente, não consegue atrair para suas fileiras os trabalhadores descontentes, nem as pessoas que manifestam simpatia pelos países socialistas devido aos grandes êxitos ali alcançados. Grande parte da massa, que vai se desiludindo dos partidos das classes dominantes, não chega a distinguir, no conjunto das forças políticas, aquela que devia apresentar uma perspectiva capaz de atrair a para sua influência. A reduzida votação — um sexto dos votos obtidos por "Cacareco" — recebida pelos candidatos do Partido nas últimas eleições em São Paulo, o maior centro industrial do país, é bem um índice de que as massas não vêm acima em nós a força que deve mostrar a solução aos seus problemas. A imensa popularidade de que goza em nosso país o herói nacional de Cuba, Fidel Castro, é um sinal de que o povo brasileiro, insatisfeito com a atual situação, está a procura de uma saída. Esta insatisfação das massas e a ausência de uma orientação justa do Partido podem levar ao surgimento de aventureiros que, utilizando linguagem demagógica, enganem as massas e as arrastem a uma política contra os seus próprios interesses.

O Partido precisa de uma linha que apresente às massas a solução verdadeira de seus problemas e indique o caminho para alcançá-la. Ficar somente nas reformas e mudanças dentro do atual regime, nas modificações da política e da composição do governo, é não dar uma perspectiva clara ao povo. Precisamos dizer às massas onde residem as causas profundas da difícil situação que atravessamos e mostrar, simultaneamente, a necessidade de mudar o atual regime, de lutar por um governo democrático e ant imperialista que liquide com o jugo dos monopólios norte-americanos e com o latifúndio, que garanta a liberdade e o bem-estar para o povo.

Ao mesmo tempo, o Partido deve incluir no âmbito de suas atividades a luta pelas reformas. Ao fazer isto, os comunistas têm em vista que as reformas estão subordinadas à luta pela solução radical dos problemas da etapa atual da revolução. Não desligam a luta pelas reformas daquele objetivo. Por isso, apresentando reivindicações parciais, o Partido procura não só mobilizar as massas para conquistá-las como também esclarecer, educar e organizar os trabalhadores, visando alcançar um governo diferente do atual. Exemplo significativo é o do monopólio estatal na exploração do petróleo. Esta conquista constitui uma reforma. Mas a luta para realizá-la foi fator de elevação da consciência ant imperialista das massas. É importante salientar que a campanha do petróleo foi efetuada contra a política dos governos que desejavam entregar o petróleo à Standard Oil. Todavia, o monopólio estatal, enquanto vigorar o atual regime, estará sempre ameaçado. Daí a necessidade da vigilância permanente das massas para defendê-lo. Esta luta ajuda o povo a ir compreendendo ser preciso mudar o regime. Se as reformas não forem encuradas desta maneira servirão para reforçar o atual regime, reacionário e contribuirão para decompor o movimento revolucionário.

A linha política da Declaração e das Teses confunde a acumulação de forças com a acumulação de reformas. Vê, fundamentalmente, a solução dos problemas brasileiros pelo prisma econômico, através da soma "gradual", mas incessante de reformas. Quanto mais reformas forem sendo acumuladas, mais próximo estaremos das transformações radicais. Isto constitui, porém, um grave erro. A solução dos problemas básicos de nosso povo, será obtida, sobretudo, por um processo político, de crescimento da consciência revolucionária das massas e de seu nível de organização. O proletariado russo foi derrotado em 1905. Contudo acumulou forças, já que a revolução daquele ano elevou a consciência revolucionária das grandes massas e debilitou o poder dos seus inimigos. O movimento revolucionário de 1935 no Brasil, apesar da derrota e dos inúmeros erros cometidos, contribuiu, no entanto, para despertar amplos setores da população para as idéias democráticas e de emancipação nacional. A reforma nem sempre permite a acumulação de forças. Pode-se dar também o caso de haver tal acumulação sem que se tenha alcançado reformas.

Assim, a justa relação entre a luta por um poder ant imperialista e antifeudal e a conquista de reformas, nos marcos do regime vigente, é uma questão que deve ocupar lugar importante na linha política do Partido. Tanto é prejudicial ficar apenas nas soluções radicais, como no caso do Manifesto de Agosto, ou unicamente nas reformas, como agora se verifica. A política reformista engana as massas e dificulta enormemente o avanço do movimento revolucionário.

A linha reformista que estamos adotando é defendida por alguns camaradas com o argumento de que ela decorre das mudanças verificadas na situação internacional, em particular, com o crescimento do socialismo no mundo. Afirmação que vivemos agora uma época de transição do capitalismo

ao socialismo e interpretam, ao que parece, este fato como se o capitalismo fosse se integrando aos poucos no socialismo. Esquecem-se de que esta transição começou em 1917, e não vêm que, semelhante conclusão, leva ao maior dos absurdos: quanto mais forte for o socialismo no mundo, menos revolucionários devemos ser no Brasil. Confundem as possibilidades do caminho pacífico com o reformismo e, assim, transformam-se em evolucionistas, acreditam que por meio da conquista de "soluções positivas", poder-se-á, não se sabe quando, chegar a um poder ant imperialista e antifeudal e, depois, ao socialismo. O camarada Mikolain, no XX Congresso do PCUS, deu uma réplica adequada aos que pensam deste modo. «Não se pode confundir o problema da possibilidade do desenvolvimento pacífico da revolução em certos países com o reformismo. É preciso ter em mente que a revolução — pacífica ou não — sempre será uma revolução, enquanto que o reformismo é sempre marcar passo indolentemente no mesmo lugar. Para vencer a classe operária deve lutar incansavelmente contra o reformismo e contra as ilusões por este originadas em suas próprias fileiras. É inegável que se verificaram profundas transformações na situação mundial, com o aparecimento de um sistema de países socialistas, o que não pode deixar de exercer séria influência no movimento revolucionário em geral. Mas é um completo contra-senso considerar o avanço do socialismo no plano internacional como um amortecimento da luta revolucionária em cada país.

Em nosso caso, a marcha triunfal do socialismo no mundo, se de um lado, desperta milhões de pessoas para as idéias progressistas, fortalecendo o movimento democrático e de emancipação nacional, por outro lado, aumenta o desespero e a resistência das forças reacionárias, levando à radicalização da luta, ao aguçamento das contradições que só poderão ser solucionadas com a revolução. Por isso, não se deve retrair as ações contra os inimigos mortais do povo brasileiro.

NERY REIS (Sergipe)

A Contradição Fundamental e o Duplo Caráter da Espoliação do Povo Sergipano

O povo sergipano como toda a Nação brasileira, sofre as consequências da dominação imperialista. Essa espoliação tem, no entanto, duplo caráter no Nordeste. Por um lado a dominação das próprias empresas monopolistas estrangeiras e por outro a exploração da burguesia do Sul do país; isto é, daquela parte da burguesia sulina que se inclina à formação de empresas mistas com o capital monopolista estrangeiro especialmente o norte-americano. São as empresas do grupo Moreira Sales — Refinaria Capuava, Ermirio de Moraes, — Indústria de alumínio, Matarazzo Millprint do Brasil, Geon do Brasil, Cloroquina, Visking, etc... Entretanto, do ponto de vista da forma essa espoliação não se apresenta em Sergipe exatamente idêntica à que sofre o povo do sul do país, ou mesmo de outros Estados da região Nordeste. Inexistem em Sergipe, as grandes ou médias empresas monopolistas. A energia elétrica não é explorada pela Light ou Bond and Share, mas sim por uma empresa mista a "Energipar", na qual o maior acionista é o Governo do Estado. As riquezas minerais permanecem inexploradas e o transporte rodoviário está nas mãos de pequenos proprietários.

Apesar disto, o povo sergipano, sofre de forma mais aguda que o sul a opressão dos trusts e monopólios. Esses grupos, até agora têm impedido na prática a exploração do Sal-gema. Para conseguir licença para a importação de maquinaria para a instalação de novas indústrias, como ocorreu recentemente com a do cimento, o governador teve que apelar diretamente para os trabalhadores exercerem pressão sobre a CACEX ou SUMOC. A Anderson Clayton e Sombra, conseguiram liquidar com o beneficiamento e posteriormente com nossas plantações de algodão, e hoje, dominam inteiramente nosso mercado, após destruírem os pequenos beneficiadores e também o beneficiamento de nossas indústrias de tecidos. Em consequência disto, Sergipe passou de exportador a importador de algodão. Onde antes no Centro e Sul do Estado florescia algodão, hoje existem vastas capineiras que propiciaram condições para um maior desenvolvimento da pecuária em Sergipe com o surgimento de poderoso grupo econômico de criadores e engordadores do gado, ao qual o povo acostumou-se a chamar de "Partido do Boi". Esse grupo usufrui inúmeras vantagens proporcionadas pelos frigoríficos do sul do país, o que determina o agravamento do custo de vida.

Na política do Governo do Estado no setor das transportes prepondera a rodoviária, o que, inegavelmente favorece a empresas monopolistas como a Standard Oil, Good Year, Firestone e outras do ramo, o que agrava ainda mais a carestia, pois como sabemos, o transporte rodoviário é o mais caro do país.

Como afirmam as Teses, a renovação econômica não deve ser, em hipótese alguma, isolada da causa geral da emancipação nacional. Não deve por isto ser desvinculada da luta contra os monopólios norte-americanos, que dominam setores importantes da própria economia da região, nem servir de pretexto para novas concessões a esses monopólios. A renovação econômica da região nordestina deve ser focalizada na perspectiva do fortalecimento da economia nacional em seu conjunto como parte integrante

JANSEN PEREIRA DA SILVA (Santos)

Análise Marxista, Sim!

A segunda observação ao camarada Pomar é a que se refere à rejeição pelas Teses, de sua descoberta, isto é, da identidade do capitalismo brasileiro com o dos demais países. O camarada recomenda que — apesar da presente etapa não ser socialista — não se deve apresentar ao nosso povo a perspectiva de um desenvolvimento capitalista. Ora, se de fato, para os marxistas, não há depois do feudalismo outro regime econômico senão o capitalismo, e depois deste outro não o socialismo e suas formas transitórias, não sabemos o que pretende o camarada Pomar. Se não pretende na atual etapa o socialismo, mas também não deseja o capitalismo, precisamos, com urgência, saber do articulista se realizou outra de suas geniais descobertas, isto é, se descobriu um novo regime que não sendo o socialismo, não traga consigo as mazelas do capitalismo.

A verdade é que também não acreditamos que o camarada Pomar esteja assim tão por fora do problema, pelo menos teoricamente. O que o camarada Pomar poderia querer, com razão, se não passasse da indagação à deturpação das Teses, da Declaração e até de citações de Lenin em seu favor, seria que fosse esclarecido, e bem esclarecido, o problema da hegemonia. Que se apresente ao nosso povo a perspectiva de um desenvolvimento capitalista, sim; mas que seja de tal maneira que garanta a passagem de um regime historicamente mais justo, isto é, que se resolva a principal contradição desta etapa garantindo-se a solução da segunda em favor do proletariado. Entretanto, o problema da hegemonia está claro, formulado, e de maneira correta, nas Teses, nada mais restando ao camarada Pomar senão resmungar, contrariado que está por sermos obrigados a apresentar ao nosso povo a perspectiva de um desenvolvimento capitalista. O que o articulista não compreende — talvez por ter vivido vários anos "amandando" na realidade — é que não somos nós que apresentamos tal curso da história, mas é que se apresenta ante nós. E que sua apreciação do ponto de vista do proletariado, suas tarefas e interesses, não consiste em fazer pro-

(Conclusão)

fissão de fé comunista no papel, mas inserir-se no mesmo e lutar por seu comando, isto é, atualmente, organizar milhares de Comitês Pró-Lott-Jango e não "cranear" greves gerais a qualquer custo.

Voltando ainda à citação de Lenin e à do camarada Pomar no artigo, de que "do ponto de vista econômico o imperialismo implica também um progresso" devemos dizer primeiro ao camarada que estamos em 1960, num país subdesenvolvido. O trabalho de Lenin, citado por Pedro Pomar (citado indevidamente, ainda assim) não fala sequer uma vez em domínio do capital estrangeiro na Rússia e o capitalismo de 1893 era florescente não só na Rússia como em todo o mundo. Nós falamos de um capitalismo que é amarrado pelo imperialismo e pelos restos feudais, e sob esse aspecto é que o mesmo é progressista, é o elemento progressista e dinâmico da sociedade brasileira.

De outro lado, o camarada afirma que o imperialismo também implica um progresso. Onde o camarada, com toda sua ortodoxia marxista, aprendeu que algo que amarre o livre desenvolvimento das forças produtivas implica em progresso?

Em seguida, diz o articulista: «O Brasil é uma nação dependente do imperialismo, sem direitos iguais, explorada e oprimida pelo capital monopolista, sobretudo o norte-americano. Por conseguinte, o apoio às medidas progressistas e à luta contra a deformação e à subordinação da economia brasileira e contra os privilégios de que goza o imperialismo, são um imperativo para os comunistas. Isto é pacífico.»

Engano, isto não é pacífico, da maneira como está colocado. Este é o trecho em que aparece toda a falsificação feita anteriormente, nas afirmações do camarada de não querer a volta ao passado.

Trata-se de que não damos "apoio" ao que podemos chamar, na discrição feita pelo articulista, de movimento de libertação nacional. Não damos "apoio" apenas. Lutamos, sim, por sua direção. Lu-

tamos por ter a hegemonia dessa luta e assim garantir de fato que o curso do desenvolvimento capitalista do país não seja aquele do qual o articulista tanto mudo tem, isto é, se realize sob a direção da burguesia nacional.

Como se vê, nesse pequeno trecho, o camarada Pomar põe abaixo todas as Juras antes realizadas da não volta ao passado. E mais: quem pretende capitular? Os que procuram se colocar à frente do movimento de libertação nacional, lutando para que sua direção caiba à classe operária, ou aqueles que pregam um "apoio" da classe operária ao mesmo, renunciando, de fato, à sua direção, em que pesem todo seu pavor ao capitalismo e todas suas juras de amor ao comunismo?

O que se segue, no artigo do camarada Pomar, é consequência natural do que afirma acima. Isto é, o essencial não é a luta contra o imperialismo que devemos apenas "apoiar", mas sim que se definiremos, com toda nitidez, os interesses das classes oprimidas, dos trabalhadores, do conceito geral da nação em seu conjunto, o qual corresponde aos interesses das classes dominantes. E depois não esquecer os interesses cardeais do proletariado nem esquecer os traços fundamentais do regime imperante no país, a fim de tirar vantagens reais ou supostas com uma política de capitulação como a que seguimos atualmente. (O grifo é meu — JPS)

Quer dizer, devemos traçar a política da classe operária: o essencial, o fundamental, o que se deve assinalar é o crescimento incessante e maior do proletariado porque esse elemento é que constitui, isso sim, o elemento mais progressista e revolucionário da sociedade brasileira. Como elemento secundário, não fundamental, devemos dar "apoio" à luta de libertação nacional, desde que essa libertação interessa à burguesia.

Isto, em atitudes práticas, equivale a abandonar a luta pela direção do movimento de libertação nacional e especializar o partido político da classe operária na contabilização dos dados das fábricas acerca do crescimento do proletariado, isto é, ficar contando operários, para, quando atingirmos uma determinada cifra — que o camarada Pomar deve logo nos fornecer (ou é segredo da direção?) —, passarmos ao socialismo.

Apesar do esforço do camarada articulista em mascarar a defesa que faz de uma linha sectária e dogmática, fica claro a quem procure penetrar a essência de suas opiniões que o que se quer e deseja com força é a simples volta ao passado, em nome de um marxismo anquilosado, alijado.

Sua crítica à Declaração e às Teses, reduz-se a nada mais nada menos que uma tentativa, vã, diga-se de passagem, de negação de toda política que signifique ampliar os nossos horizontes.

O que o camarada Pomar deveria buscar em Lenin — mas fez-lo sem deformar o espírito ou a letra, como fez — era a comparação do Manifesto dos 33 "blanquistas" da Comuna com o artigo de Engels, datado de 1874, que se intitula: «Doença Infantil...». Diziam os "blanquistas": «Somos comunistas porque queremos alcançar nosso objetivo sem nos determos em etapas intermediárias e sem compromissos que só fazem distanciar o dia da vitória e prolongar o período da escravização.» (Dá até a impressão que o camarada Pomar assinou este Manifesto). Diz Engels: «Os comunistas alemães são comunistas porque através de todas as etapas intermediárias e de todos os compromissos criados, não por eles, e sim pela marcha da evolução histórica, vêem claramente, e perseguem constantemente seu objetivo final: a destruição das classes e a criação de um regime social no qual não haveria lugar para a propriedade privada da terra e de todos os meios de produção. Os 33 "blanquistas" são comunistas porque imaginam que, pelo simples fato de eles quererem saltar as etapas intermediárias e os compromissos, a coisa já está feita, e que se — ouca na qual acreditam firmemente — "a coisa começa" um dia destes, e o Poder cai em suas mãos, o comunismo estará implantado no dia seguinte. Por conseguinte, se não podem fazer isto imediatamente, não são comunistas. Que ingenua puerilidade, apresentar a própria impaciência como argumento teórico!» («A Doença Infantil» — Capítulo VIII)

Creio que o Programa do partido revolucionário não é a repetição pura e simples das teses e enunciados marxistas, mas sim a aplicação do marxismo a uma determinada realidade. Creio ainda que as Teses fazem tal aplicação.

Quanto ao camarada Pomar, em seu artigo, não se pode enquadrá-lo em outra posição, senão a de um "blanquista", com uma diferença: o tom de seu artigo não nos permite classificá-lo de "impaciência" a razão de seus argumentos teóricos. A razão de seus argumentos reside na cegueira política, mal que comete todo aquele que, desligado da vida, resiste a retornar à mesma e procura dar aos problemas soluções que correspondam à sua situação, isto é, soluções de quatro paredes.

Apesar de ter interesses contrários aos do imperialismo, a burguesia teme o fortalecimento e a ação política independente da classe operária. Assustada com as vitórias do proletariado no país e com os seus gigantescos êxitos em todo o mundo, principalmente nos países onde o socialismo triunfou. Por isso, a burguesia tende à conciliação com o imperialismo, em que pese todas as divergências existentes entre eles. O mesmo sucede com relação à posição da burguesia face aos latifundiários. Embora sentindo a necessidade da reforma agrária, para ampliar o mercado interno, e do apoio das massas para restringir a concorrência dos monopólios iníquos, a burguesia vacila, é inconsequente na luta contra o imperialismo e o monopólio da terra e chega aos compromissos com os latifundiários e os trusts norte-americanos.

Correspondência

Antônio Souto (São Paulo) — Sua carta, em nome dos comunistas de Santo Estêvão, foi lida em consideração pela Comissão de Debate.

Roberto Drehmer e outros (Pórt Alegre) — A Comissão responsável por «Tribuna de Debate» levou em conta as considerações contidas na carta dos companheiros.

J. Alb-ulo de Alencar (Guanabara) — Solicitamos seu comparecimento à reunião para um entendimento com a Comissão de Debate.

Evelino Pinto (Guanabara) — Solicitamos sua presença na redação.

aos trusts? O Nordeste poderia continuar comprando no Sul os produtos de nossa indústria, mas supervisionado pelo Governo, poderia adquirir diretamente do exterior maquinaria para a reequipamento da indústria de tecidos e açúcar saindo da dependência das grandes firmas comerciais sulistas, quase sempre vinculadas aos interesses dos trusts e monopólios.

Se tomarmos para ilustrar o caso da Bahia, constatamos que este Estado produziu para a Balança Comercial do país com o exterior, nos últimos anos, um saldo de Cr\$ 30.000.000.000,00. Houve anos como o de 1955, em que para uma exportação de 5 bilhões, quatrocentos e trinta e sete milhões de cruzeiros, não teve o direito de importar nem um bilhão de cruzeiros. No ano transato a Bahia deu ao Brasil um superavit de 3.400.000.000,00. Os demais Estados do Norte e Nordeste, seguem a mesma linha na produção de divisas.

Essas nos reivindicações da burguesia nordestina, mas que interessam também ao proletariado. Para formularmos acertadamente nossa política, precisamos acentuar que o Nordeste é a região mais rica da Federação e a de maior densidade demográfica e também aquela que sofre duplamente espoliação imperialista. A burguesia nordestina, radicaliza-se com grande velocidade e com mais facilidade alia-se ao proletariado. Os operários e os camponeses nordestinos são forças das mais combatidas na luta pela libertação nacional.

Os elaborarmos nossa linha política, devemos fazer uma avaliação justa do papel dessa região.

Se não soubermos compreender fenômenos que se registram nessa região, então a energia revolucionária das massas de milhões de nordestinos continuará a perder-se como vem ocorrendo com frequência com os flagelados, quer da seca ou inundações. — Isso implica fundamentalmente em nossa orientação tática.

A contradição entre os círculos econômicos do Sul representados pelos banqueiros, industriais, comerciantes e fazendeiros ligados ao imperialismo e o povo nordestino, constitui o reverso da medalha da dominação imperialista no país. Interessa ao imperialismo norte-americano a industrialização do nordeste? Por que Sergipe até hoje não industrializou seu Sal-gema? Por que o Governo Federal não anula as concessões já caducas das jazidas sergipanas de Sal-gema? Por que pretende a União entregar dois bilhões de cruzeiros aos frigoríficos estrangeiros, quando Aracaju por falta de verba ainda não concluiu seus frigoríficos? Não são perguntas difíceis de serem respondidas.

A exploração do Norte e Nordeste pelas empresas do Sul em grande parte ligadas estruturalmente ao imperialismo, pode levar o proletariado e as classes e camadas revolucionárias da sociedade brasileira, a demonstrações de grande envergadura contra a dominação da Nação e expulção de seu povo, pelo imperialismo norte-americano.

Fontes: Instituto de Tecnologia de Sergipe; Aurélio Viana, discurso no Parlamento; Orly Andrezza, Tribuna de Debates; e Luiz Garcia, Industrialização de Sergipe, discurso pronunciado no Centro Operário.

ADAMASTOR FERNANDES (S. Paulo)

“Minha Opinião”

Para os comunistas com certo tempo de atuação efetiva — com os conhecimentos adquiridos nesse período e com suas próprias experiências, estão em condições de examinar as teses ligando-as com a vida, com o que existe em torno de si e realizar um julgamento de conformidade com suas capacidades.

É fato que os homens não são infalíveis, nem o marxismo é dogma — por isso mesmo, a verdade só será conseguida num processo de observações, pesquisas, estudos, organização e luta.

Assim sendo, constatamos que após a primeira guerra mundial nasceu o primeiro Estado proletário e após a segunda conflagração deu surgimento ao sistema socialista mundial. Observa-se, igualmente, a olhos nus que a superioridade deste sistema, porque vem se impondo, sobrepunha, inevitavelmente, o decadente sistema capitalista, mesmo porque, os povos almejam e lutam pelo melhor. Igualmente, graças a existência deste sistema criou-se as possibilidades objetivas aos povos dos países coloniais e dependentes a libertarem-se do jugo imperialista — assim como, do fortalecimento da unidade dos povos amantes da paz, criou-se as possibilidades de evitar-se novas guerras mundiais imperialistas.

Quanto à situação nacional, é visível e palpável a existência dos trustes internacionais, particularmente, dos trustes norte-americanos. Por toda parte observa-se a existência de empresas desses trustes nos diversos ramos de exploração. Mesmo o setor nevrálgico para o efetivo desenvolvimento da nação, como o da energia elétrica é conservado em mãos da Light. Esse truste não só age descoberto como, também, veladamente — aplicando seus capitais em consórcios com seus estetas-de-ferro nacionais. Dessa forma sua ação em nosso país pode ser traduzida como uma verdadeira «bomba de sucção» da economia nacional.

Observa-se também que apesar dessa penetração e do monopólio da terra, a existência do desenvolvimento industrial nacional e indústria leve, assim como, o desenvolvimento do capitalismo de Estado. Lógico, portanto, que os anseios do desenvolvimento econômico da nação, chocando-se com os obstáculos colocados pelos trustes e seus agentes internos — produz a contradição primeira, ou como afirma com justeza a tese 21: a contradição entre a nação e o imperialismo norte-americano. Em segundo plano a contradição entre os latifundiários e os camponeses e a seguir a contradição entre o proletariado e a burguesia.

Como resolver estas contradições? Aqui, a meu ver, cabe um exame auto-crítico. Qual foi nossa posição no passado, particularmente, após o Manifesto

de agosto? Não foi por acaso uma posição despreendida, de abnegação e entusiasmo, pregando as massas a necessidade da revolução — de levantarem-se contra os governos de tração nacional — de farsa das eleições do voto em branco, etc.? E quais foram os resultados obtidos? Uma experiência amarga e dolorosa simplesmente... O 11 de agosto ficou na história para gáudio das linhas políticas esquerdistas, sectárias e dogmáticas.

Se a história se assemelha mas não se repete — se as experiências acumuladas formam a cultura de um povo, não é possível, hoje, após aqueles preciosos ensinamentos dados pela própria sabedoria das massas que hajam camaradas discordantes como elo fundamental da atual etapa da revolução brasileira. Se existe de fato aquelas contradições e se não possuímos ainda as forças suficientes para resolvê-las em bloco, é da dialética que nessas condições devemos descobrir o elo principal e fundamental e resolver as pendências por partes.

Nesse caso, para resolvermos a contradição primeira, o caminho a ser seguido só pode ser o da frente única com todas as forças interessadas e dispostas a lutarem contra o inimigo comum — já que «Nenhuma classe ou camada social, isoladamente, pode vencer a resistência das forças interessadas na conservação da dependência do país aos monopólios ianques e na manutenção do monopólio da terra». Se o inimigo é forte e poderoso, devemos somar e unir as forças e não dividir como procedemos ontem.

Se o pomo da discórdia, por outro lado, é o da hegemonia — não bastasse a ênfase das teses 26 — 27 — 28 — 29 e 30 — façamos um exame retrospectivo. No presente somos possuidores daquele prestígio popular que nos possibilita arrastar milhões de homens em torno de nossas palavras de ordens? As grandes massas das cidades e dos campos já foram ganhas para as posições do Partido? Não é verdade que quando pregávamos a revolução nas praças públicas as massas se afugentavam de nós? Não é igualmente verdade que quando recomendávamos o voto em branco as grandes massas nos deram as costas? Então camaradas, a hegemonia da revolução só será conseguida pelo proletariado e seu Partido de vanguarda, se construímos aquelas condições, indo as massas com abnegação, com juventude, esclarecendo, educando, organizando e lutando.

Não se sendo profetas e não dominando suficientemente o marxismo-leninismo — benefício algum se trará ao movimento de libertação nacional, ficando o pé e pretendendo descobrir possíveis falhas nas teses e propomos um prolongamento infinito da discussão. Isto é antimarxista, é não ver e não sentir, que no momento histórico que vive-

mos o fundamental para o movimento operário e comunista no Brasil, é tirar as conclusões do debate.

ASPECTOS DA TESE 68

Diz a tese 68 referente aos revolucionários profissionais: «Ao corrigir esse erro não é admissível cair, porém, no extremo oposto, na eliminação de todos os quadros revolucionários profissionais, como fazem hoje alguns organismos partidários». A meu ver isso equivale a dissolução do organismo. Pela experiência adquirida durante os anos de militância e pelas observações — creio na existência de nova arbitrariedade cometida pelo organismo imediatamente superior. Senão vejamos: se o organismo existia, se no processo de elaboração se discutia e se fixa no projeto de estatuto em seu art. 34, letra k, que determina aos C.C.E.E. a manutenção daquele organismo, não vejo a razão de sua dissolução. Aqui a meu ver, cometeu-se uma generalização mecânica — se alguns C. R. não correspondiam com as exigências estruturais do Partido, com sua política e com as exigências das massas, não significava que todos os C.C.E.E. deveriam ter o mesmo fim. A dissolução do C.R.F. neste particular, sem pretender defender o setorismo, foi um grave erro, pois, substituiu-se a importância política e estratégica das ferrovias, para dar prioridade aos municípios, quando a importância daquelas equivale a vários municípios juntos. Por outro lado, admito que a falta de relações justas de direção, ajudou a efetivação da dissolução.

De conformidade com a estrutura leninista de organização, pode-se e deve-se organizar os C.C.E.E. que dirigirão as atividades partidárias e políticas dentro de toda empresa. Sendo específicos os problemas das ferrovias, justo a existência de um organismo dirigente e coordenador, diretamente ligado e subordinado ao C.E. respectivo — vivendo os problemas gerais mas também o particular — aspecto este de todo impossível a um C. E. que tem sobre seus ombros a supervisão de todo Estado.

A vida está demonstrando a necessidade imperiosa da organização de tal organismo. A meu ver, repito, dada a importância política e estratégica das ferrovias, o C. F. ou Birô, deverá ser organizado com os primeiros secretários de cada C. E., estes devem estar ligados a produção, e, com quadros qualificados e destacados do próprio seio do Comitê Estadual que constituirá no caso o secretariado. Com esta medida e mais a correção da velha anomalia que impedia aos comunistas ferroviários de participarem da vida política dos municípios, teremos criado as condições favoráveis e objetivas de construir um eficiente Partido nas ferrovias e, consequentemente, nos próprios municípios.

Jundiá, 26-60 Adamastor Fernandes

Tribuna de Debate

ANTÔNIO REAL

Uma Colaboração Para a Ação, Construção e Organização do Partido

Consideramos que o imperialismo norte-americano e outros monopolistas estrangeiros penetraram no máximo na nação brasileira, explorando, sem contêmplo, as massas trabalhadoras e saqueando as riquezas produzidas no país. Tudo isso em combinação com as classes exploradoras que detêm o poder. Consideramos que a situação da esmagadora maioria da população camponesa é de extrema miséria, devido ao sistema feudal latifundiário. Dal tiramos a conclusão prática, objetiva, direta de que a frente anti-imperialista e antifeudal precisa estar situada, já, sem perda de tempo, fundamentalmente nas fábricas, nos portos, nos campos e nos bairros populares. O Partido, por isso, deve basear seu trabalho nestes setores para forjar e fortalecer a verdadeira frente antilatifundiária e antifeudal. Os sindicatos revolucionários devem voltar-se para as tarefas áspersas, duras mas entusiasmantes, para as suas pequenas e grandes reivindicações, pacientemente, tenazmente com seriedade e precisão. Só, assim, se trará o proletariado para a luta e o despertará. O Partido crescerá e se fortalecerá, estará em seu justo caminho. A atividade do Partido junto aos trabalhadores, nas fábricas e nos campos, é o ponto de partida para uma

arrancada poderosa e popular que porá em cheque o imperialismo. Este trabalho, este movimento, junto com o movimento estudantil e outros de caráter democrático e patriótico, vale mais que todos os acordos de cúpula, todas as combinações com políticos, etc. A frente imperialista já está construída! A Ford, a Esso, a Light, a Wemag, a Volkswagen, a Siemens, a General Motors, a Metal Leve, a Simca, a Krupp, a Mercedes Benz, a General Electric, etc. Ai estão desfilando, enganosamente, a bandeira do Brasil. Ai estão com o rótulo hipocrita «do Brasil». Ai está todo esse enxame de fábricas e patrimônios, a cabeça de ponte do imperialismo norte-americano. Ai estão as grandes fábricas dos grupos nazistas alemães «vizinhos da silva», privilegiados despoticos. Ai está nossa classe operária, nova, que cresce, porém cada vez mais explorada, sem orientação. Aqui nesta frente antilatifundiária deve estar o Partido dos trabalhadores! Organizando e esclarecendo a classe operária, para fazer frente a exploração capitalista! Nas fábricas e nos campos deve estar o Partido, ai se trava a batalha decisiva! Os sindicatos e os trabalhadores estão sendo «trabalhados» com muito tato pelos capitalistas. O Partido da coca-cola, o

«modus-vive-oll» americano, a idéia religiosa e burguesa penetra nas consciências dos oprimidos. Por isso, o Partido, desde já deve considerar tarefa principal forjar o vínculo estreito com o proletariado industrial, defender seus interesses, levar a ele o conhecimento do socialismo, despertar sua consciência e fazê-lo avançar. Menos promessas e palavras sensacionais. Não podemos fazer como os políticos que prometem coisas que não farão e só encherão sua barriga. Por isso os trabalhadores e as massas populares dizem «São todos iguais!» Mais ação prática e séria junto aos trabalhadores e camponeses e menos organizações alisonantes de cúpula. A ação correta, honesta, contínua, contra os atropelos dos capitalistas, solidariedade nos trabalhadores e ajuda a eles. Assim renascerá a confiança das massas no Partido e este colocará em marcha as forças democráticas que parecem adormecidas. E nada mais. Ao escrever estas observações o fiz com a melhor intenção construtiva de ajudar o movimento dos trabalhadores. Pela unidade da Classe Operária! Pela legalidade de partido! Pela libertação completa das massas populares do Brasil!

E. MIRANDA (Est. da Guanabara)

Minha Opinião Sobre a Discussão

É com grande interesse que acompanho os debates publicados na «Tribuna de Debates» de NOVOS RUMOS e, ao mesmo tempo, tenho grande vontade de ver as coisas diferentes — em tons mais agradáveis. Li com muito carinho as Teses. Não deixam de ser bases importantes de um caminho seguro para a unidade do partido do proletariado que, nos últimos tempos, tem tido um grande avanço teórico. Mas o Partido ainda não é bem compreendido pelos nossos dirigentes do ponto-de-vista prático e doutrinário.

Depois daquela discussão, o Partido procurou cicatrizar as chagas por ela provocadas. Surgiram melhores condições para a atividade partidária e melhor compreensão entre os membros do Partido. Devido aos nossos esforços, o Partido hoje se acha mais avançado, mais sólido e em condições de receber de volta os companheiros que naquela época não se conformavam com as novas tarefas.

ro — olhem um pouco para trás, vejam os erros passados que ainda não estão muito distantes. Efetivamente estamos na época de não mais errar por falta de experiência. Não somos aventureiros. Portanto devemos seguir um caminho mais acertado para melhor organizar o Partido do proletariado. Num futuro breve devemos dirigir os destinos de nossa pátria, dando uma vida mais digna aos nossos filhos, ao povo brasileiro. Nossos trabalhos só são proveitosos quando bem feitos e bem compreendidos. Através de bons entendimentos é que colhemos os bons frutos, tanto teóricos, como práticos. Assim, todas as vezes que travamos uma discussão com bom-senso e em termos serenos vitoriosos nos nossos propósitos.

Ora, os camaradas estão travando um debate que parece ser «bom novo», tipo UDN: seus atordoados dirigentes se dividem em «bom novo», «bom velho», «grupo vazios», «grupo cheios», etc. Não. Não, camaradas. Vamos dar ao nosso partido melhor exemplo. Por quê dar entender aos nossos aliados que o Partido há uma crise quando ela não existe? Não devemos estimular comentários e dúvidas entre nossos companheiros. É preciso criar um clima de mais garantia para todos que queiram contribuir para os debates, um clima amplo e bem democrático.

Hoje companheiros, estamos no mesmo dilema. Existe nova discórdia entre nós. Não é justo que isso aconteça, não é justo que o Partido deixe companheiros, pelas colunas de nosso jornal, mostrar claramente as divergências que ainda existem entre nós. Estas divergências devem ser discutidas em ocasião e lugar oportunos.

A verdade é que se as Teses apresentadas, com seus setenta e dois itens esboçassem sem por cento certos, não adiantava nenhum companheiro apresentar opinião em torno delas. Todos nós temos o direito de opinar sobre os pontos que se referem à teoria, à história do proletariado e à aplicação da linha de acordo com o nosso desenvolvimento. Devemos intervir não só sobre a situação econômica, como também sobre a elevação do nível da classe operária. Dando nossa contribuição à discussão política, muito contribuiremos para chegar a uma etapa mais avançada — a emancipação total da nossa pátria.

Comaradas. As Teses devem ser apresentadas e discutidas, livremente, sem ataques. Cada um tem pontos-de-vista diferentes. Certa ou errada toda Tese deve ser considerada, discutida num clima de harmonia, coletivamente, no momento oportuno e não debatida por companheiros, isoladamente, através da «Tribuna de Debates». Esse método que os companheiros estão adotando não deixa de concorrer para enfraquecer os nossos trabalhos, de entrar o engrandecimento do Partido.

Faço um apelo para que os companheiros se reúnam em mesas-redondas, discutam os problemas com mais esme-

do com convicção de comunista sincero, pois a U.J.C. possuía em seu seio jovens que não mediam esforços na execução das tarefas que lhes eram apresentadas pelo Partido. A luta contra o envio de jovens do Brasil para morrer nos campos de batalha da Coreia é uma prova da disposição dos jovens revolucionários de então. A luta pela paz, contra o acordo militar Brasil-EE.UU., também não ficam atrás.

ALAN S. M. (S. Paulo)

O Trabalho do Partido Entre os Jovens Não Deve Ser Tão Secundário

Ao convidar todos os militantes do Partido a discutirem as Teses, a debaterem, concordarem ou discordarem desta ou daquela opinião, está a direção do Partido Comunista do Brasil convencida de que, no fim dos debates, quem sairá fortalecido é o Partido da classe operária e do povo. Quem ganhará com isto? A classe operária e o povo em geral, que terá pela frente uma vanguarda mais esclarecida e organizada, com uma linha política mais justa, que reflita a realidade brasileira, isenta de dogmatismos e subjetivismo.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

O Partido Comunista do Brasil não pode ter, e não há razão para tal, de publicamente expor suas debilidades, erros e falhas, porque o P.C.B. se baseia na realidade histórica do desenvolvimento dos fenômenos, das coisas, porque se guia à luz dos ensinamentos do Marxismo-Leninismo e está convencido de que, quem não tem debilidades, erros e falhas, é um simples parvasa dos esforços alheios, pois o erro é humano.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Fui membro da U.J.C. e, sei, desde 1951, quando fui recrutado por essa organização, avaliar os esforços dos então jovens comunistas, que punham às vezes a reação em pânico em determinadas situações da luta revolucionária. Quando digo «luta revolucionária» o di-

go com convicção de comunista sincero, pois a U.J.C. possuía em seu seio jovens que não mediam esforços na execução das tarefas que lhes eram apresentadas pelo Partido. A luta contra o envio de jovens do Brasil para morrer nos campos de batalha da Coreia é uma prova da disposição dos jovens revolucionários de então. A luta pela paz, contra o acordo militar Brasil-EE.UU., também não ficam atrás.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

ANTERO MULLER (S. Catarina)

Duas Opiniões Duas Tácticas

Os comunistas brasileiros estão debatendo as teses, com grande interesse. Todos saudam os debates das teses como um passo decisivo para conseguirmos estabelecer um programa que venha realmente atingir os nossos objetivos de Partido Revolucionário Marxista.

A necessidade dos debates está comprovada. A Tribuna de Debates, está aberta. Democraticamente e sinceramente as mais variadas opiniões se debruçam. Os debates quanto mais acirrados, despertam as mais variadas opiniões. O Partido debate e o debate vem a luz. É a demonstração inequívoca de que os debates são proveitosos e que devemos prestigiar todos aqueles que vem externar sua opinião visando, seja qual for seu ponto de vista, um caminho para a Revolução Brasileira. Comprovam os debates as tendências existentes em nosso Partido. De um lado, companheiros defendem uma posição mais radical, mais revolucionária, mais atuante, mais incisiva no trato dos problemas nacionais e de nossa linha política.

marada Grabois, como também em favor das opiniões do camarada Goreneder. Pode ser alegado que fazemos uma «cobertura» ao atual Governo porque NESTE Governo encontramos a força que impulsiona a candidatura do Marechal Lott. Mas, se o senhor Jânio Quadros for eleito e continuar com o mesmo programa de desenvolvimento de Juscelino Kubitschek, iremos apoiá-lo? Parece que sim? Não daremos tréguas a Jânio Quadros? Está certa esta concepção? São perguntas, cujas respostas necessitam de muito raciocínio e muita compreensão. Nossa posição perante o atual Governo é uma e perante um Governo futuro, digamos o Governo Jânio Quadros, poderá ser outra. Por estas razões acho que não poderemos, em um Programa restringir ou aumentar o ataque contra o Governo. Devemos nos lembrar do Projeto de Programa de 1954, onde condenávamos o Governo de Getúlio Vargas... o que nos obrigou, sem querer, a fazer o jogo dos golpistas, sendo que fomos forçados a mudar de táctica.

onde quer que seja. Esta linguagem os trabalhadores entendem, como também, entendem que os culpados desta exploração, fome, necessidades e falta de amparo são os patrões. Lutam por melhores dias. Fazem greve. Se organizam. CONTRA QUEM? Contra o imperialismo? Não, contra seus patrões que os exploram e sugam seu sangue. É a luta de classes. Se abandonarmos ou se amenizarmos a luta de classe, perderemos a vanguarda da revolução. No mesmo sentido encontramos os camponeses brasileiros na sua luta contra os latifundiários e exploradores de todas as categorias. Como congregar classes antagonicas na frente única? No papel? Em um programa? Não. Na prática, com trabalho e sacrifício. Com organização. Colocando sempre os interesses da classe operária e camponesa acima dos componentes da frente única. Nunca conciliar ou transigir. Se a burguesia e até os latifundiários participam do melhor tem interesse de participar da frente única devem ser submetidos aos interesses da classe operária e camponesa.

Com organização, com sacrifício, com espírito revolucionário e principalmente com trabalho sabermos usar a táctica necessária dentro e fora da frente única. Levaremos a Revolução Brasileira e poderemos então chegar a conclusão que a táctica a ser seguida será aquela que a nossa força organizada decidir.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Vejam os debates entre dois companheiros de reconhecida capacidade intelectual e ideológica que são os companheiros Maurício Grabois e Jacob Goreneder. Um debate proveitoso para todo o Partido. Duas tendências, ou melhor duas tácticas preconizadas para a atuação dos comunistas brasileiros. O companheiro Goreneder defendendo as teses apresentadas e «uma linha amena» frente a realidade brasileira e o companheiro Grabois opinando por medidas mais drásticas, radicais e atuantes.

As teses em debate e o futuro Programa não podem ter qualquer base diante de nossas posições favoráveis ou contrárias ao atual Governo. Um Programa é uma linha a trilhar, não por um ou dois anos, mas, sim durante uma certa etapa. Devemos ter o cuidado, na aprovação de nosso programa, em visar o conjunto da realidade brasileira e não as peculiaridades ligadas a campanhas eleitorais.

Com organização, com sacrifício, com espírito revolucionário e principalmente com trabalho sabermos usar a táctica necessária dentro e fora da frente única. Levaremos a Revolução Brasileira e poderemos então chegar a conclusão que a táctica a ser seguida será aquela que a nossa força organizada decidir.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Realmente as opiniões contraditórias destes dois companheiros representam duas tácticas em que se dividem os comunistas brasileiros. Os debates (e todos os militantes estiverem em condições de opinar com conhecimento de causa), irão demonstrar esta assertiva.

O fundamental é a luta antilatifundiária e antifeudal, intimamente ligada as reivindicações da classe operária e camponesa. É a frente única. Quanto às nossas tácticas DENTRO DA FRENTE ÚNICA o problema se agrava. Acho que a táctica a ser empregada na frente única, varia de local para local e conforme a época que vivemos. Neste ponto devemos tomar muito cuidado, pois acima de tudo deve pairar a bandeira da luta de classe. Se a luta de classe for colocada em segundo plano, deixaremos de pertencer a um Partido Comunista. Preconizar tácticas dentro da frente única é caminhar para o dogmatismo, uma vez que — como disse, o problema é complexo e varia de local para local e de época para época.

Com organização, com sacrifício, com espírito revolucionário e principalmente com trabalho sabermos usar a táctica necessária dentro e fora da frente única. Levaremos a Revolução Brasileira e poderemos então chegar a conclusão que a táctica a ser seguida será aquela que a nossa força organizada decidir.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Na minha opinião, não podemos qualificar as opiniões do companheiro Grabois como «sectárias» ou «esquerdistas», bem como de qualificar as opiniões do companheiro Goreneder de «oportunistas» ou «direitistas». Acho que o problema é de táctica e como táctica devemos entender aquilo que empregamos para sairmos bem de «alguma coisa». Pergunto — restringindo ou aumentando os ataques e as críticas ao atual Governo conseguiremos o caminho mais próximo para a vitória da revolução brasileira? A solução dos problemas brasileiros está neste fato? Acho que não. Poderemos se quisermos tecer dezenas de considerações em favor das opiniões do ca-

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Quando o Partido dissolveu a U.J.C. como organização, embora em muitos lugares não precisasse que o Partido tomasse posição para que tal acontecesse, muito o senti. Embora eu fosse membro da Comissão de reorganização em São Paulo, não fui convidado a tomar parte na reunião em que se decidiu sua dissolução por completo. Lavro aqui meu protesto e voto contra a dissolução da U.J.C., porque a Juventude Brasileira não pode ficar sendo dirigida somente pelo «Sesi» e pela «J.O.C.». É claro que a U.J.C., ao invés de organização de vanguarda das massas juvenis, era um partido de calças curtas, surgida à luz dos manifestos de 48 e 50. Era, portanto, uma organização sectária. Os êxitos da União da Juventude Comunista em seis anos de lutas, se bem que devem ser considerados os tropeços, atestam que um jovem com idéias avançadas encerra em seu ser um vemente espírito de revolta contra a minoria exploradora que ora detém o poder estatal.

Tribuna de Debate

JOAQUIM GONÇALVES (S. Paulo)

Nossa Linha Nesta Etapa

Os debates que ora se realizam nas fileiras da vanguarda da classe operária e do povo são, sem dúvida alguma, um dos mais auspiciosos acontecimentos da vida interna do P.C.B.

Tal acontecimento não se deu por acaso. É fruto das modificações havidas no mundo, assinaladas e comprovadas no XX Congresso do P.C.U.S. Tais modificações ainda mais se concretizaram com a declaração em conjunto assinada pelos PP. CC. do mundo em Moscou.

Comprovaram que, nas condições atuais do mundo, as guerras podem ser evitadas pelas forças da paz, mas que a preparação da guerra, pelos imperialistas, continua, e que os mesmos atentam contra a soberania de outros países, principalmente os subdesenvolvidos.

A democracia interna e os princípios leninistas foram reafirmados, como única condição para todos os PP. CC. do mundo assimilarem e levarem à prática, diante da realidade de cada país, o caminho para a emancipação nacional, a Democracia e o Socialismo, e em etapa mais elevada a sociedade comunista, sociedade essa que comportará em seu seio a verdadeira felicidade dos povos.

Os erros de caráter sectário, subjetivista e dogmático, assim como o culto à personalidade, que foram repudiados pelo XX congresso do P.C.U.S., encontraram em nós, comunistas brasileiros, em grande proporção, nossa adesão, a essas concepções falsas, estranhas ao Marxismo-leninismo.

A comprovação dessas concepções falsas, que levaram os comunistas brasileiros a terem por longo tempo uma linha política sectária e esquerdista, que os transformou em dogmáticos, não diminui em hipótese alguma o passado glorioso do glorioso P.C.B. Pois as verdadeiras intenções que sempre, desde a sua fundação, imbuíram os comunistas, foram no sentido de libertar nosso povo da exploração do homem pelo homem, pela libertação econômica e política do imperialismo, principalmente do opressor e explorador norte-americano.

Dentro dessas verdadeiras intenções e legítimas aspirações de nosso povo é que hoje os comunistas se defrontam, dentro do processo crítico e autocrítico, com a utilização da democracia interna, sem se afastar do centralismo democrático, para opinar sobre os problemas brasileiros e encontrar, à luz das discussões, o caminho mais adequado para nos libertarmos da exploração imperialista na etapa atual.

Tal estudo, sem dúvida alguma, poderá deixar algo a desejar, mas estour certo que destes debates se reforçará, em nossa pátria, a luta antilimpialista e antiféudal, e que nosso Partido sairá reforçado, política, orgânica e ideologicamente. O esforço para que os comunistas encontrem uma linha política justa foi, sem dúvida alguma, a Declaração de Março de 1958 e o aparecimento, agora das Teses para Discussões. Se estes dois documentos ainda não refletem a realidade brasileira todos os militantes devem colaborar para melhorar. O que não podemos continuar era com o programa de 1934, que estava em flagrante contradição com a realidade.

A Declaração de Março de 1958 foi um passo à frente para enquadrar os comunistas dentro do processo antilimpialista que, espontaneamente, em larga escala, se fortificava no Brasil, como o movimento nacionalista.

A contradição principal no Brasil não era, até então, tida como a mais necessária a ser resolvida na etapa atual. Encaravamos no mesmo plano todas as contradições. Com essa concepção pretendíamos substituir o governo por um governo radical, sem levarmos em conta a força política da burguesia nas massas.

Não desconhecemos os comunistas que todas as contradições afligem o nosso país, e quanto é profunda a contradição entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações atrasadas no campo. Sem menosprezar a contradição entre a burguesia e o proletariado, que exige constantemente do proletariado e sua vanguarda vigilância de classe, para não deixar perecer as suas conquistas, como ainda ampliadas, deve o proletariado estar à frente da luta pela emancipação nacional e em defesa da democracia. O desenvolvimento capitalista no Brasil é uma realidade, independentemente da vontade do imperialismo.

O capitalismo em desenvolvimento no Brasil aguçava as contradições com as relações atrasadas no campo. O desenvolvimento do capitalismo de Estado em indústrias fundamentais da economia brasileira é, no fundamental, anti-imperialista. O apoio às iniciativas de capitalismo de Estado, como a Petrobrás e outras, é parte integrante da luta antilimpialista.

Não deixemos de analisar que, dentro do sistema capitalista em si, mesmo que o imperialismo for derrotado, o proletariado e o povo, são os mais sacrificados. A frente única antilimpialista e antiféudal pode, no curso de sua luta, melhorar as condições de vida das mas-

sas. Simultaneamente à luta antilimpialista, cabe à classe operária conquistar e ampliar as suas reivindicações, tanto dentro da frente única como fora dela. Para isso é necessária sua independência ideológica de classe consequente. Cabe à vanguarda comunista, porém, ser o fator unificador e impulsor, tanto dentro da frente única, como à frente do proletariado, e ajudá-lo a conquistar suas reivindicações.

Estas posições da vanguarda comunista se estendem também a reivindicações das massas do campo e a todo o povo, por menores que sejam as suas reivindicações. Somente dentro de uma linha política destituída de subjetivismo e esquerdismo, sem cairmos na direita ou na passividade, mas sim na análise objetiva de tudo aquilo que poderá impulsionar a luta antilimpialista, devemos nós, comunistas, nada temer; pois estaremos servindo à causa da paz e aos interesses de nosso povo na etapa atual. Aquêles que, ainda hoje, pregam modificações radicais imediatas na estrutura do atual regime caem no isolacionismo, permitem com essas posições a penetração do imperialismo, e dão armas à reação interna contra o movimento nacionalista, principalmente contra o Movimento Operário.

Entre os acontecimentos de maior repercussão interna e externa, e um dos mais decisivos passos, para a libertação econômica do Brasil, é no momento a sucessão presidencial.

A verdadeira frente única antilimpialista, cuja formação vem trazendo há anos êxitos para a nação brasileira, congrega-se agora em torno das candidaturas nacionalistas do Mal. Lott e João Goulart. Sabemos ainda que forças progressistas, em escala menor, procuram resistir, por interesses pessoais, à adesão a candidatura Lott e Jango. É o caso do prefeito de São Paulo, Adhemar de Barros que insiste em manter sua candidatura, destinada ao fracasso, por não ter identificação com os anseios de todo o povo brasileiro, cuja preocupação principal a 3 de outubro de 1960 é derrotar o imperialismo norte-americano e seus agentes internos, representados na candidatura Jânio e outros por todo o Brasil.

Frente a essa correlação de forças distintas é que os comunistas brasileiros devem elaborar sua linha política para a etapa atual.

O futuro é promissor, e determinará nova orientação política. Ai, não temos dúvidas, os debates serão acontecimentos normais.

30 de maio de 1960.



Poderá vir

A bela Tatiana Samólova, estrela de «Quando voam as cegonhas», poderá vir ao Brasil para assistir à apresentação em nosso país do filme que a fez famosa em todo o mundo. Não resta dúvida que será uma boa oportunidade para o público brasileiro conhecer de perto a menina que quase provoca uma revolução em Cannes.

NAS TELAS CARIOCAS A PARTIR DO DIA 27

“Quando Voam as Cegonhas”: Epopéia do Amor e da Ternura

Será exibido no próximo 27 do corrente, em grande circuito, o famoso filme soviético «QUANDO VOAM AS CEGONHAS». Esta película — por seu argumento profundamente humano, seu alto nível técnico e o comvente desempenho de seus artistas — está sendo aguardada com grande ansiedade.

Consagração da crítica internacional

Vejam o que dizem os jornais de diferentes países, acerca de QUANDO VOAM AS CEGONHAS: TIME — Nova Iorque, EUA — «Com exceção de Ivã, o Terrível, de Sêrguei Eisenstein, é provavelmente o melhor filme russo visto desde a II Guerra Mundial. QUANDO VOAM AS CEGONHAS conta a história de dois estudantes jovens que se apaixonam, pouco antes da invasão nazista. A história é banal, mas o diretor Kalatozov contou-a com verve arrasadora. Fêz obviamente o filme que desejava fazer, relativamente livre de interferência oficial, e o senso de liberdade vibra em cada fotograma» (Bosley Crowther).

MONTHLY FILM BULLETIN

— Londres, Inglaterra — «Excelente em técnica e interpretação. Seu virtuosismo é por vezes demasiado brilhante, mas a sensibilidade das caracterizações eleva a trama ultra-

complexa a um nível pungente» (Mosk).

IL CONTEMPORANEO

— Roma, Itália — «QUANDO VOAM AS CEGONHAS, história de amor puro e desesperado, retrato de uma sociedade durante a guerra em que existe uma medida humana verdadeiramente estupenda, um calor de verdade que se impõe com prepotência, com fúria incontrolável, num tumulto magnífico de sentimentos e paixões» (Gluco Viaggi).

Tatiana virá ao Brasil

Tatiana Samólova, estrela principal de QUANDO VOAM AS CEGONHAS, (VERONICA) foi convidada especialmente pela Cinematográfica Tabajaras e a Revista Manchete, para vir ao Brasil. Por esta ocasião, visitará Brasília onde assistirá à avant-première do seu famoso filme, juntamente com altas autoridades do mundo artístico, cultural e político, inclusive o Presidente da República.

Palavras do diretor Mikail Kalatozov

— Perguntam-me agora com freqüência como surgiu a idéia de fazer este filme: Durante muitos anos sonhei em encontrar um argumento, no qual os sentimentos humanos mais íntimos, os sentimentos e as idéias de meus contemporâneos tivessem um caráter verdadeiramente épico e estivessem compenetrados por um alto espírito cívico. Movidos por estes sentimentos, filmamos o episódio da despedida dos recrutas que vão para a frente e também seu retorno no dia da vitória, com a recepção dispensada aos então veteranos defensores da Pátria. E o outro tema que nos inspirou como artistas, o tema da fidelidade humana, para criar os episódios da película que nos são mais queridos: a morte de Bóris (Alex Batalov) e as cenas do hospital. Em «Quando Voam As Cegonhas» há muitas amarguras, muitas lágrimas perdidas, cremos, entretanto, que é profundamente otimista, em igual à obra de Victor Rozov.

NOVO LIVRO DE FILOSOFIA MARXISTA

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO FORMALISMO E DAS CONTRADIÇÕES por Álvaro de Faria Nesta obra o autor se propõe a dar uma solução à questão que segundo o «Kommunist», órgão do Comitê Central do PCUS, é a tarefa fundamental da filosofia marxista de nossos dias: a de encontrar a unidade da dialética, da teoria do conhecimento e da lógica. 1 volume, brochura, com 410 páginas. Cr\$ 180,00 Livraria das Bandeiras Ltda. Rua Riachuelo, 342 — Loja 2 Telefone: 36-4871 — S. Paulo. Atendemos pelo Reembolso Postal.



Coexistência pacífica

O sol de Nápoles, Sofia Loren, e a beleza branca das noites de Moscou, Tatiana, foram o motivo que o fotógrafo escolheu para mostrar a coexistência na prática.

O PROBLEMA BERLIM OCIDENTAL DEVE SER RESOLVIDO

HERMANN ROGOVSKI

Berlim Ocidental desenvolveu-se como um câncer no seio da República Alemã. É assim que N. S. Kruschiov descreve o papel representado por Berlim Ocidental. O presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, admitiu também que a situação de Berlim Ocidental é anormal. Compartilham da mesma opinião milhões de habitantes dos dois Estados alemães, sobretudo na própria Berlim, mas igualmente nos países vizinhos da Alemanha, e isso já há muito tempo. Desse fato, concluem que, no que diz respeito ao problema de Berlim Ocidental, uma transformação fundada em princípios deve ser feita o mais breve possível, — o que corresponderia melhor aos interesses de todos os que estão em causa.

Apenas os representantes da política de força, em Bonn, assim como o prefeito «governamental» de Berlim Ocidental, Willi Brandt, pensam de outra maneira. São de parecer que em Berlim Ocidental tudo deve permanecer imutável, como no passado, isto é, não desejam que a situação internacional se alivie. Berlim Ocidental está situada no centro da República Democrática Alemã, aproximadamente 300 quilômetros dentro das fronteiras do Estado. Em princípio não afirmam pura e simplesmente que Berlim Ocidental não pertença à R. D. A., porque é uma parte da antiga zona de ocupação soviética. Os «ocidentais» receberam simplesmente o direito de participarem da ocupação de Berlim Ocidental e de cooperarem com a administração comum de Berlim sob a forma de comando aliado, subordinado ao conselho de controle aliado. (Steiniger: «Westberlin», página 21).

A «capital federal», Bonn, não existia. Berlim era, então, a capital alemã. O conselho de controle aliado devia, por esse motivo, permanecer em Berlim, a fim de assumir as funções que lhe cabiam no fim da guerra, como autoridade superior na Alemanha. O fato de que a capital fosse dividida em quatro setores, em cada um dos quais residia o estado-maior dos quatro comandos, não passa de uma consequência lógica resultante do acordo de Potsdam, que encerrava a promessa formal de orientação comum da Alemanha pelo caminho do desenvolvimento democrático. Essa promessa não foi, porém, cumprida pelo ocidentais. O acordo de Potsdam não foi respeitado, tendo sido constantemente violado.

Quando, com a ajuda dos ocupantes ocidentais, as velhas forças reacionárias promoveram a divisão da Alema-

nha ocidental, os esforços de Bonn se orientaram, então, para Berlim Ocidental, declarando que esta era «a 12a. região da República Federal», ou então um prolongamento da Alemanha Ocidental. Essas tentativas se tornaram, posteriormente, claramente visíveis nos projetos de constituição para a Alemanha Ocidental e para Berlim Ocidental. As forças de ocupação ocidentais, a que cabia a aprovação dessa constituição, deviam insistir, por puras considerações táticas, pela transformação ou supressão completa de parágrafos tão arrogantes; estes se achavam, com efeito, em contradição com a situação, e abertamente apropriados a destruir o status comum dos quatro «grandes», o qual assegurava em princípio, do direito de os ocidentais ocuparem Berlim Ocidental! Isso se tornou em particular evidente quando foram proclamados o fim do estatuto de ocupação e a soberania da «República Federal Alemã».

A fim de garantir a continuação do direito de ocupação dos ocidentais em Berlim Ocidental, a Alemanha Ocidental fazia prevalecer um outro regulamento próprio. E por isso que o direito de ocupação é ainda válido até nossos dias em Berlim Ocidental, o que é, 15 anos após o fim da guerra, uma situação anormal e insustentável.

A medida que o militarismo da Alemanha Ocidental se torna mais agressivo, à medida que seus preparativos para uma guerra atômica aumentam, torna-se cada vez mais o sentido de Berlim Ocidental, o sentido de Berlim Ocidental como «cidade-ponta-de-lança» em sua qualidade de pilar estratégico da República Democrática Alemã. Não há ponto da terra melhor do que Berlim Ocidental para os adeptos da guerra empreenderem a política de «aguiçadas» contra os países socialistas. Em Berlim Ocidental existem hoje mais de 80 organizações de espionagem, sabotagem, de agentes que trabalham por conta da Alemanha Ocidental e dos ocidentais contra a R. D. A. e os demais países socialistas. É ainda ali que se encontram as mais poderosas instalações de emissão radiofônicas para as agitações propagandísticas e a guerra psicológica, como, por exemplo, a rádio RIAS. É dali que partem os programas de televisão diários para o interior da R. D. A.; é ali que também se estabeleceram os jornais e as revistas de agitação mais reacionárias. Partindo daí sabotadores e espões procuram infiltrar-se diariamente na R. D. A., Polónia, Tchecoslováquia e União Soviética. Na «cidade-ponta-de-lança» se concentra a nata dos aventureiros da guerra mundial para espieçar o anticomu-

nismo e para levar ao erro e agitar os incautos por meio de mentiras e calúnias.

É assim que fervilham as contradições em Berlim. Todo dia surgem novas provocações em Berlim Ocidental, provocações perigosas e que atentam contra o desejo de paz da República Democrática Alemã. Tudo isto foi claramente demonstrado, como, por exemplo, a 17 de junho de 1953. Provocou-se que as tentativas de perturbação da ordem na RDA foram feitas por uma organização instalada em Berlim Ocidental. Os políticos da cidade-ponta-de-lança nem se dão ao trabalho de negar o que se constatou; ao contrário, congratulam-se pelo que tem acontecido. Não é exagero, por isso, comparar Berlim Ocidental a pólvora explosiva. O perigo que representa para a paz mundial torna-se cada dia maior. Seria muito fácil pôr fogo à pólvora; as consequências da guerra atômica seriam terríveis não só para a Alemanha como também para todos os países do globo.

Chegou, por isso, a ocasião oportuna para que a questão de Berlim Ocidental seja finalmente resolvida por negociações, considerando-se a proposta da União Soviética e da República Democrática Alemã para se pôr fim ao regime de ocupação em Berlim Ocidental e para transformá-la em cidade livre e desmilitarizada. Em prol da paz e do alívio internacional, a R.D.A. estaria disposta a privar-se do legítimo direito que lhe cabe sobre Berlim Ocidental. Garantirá, em conjunto com os países signatários do acordo de cidade livre, a liberdade de comércio e de circulação para o Oriente e o Ocidente, o Norte e o Sul. Além disso a R.D.A. estaria disposta a ajudar o abastecimento, de acordo com as necessidades de Berlim Ocidental. A vida diária de seus habitantes não deve ser modificada. A cidade seria regida por leis próprias e gozaria de plena soberania. Em uma palavra, Berlim Ocidental passará da situação de cidade-ponta-de-lança, à de cidade normal e pacífica, em que todo cidadão tenha trabalho e possa atender à sua vocação e preferência na mais completa liberdade.

Essa proposta para uma solução pacífica do problema de Berlim Ocidental deve ser apoiada por todas as pessoas de boa vontade.

O povo alemão e, sobretudo, a população de Berlim esperam que os ocidentais concordem finalmente que a solução do problema de Berlim Ocidental não deve ser mais retardada.

ESTUDANTES NAS BAIRRICADAS DA LUTA CONTRA O IMPERIALISMO

Vento da Liberdade Varre o Caribe

Panamá, Porto Rico, Guatemala, Nicaraguá. Os povos da América Central e do Caribe já não admitem mais a espoliação que os torna cada vez mais pobres, querem a liberdade e exigem que «os gringos voltem à sua terra». Durante o recente Seminário realizado recentemente em Salvador, na Bahia, do qual participaram representantes das entidades universitárias dos países latino-americanos, as vozes e os relatórios ouvidos revelaram toda a cruza da dominação que o imperialismo norte-americano exerce sobre os países irmãos e a disposição dos povos de liquidar de uma vez por todas com o atual estado de coisas.

«Gome home gringos» é o «slogan» que o vento do Caribe espalha por todas as terras da América sacrificada; a luta do povo cubano é o exemplo que estimula os demais povos à ação. O inimigo comum foi identificado e está sendo golpado com firmeza: Panamá e Porto Rico são exemplos.

Panamá: a luta pelo canal é bandeira

A luta dos nacionalistas panamenhos pela soberania da Zona do Canal do Panamá conta com o apoio de todo o povo; os estudantes encabeçam essa luta, apoiados pelos trabalhadores e por todas as forças cívicas.

A rapidez com que se aprofunda a crise econômica do imperialismo, o grande prestígio dos países socialistas na solução de seus problemas, a diminuição da tensão internacional e as vitoriosas experiências do povo egípcio na nacionalização do Canal de Suez e do povo cubano na consolidação de sua revolução, são fatores que aceleram o crescimento do nacionalismo panamenho.

O sentimento contra o imperialismo generalizou-se em todos os setores da vida nacional. Assim, todas as classes lutam de acordo com seus próprios interesses.

A burguesia intermediária, representante dos grandes monopólios, solicita para si os lucros provenientes do abastecimento do Mercado da Zona do Canal e dos barcos que nela se abastecem. Ao mesmo tempo, pedem aumento de salários dos operários que trabalham na Zona e que são objeto de clara discriminação, ganhando, por trabalho igual, menos da metade do que ganha um americano. Querem aumentar o poder aquisitivo dos operários (à custa do imperialismo) para vender mais em seus mercados.

A burguesia nacional pretende que 50% dos lucros do Canal (cerca de 40 milhões de dólares por ano) passe para o Estado panamenho, incrementando o desenvolvimento da indústria, da agricultura e da criação do gado.

Os estudantes, operários, camponeses e intelectuais planejam o resgate total da Zona do Canal, por considerar que o Canal do Panamá sob administração, jurisdição, autoridade e controle dos Estados Unidos constitui um ato de expansão imperialista que prejudica os interesses da nacionalidade panamenha.

O tratado

A assinatura do Tratado de Concessão da Zona do Canal do Panamá

foi assinado em 1903, sob coação aberta e declarada dos EE. UU.

O Panamá lutava, nessa época, contra a Colômbia, para conquistar sua independência. A Colômbia havia se recusado a assinar um Tratado sobre a Zona do Canal com os EE.UU. O Governo americano obrigou, então, aos rebeldes panamenhos, um tratado muito pior, sob a ameaça de não defender, garantir e reconhecer a independência da República do Panamá. Estes, atacados ainda pelo exército colombiano, foram obrigados a assinar-lo.

O texto foi levado imediatamente para Washington e só voltou ao Panamá em 1926, com rasuras escandalosas.

Primeiras lutas

Nos dias 3, 4 e 28 de novembro de 1959 realizaram-se marchas populares à Zona do Canal, cujo objetivo era colocar a bandeira panamenha nas comportas. Essa reivindicação tem raízes históricas. De início, a bandeira nacional flamejava no Canal ao lado da americana. Os yanques resolveram espalhar sua bandeira por todo o território panamenho, no que foram violentamente repellidos pelos patriotas. Desde então retiraram o pavilhão panamenho do Canal, e rechaçaram as recentes tentativas de repô-lo com baionetas, balas e bombas. Como resultado desses acontecimentos ficaram feridos 125 panamenhos e 20 soldados americanos.

De novembro para cá vêm se repetindo as manifestações populares pela nacionalização do Canal. Toda festa cívica é pretexto para passear com a bandeira nacional pela Zona.

A nacionalização

O objetivo dessas lutas é a nacionalização do Canal. O primeiro passo será a reivindicação de plena soberania do povo panamenho sobre a Zona do Canal, já que, no momento, não há reservas para a encompação. O exercício total da jurisdição, autoridade e controle do Canal por leis panamenhas permitirá, não só a cessação de certos privilégios que os americanos concedem a seus navios e funcionários, mas fará também com que o Canal funcione como qualquer empresa estrangeira, que poderá ser nacionalizada no momento que o povo julgar conveniente.

A luta pela nacionalização será intensificada nos próximos meses. Provavelmente no dia 4 de julho, data da independência dos EE.UU., se fará outra marcha ao Canal. Essas manifestações visam mostrar ao presidente eleito, Roberto Chiani, que os estudantes e o povo estão alertas e que seu governo deve atender a essas reivindicações para receber o apoio popular.

Porto Rico: independência ou morte

Desde o triunfo da Revolução Cubana, a pressão imperialista no Caribe vem aumentando de forma assustadora. Por outro lado, e por isso mesmo, os movimentos nacionalistas dos povos centro-americanos estão se fortalecendo e ganham mais consciência.

Em Porto Rico, que, como disseram em Caracas quatro ex-presidentes da América Latina (Arévalo, da Guate-

mala, Velasco Ibarra do Equador, Larrzábal, da Venezuela e Lázaro Cárdenas, do México) «é a máxima preocupação latinoamericana», a penetração imperialista é a mais feroz jamais exercida sobre a América Latina.

Regime colonial

Em primeiro lugar, o Congresso dos Estados Unidos é dono absoluto de Porto Rico, podendo promulgar qualquer lei contra a ilha, exercendo sua autoridade soberana. Controlando economicamente o açúcar, principal produto do país, impõem suas leis de moeda e bancos, leis de emigração e imigração, leis de comércio, de portos e águas, de navegação e aviação, seu sistema judicial, etc.

Além disso, o Ministro de Relações Exteriores de Porto Rico é o Secretário de Estado, Christian Herter, e a juventude portorriquenha é obrigada a servir nas Forças Armadas dos Estados Unidos, pagando um tributo de sangue. Na Guerra da Coreia morreram 800 soldados portorriquenhos e mais de 40 mil ficaram feridos. Também na ilha é intenso o militarismo; 13% do território nacional está ocupado por bases atômicas, de submarinos e de projéteis dirigidos.

Porto Rico é mercado exclusivo das monopólios de Wall Street, que lhe vendem anualmente mais de 700 milhões de dólares, convertendo-se assim, um país de 2 milhões de habitantes, no segundo mercado lanque na América Latina.

O sistema educativo está a serviço do imperialismo e o anfibolismo é combatido sobre a base de americanizar o país. Durante os 61 anos de colonialismo criaram-se múltiplos complexos coloniais, alimentados, constantemente, pela educação antiporriquiteña.

Movimentos pró-independência

O movimento estudantil portorriquenho está na vanguarda das forças populares na luta pela Independência Nacional. Junto com outros setores nacionalistas, o estudantado foi perseguido em diferentes ocasiões e fez muitas greves em defesa das reivindicações estudantis e nacionais.

Desde 1930 vêm os estudantes encabeçando o movimento nacionalista. Em 1935 foi promulgada uma Lei Universitária, com alguns avanços democráticos, o que permitiu aos estudantes tomar firmes posições contra as autoridades colonialistas universitárias e nacionais.

Em 1947 organizou-se uma agitação nacional para substituir o ensino de inglês nas escolas pelo de espanhol, o que foi conseguido em 1948, constituindo tal fato uma derrota do imperialismo. Nesse mesmo ano, entretanto, recrudescer a perseguição aos estudantes e, depois de uma greve nacional, foram expulsos centenas de estudantes e muitos professores.

A Federação Universitária Pró-Independência só se reorganizou em 1956, mas não é reconhecida oficialmente e está proibida de realizar atos públicos. Colaborando, porém, com o Movimento Pró-Independência, os estudantes vêm desenvolvendo uma campanha de orientação popular independentista, mediante atos públicos, programas de rádio, orientação sindical, etc.



A voz do povo

No campo universitário a FUPI está lutando atualmente pela abolição do serviço militar obrigatório nos Campos de Cadetes do Exército Norte-Americano. Todos os estudantes são obrigados a servir dois anos nesse corpo militar, além do serviço militar comum. A campanha antimilitarista é tão intensa, que os últimos quatro exercícios militares do ano escolar que acabou agora foram suspensos, tendo-se grandes demonstrações. Tudo parece indicar que o triunfo da campanha antimilitarista está próximo.

O movimento estudantil portorriquenho se integrou, assim, ao movimento estudantil latino-americano e mundial, levando a mensagem do nacionalismo portorriquenho a todos os setores democráticos do mundo.

Na Nicarágua as liberdades são um mito

O estudante nicaraguense constitui, junto com os elementos melhor orientados do operariado e os profissionais conscientes do momento histórico da América Latina, a força progressista que há de transformar uma das ditaduras mais ferozes da América, em uma democracia efetiva, onde a autodeterminação dos povos e a nacionalização de suas riquezas sejam realidades e não promessas.

A Ditadura de Somoza é sustentada pelos poderosos e onerosos consórcios de Wall Street e pelas classes mais reacionárias da nação, em que o claro — sempiterno defensor das ditaduras — tem papel preponderante.

A manutenção desse regime sangrento por 30 anos, pode ser explicada pela cruel perseguição que sofrem os estudantes e classes progressistas, em que as prisões, torturas e todos os vexames imagináveis contra a dignidade humana são tão naturais como o nascer do sol. Claro que a imprensa Continental ignora tudo isso, porque o agente da AP e UPI é o Chete da Redação do jornal de Somoza. Além disso, essas agências, defensoras dos interesses norte-americanos, não iriam pôr em risco um regime que tantos benefícios traz aos EE. UU.

Todo o ano de 1959 foi de grandes revezes para os estudantes nicaraguenses. Desde o início do ano letivo, muitos foram encarcerados, outros expulsos, perseguidos e assassinados. A ferocidade da Guardia Nacional culminou com um assassinato em massa no dia 23 de julho (4 estudantes mortos e mais de 60 feridos) e ocupação da Universidade de León, de onde partiu a passeata de protesto contra a prisão de estudantes inocentes.

Em outubro do mesmo ano, por mais que não o quisessem as agências telegráficas, transpirou a notícia de que a Universidade de León estava cercada pela polícia, que manteve os estudantes presos e sem comida por várias semanas.

O estudante, mesmo cercado pelos soldados encarregados de «defender» a propriedade americana sobre o Canal do Panamá, mostrou o cartaz aos yanques. Os povos pensam assim, hoje, em toda a América Latina. Já está na hora dos gringos voltarem às suas casas. Basta de exploração e de domínio.

Esses protestos, embora débeis, mostram que os estudantes da Nicarágua estão conscientes do seu papel de patriotas e dispostos a levar sua luta até o fim.

Outra causa que dificulta a revolução nicaraguense é a falta de armas. Em todas as manifestações havidas, os estudantes enfrentaram a Guardia Nacional apenas com paus e pedras.

Congresso centro-americano

Panamá, Nicarágua e Porto Rico não constituem exceções no concerto de nações centro-americanas. Ao contrário, são exemplos típicos, que refletem as mesmas condições de atraso e colonialismo.

Para estreitar as relações, trocar experiências e tratar da criação de uma entidade estudantil que aglutine todos os estudantes centro-americanos, para uma luta mais consequente contra o imperialismo, realizou-se em Honduras, em maio p.p., o Congresso de Estudantes Universitários de Centro-América e

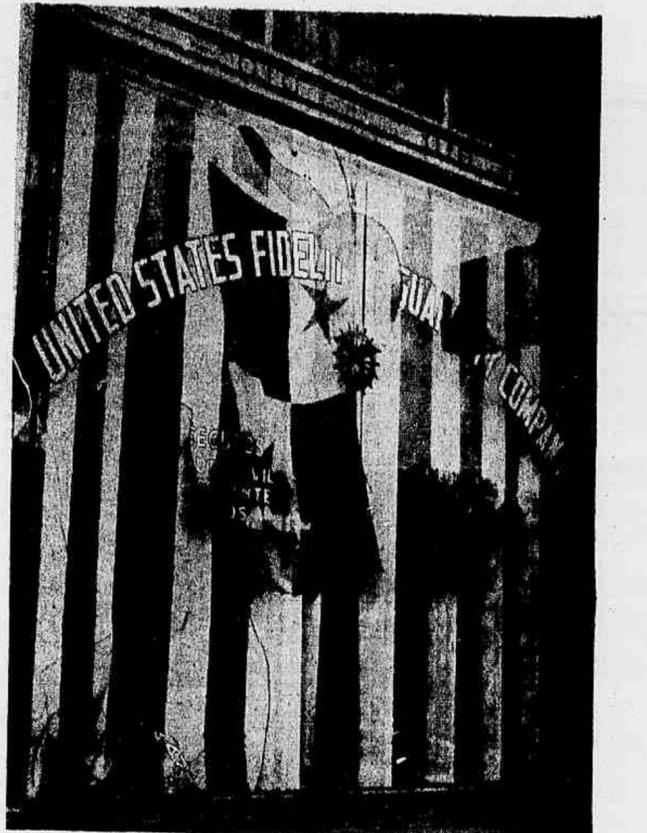
Panamá (CEUCAP). Importantes resoluções foram aprovadas nesse conclavé, como:

- 1 — Solidariedade incondicional à Revolução Cubana.
- 2 — Condenação da atitude normista e reacionária do presidente Ligeras Fuentes, da Guatemala, rompendo relações com o povo de Cuba.
- 3 — Levar a bandeira panamenha por uma delegação centro-americana e colocá-la na Zona do Canal, em data a ser fixada pelos estudantes do Panamá.
- 4 — Apoio ao povo de Honduras em sua campanha contra o expansionismo norte-americano em seu território, principalmente nas Ilhas do Cisne.
- 5 — Denúncia dos acordos econômicos unilaterais, que só beneficiam o imperialismo.
- 6 — Denúncia da SIP, AP e UPI por serem entidades éticamente corrompidas e por servirem a interesses contrários aos dos povos latino-americanos.



Baionetas contra liberdade

Nos países onde tropas americanas estão acantonadas, as manifestações populares de protesto registradas são frequentes. E também são comuns as intervenções violentas dos soldados yanques contra o povo. No Panamá foi assim: as tropas estadunidenses atiraram contra os estudantes durante um comício pela devolução do canal.



Paus e pedras

O povo e os estudantes não perdoam a presença dos americanos em suas terras. As manifestações de protesto se tornam cada vez mais frequentes, transformando muitas vezes ruas e praças em verdadeiros palcos de batalhas, campanhas contra a polícia e os soldados.

BELEZA: Cariocas Tricampeãs

O que mais entusiasma os cariocas, como também todos os brasileiros, é o espetáculo fascinante de uma bela mulher que passa. E quando ela passa lançando mão de todos os seus recursos para impressionar um júri e uma assistência, nada se lhe compara. Portanto, não é de estranhar que na noite de 11 de junho o Maracanãzinho tenha quebrado todos os seus recordes anteriores, recebendo nada menos de 28.000 pessoas.

Vinte e três lindas jovens percorreram a extensa passarela, primeiro de vestido e depois — a parte mais interessante do desfile — em «maillots», todas desejosas de representar o Brasil nos três concursos internacionais de beleza: «Miss» Universo, Congresso Internacional de Beleza e «Miss» Mundo.

Ao final da festa, em meio aos aplausos e vaia de costume, foi apontada vencedora a representante do Estado da Guanabara — garantindo às cariocas o tricampeonato na competição — srta. Gina Mac Pherson, que tentará trazer para o Brasil, pela primeira vez, o título de «Miss» Universo, que, achamos, deveria nos pertencer em caráter permanente. O segundo e o terceiro lugar couberam a «Miss» do e o terceiro lugares couberam a «Miss» Brasília, Magda Pfimer, e a «Miss» Pernambuco, Maria Edilene Torreão, que irão a Miami e a Londres, respectivamente.

Na primeira coluna, à esquerda, vemos, de cima para baixo, as srts. Zélia Maria Pinheiro (R. G. do Norte), Jocy Santana de Moraes (E. Santa), Eliseana Hawerth (S. Catarina) e Iara Aparecida Moreira (Goiás). À direita, na mesma ordem, Eliana Miranda (Bahia), Idjanira Portela (Piauí), Maria Mercês Moraes (Paraíba), Lunalva da Costa (Alagoas) e Mara Lubuto (Sergipe).

A foto do alto nas colunas centrais apresenta-nos as três vencedoras. Nas outras duas vemos o júri, destacando-se Marta Rocha — na opinião da grande maioria a mais bela «Miss» que o Brasil já apresentou, e que foi a atração máxima, a mulher mais aplaudida na noite de sábado — e as oito finalistas no pedestal da vitória. Da esquerda para a direita, srts. Erika Zirkus (S. Paulo), Vanja Nobre Jacob (Amazonas), Edda Logges (R. G. do Sul), Maria Edilene Torreão (Pernambuco), Gina Mac Pherson (Guanabara), Magda Pfimer (Brasília), Elisabeth Von Glehn (Minas Gerais) e Marzy Mpxeira (Rio de Janeiro).



NOVOS RUMOS

